

2025  
**GDB**  
**RELATÓRIO**  
SEGUNDA EDIÇÃO



**Global Data Barometer**



**D4D.net**  
Data for Development

# Índice

4	<b>Agradecimentos</b>
8	<b>Introdução</b>
11	<b>Principais resultados</b>
14	<b>Metodologia</b> Mudanças metodológicas Escopo geográfico Estrutura Coleta de dados Pontuação e cálculo
27	<b>Principais áreas de análise</b> Fundamentos de governança Competências críticas
52	<b>Áreas temáticas de análise</b> Disponibilidade

<b>93</b>	<b>Análise transversal</b>
	Fundamentos de dados para IA
	Inclusão
	Uso de dados
<b>107</b>	<b>Análise regional</b>
	América Latina e Caribe
	África
<b>121</b>	<b>Observações finais</b>
<b>124</b>	<b>Anexos</b>
	Anexo 1-Metodologia de pontuação
	Anexo 2-Grupos de capacidade

# Agradecimentos

*Citação sugerida: Barômetro Global de Dados (2025). Relatório da 2ª edição -Barômetro Global de Dados. DOI: 10.5281/zenodo.15427655*

Este relatório e todo o projeto do Global Data Barometer foram possíveis graças ao envolvimento de uma ampla rede de colaboradores, com agradecimentos especiais a:

## Liderança e equipe do projeto

- **Diretor:** Silvana Fumega
- **Dados e tecnologia:** Feng Gao
- **Visualização:** Macarena Zappe
- **Capacitação:** David Zamora
- **Comunicações:** Fiona Chawana (com o apoio de Aremi Gonzalez)
- **Desenvolvimento da ferramenta de pesquisa:** Jorge Ortiz Claverol e Nawal Omer
- **Ferramentas visuais do site:** Socio Público
- **Apoio administrativo e gerencial:** Carolina Quintana e Cristina Masis.
- **Design gráfico do relatório:** Jennifer Perkes
- **D4D:** Stephen Walker

## Apoio financeiro

International Development Research Center (IDRC), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Open Ownership, Open Government Partnership.

### **Comitê Consultivo de Pesquisa**

- Ana Brandusescu-Universidade McGill, Canadá
- Michael Canares-Step Up Consulting, Filipinas
- Nicolas Grossman-Índice Global de IA Responsável, Argentina
- Gloria Guerrero-ILDA, México
- Craig Hammer-Banco Mundial
- Arturo Munte Kunigami-Banco Interamericano de Desenvolvimento
- Leonida Mutuku-LDRI, Quênia
- Suzana Russell-Universidade das Índias Ocidentais, Jamaica
- Stefaan Verhulst-The GovLab, EUA
- Aimee Whitcroft-Especialista independente, Nova Zelândia

### **Parceiros temáticos**

- Iniciativa Global para Transparência Fiscal (GIFT)
- Fundação Land Portal
- Open Contracting Partnership (OCP)
- Open Government Partnership (OGP)
- Open Ownership
- Transparência Internacional (TI)

### **Parceiros regionais**

- Iniciativa Latino-Americana de Dados Abertos (ILDA)
- Instituto de Pesquisa de Desenvolvimento Local (LDRI)
- Instituto Aberto do Caribe (COI)

## **Pesquisadores locais**

Aída Martínez Mórtola, Akomian Steven Pacome Arnaud, Alice de Perdigão Lana, Alinafe Emmanuel Kaliwo, Asma Cherifi, Audrey Robin, Aura Eréndira Martínez Oriol, Carlos David Carrasco Muro, Charlotte Ayima, Daniel Emilio Rodriguez Rivera, Eduardo Bejar, Eliana Álvarez, Emmanuel Vitus, Herman Ramos, Iris Bertila Palma Recinos, Isabel Fiafilio Rodriguez, Jorge Umaña Cubillo, Judith Murungi, Juliana Galvis, Julio Roberto Herrera Toledo, Keziah Munyao, Leonard Francis Vibbi, Lisa Ann Vasciannie, Malick Tapsoba Abdoul, Maricarmen Sequera, Marie-Louise Felicite Bidias, Mbongeni Hlabano, Michelle McLeod, Milenka Villegas Taguasi, Nashilongo Gervasius, Oarabile Mudongo, Oliver C. Ujah, Panoply Organization, Peterking Quaye, Poncelet Ileleji, Raymond Onuoha, Richard Ndicunguye, Sabrina Nassih, Suzana Russell, Víctor Gonzalez, Virginia Brussa, Yacine Khelladi.

## **Revisores de dados**

Lila Graham, Imane Hmiddou, Abed Khooli, e Larissa Magalhães.

**\* Isenção de responsabilidade**

Os dados usados neste relatório foram coletados com o apoio de nossas organizações parceiras; no entanto, as análises, conclusões e interpretações aqui apresentadas não refletem as opiniões dessas organizações. Quaisquer erros ou omissões são de responsabilidade exclusiva do projeto Global Data Barometer. Em particular, as opiniões expressas não representam as do IDRC ou de seu Conselho de Governadores.

Este relatório reflete os dados coletados entre **31 de agosto de 2022 e 1º de setembro de 2024**.

Os usuários que aplicam ferramentas de IA aos conjuntos de dados do Global Data Barometer devem ter cautela e estar cientes das limitações da IA. Os resultados gerados pela IA não substituem a análise de especialistas e devem ser cuidadosamente interpretados e validados.

## Introdução

O cenário global de dados está em um ponto de inflexão. Embora os dados sejam uma promessa sem precedentes para enfrentar os principais desafios globais, desde o fortalecimento da integridade pública e a promoção do desenvolvimento econômico inclusivo até a viabilização da inovação responsável em Inteligência Artificial (IA), o acesso a dados de alta qualidade está cada vez mais limitado. Pesquisadores como [Verhulst](#) (2024) alertaram sobre um "inverno de dados", um período marcado por crescentes limitações no acesso aos dados, mecanismos de responsabilidade enfraquecidos e estruturas regulatórias fragmentadas. Esses desenvolvimentos ameaçam não apenas a inovação, mas também os próprios fundamentos da resiliência democrática e da confiança pública.

Esta nova edição do Barômetro Global de Dados (GDB) é publicada em um momento em que o uso responsável de dados e IA deve ser equilibrado com as crescentes preocupações sobre opacidade e desigualdade. À medida que os sistemas de IA se tornam mais integrados à vida pública, os riscos associados ao uso de dados tendenciosos, incompletos ou inacessíveis se multiplicam, prejudicando os esforços para atender ao interesse público e exacerbando as desigualdades existentes. Enquanto isso, o retrocesso democrático está colocando em risco a garantia de sistemas de dados abertos e participativos, essenciais para garantir o controle cívico na era digital.

Ecosistemas de dados saudáveis são essenciais, mas as conclusões do Barômetro revelam que, embora muitos países estejam melhorando a governança de dados e progredindo na transparência, a implementação continua desigual. Em geral, a América Latina e o Caribe (ALC) têm capacidades centrais mais fortes do que a África, mas ambas as regiões enfrentam desafios críticos para manter os dados abertos, criar interoperabilidade e equipar os funcionários públicos com as habilidades necessárias para governar e reutilizar os dados de forma eficaz. De forma alarmante, à medida que as iniciativas de dados abertos lideradas pelo governo diminuem e a orientação de IA permanece em grande parte ausente das estruturas nacionais, a lacuna entre aspiração e ação continua a crescer.

A 2ª edição do Barômetro Global de Dados fornece os dados necessários para entender melhor esse cenário em evolução. Esta segunda edição avaliou

43 países em relação a novos indicadores e temas transversais, como inteligência artificial e inclusão, ao mesmo tempo em que continuou a analisar elementos essenciais, como governança de dados, proteção de dados e gerenciamento de dados.

Em última análise, este relatório não se trata apenas de medir o progresso. Ele é uma ferramenta para examinar criticamente como os dados moldam o poder. Seu objetivo é ajudar os governos, a sociedade civil e os pesquisadores a projetar sistemas de dados mais equitativos, transparentes e responsáveis que não apenas atenuem os danos, mas promovam ativamente a coesão social, a confiança e a renovação democrática.

## Sobre o barômetro

O Barômetro Global de Dados baseia-se no legado do Barômetro de Dados Abertos (ODB), que foi publicado entre 2013 e 2020 e é hospedado pela Rede de Dados para o Desenvolvimento ([D4D.net](https://www.d4d.net)).

Os resultados da 1ª edição do Barômetro Global de Dados (doravante denominado Barômetro) foram publicados em 2022. Esta 2ª edição do Barômetro baseia-se na metodologia usada na 1ª edição, refletindo percepções e feedback, bem como um cenário de dados em evolução. Ela se baseia em dados primários extraídos de uma pesquisa com especialistas de todo o mundo e na análise de testes realizados entre **31 de agosto de 2022 e 1º de setembro de 2024**, bem como em dados secundários extraídos de outras fontes confiáveis para gerar métricas abrangentes.

*O Barômetro fornece:*

- **Pontuações, não classificações** - Como na 1ª edição, os indicadores e as pontuações são mantidos em uma escala de 0 a 100, sendo que 100 reflete a "melhor prática", de acordo com padrões e estruturas acordados internacionalmente. Embora as comparações entre países possam destacar os pontos fortes e fracos relativos, o principal valor do Barômetro está na identificação de áreas específicas para melhoria em cada país.

- **Indicadores e evidências** - Cada indicador primário é estruturado em torno de várias subperguntas e apoiado por evidências qualitativas que contextualizam os dados, proporcionando uma compreensão mais profunda dos ecossistemas de dados nacionais.
- **Uma rede de pesquisa** - A pesquisa foi realizada por meio de vários centros regionais e pesquisadores nos países. Todas as descobertas foram verificadas por um grupo de revisores externos e por uma rede global de organizações com experiência em cada tópico. Esse modelo contribui para o desenvolvimento da capacidade global, criando uma comunidade de pesquisadores e profissionais dedicados a explorar dados para o bem público.
- **Informações práticas** - os indicadores primários foram projetados para medir o progresso na governança de dados, nas capacidades essenciais e na disponibilidade de dados que os governos podem melhorar ao longo do tempo com o apoio de organizações da sociedade civil, que desempenham um papel fundamental para influenciar a mudança.
- **Dados abertos** - todas as pontuações e testes são publicados como dados abertos, permitindo a pesquisa, a análise e a reutilização.

O relatório começa avaliando os elementos fundamentais - os fundamentos da governança de dados e as competências críticas - que examinam as capacidades legais, institucionais e humanas necessárias para criar sistemas de dados eficazes e responsáveis. Com base nessa avaliação básica, o Barômetro prossegue examinando a disponibilidade e a governança de dados em setores temáticos importantes, como finanças públicas, compras públicas, gestão de terras e integridade política, onde os dados desempenham um papel vital na promoção do interesse público. O Barômetro também explora temas transversais, como Dados para IA, Inclusão e Uso de Dados, reconhecendo que essas dimensões estão atualmente moldando a forma como os dados funcionam em todos os setores. Por fim, os instantâneos regionais da América Latina e do Caribe (ALC) e da África, desenvolvidos pelos centros regionais, revelam as principais tendências, divergências e nuances contextuais que informam as conversas locais e globais. Combinados, todos os elementos da análise do Barômetro oferecem um plano para ajudar a entender onde o progresso está sendo feito, onde persistem lacunas críticas e quais etapas são necessárias para criar ecossistemas de dados mais saudáveis e equitativos.



# Principais Resultados

## Principais resultados

### **As estruturas de governança de dados ficam aquém da implementação**

As estruturas de governança são essenciais para tornar os dados disponíveis e utilizáveis. Entretanto, a presença de estruturas regulatórias por si só não garante uma implementação eficaz. O Barômetro confirma uma correlação positiva entre governança e disponibilidade de dados, mas também revela um atraso significativo na implementação, especialmente em países com competências mais fracas.

### **Habilidades e competências em dados são essenciais**

Sem uma infraestrutura digital básica, funcionários públicos capacitados e instituições sólidas, até mesmo estruturas de governança bem projetadas permanecem como aspirações. Faltam habilidades avançadas em dados (por exemplo, IA, análise de dados) e esforços contínuos de treinamento em ambas as regiões.

### **A prontidão da IA permanece fragmentada e subdesenvolvida**

Embora a IA faça cada vez mais parte das estratégias nacionais de desenvolvimento, a maioria das estruturas de governança de dados ainda carece de orientação explícita sobre o uso de dados para o desenvolvimento da IA. Poucos programas de treinamento abordam a ética da IA ou a tomada de decisões algorítmicas, e as estruturas de compartilhamento de dados raramente integram preocupações específicas da IA. Isso ressalta a necessidade urgente de integrar a governança da IA em estratégias de dados mais amplas.

### **Os dados abertos estão em uma encruzilhada**

Os governos progrediram na adoção de políticas de dados abertos, mas as iniciativas ativas lideradas pelo governo estão em declínio. Muitos países têm estruturas regulatórias de dados abertos que estão aquém em termos de implementação técnica, capacitação e suporte contínuo. Isso ameaça a sustentabilidade e o impacto dos programas de dados abertos.

### **As lacunas de transparência prejudicam os objetivos de prestação de contas**

Os grupos temáticos revelam lacunas generalizadas de transparência e interoperabilidade. Por exemplo, os registros de lobby são praticamente

inexistentes, os dados sobre propriedade beneficiária raramente são públicos e os dados sobre financiamento político são publicados de forma inconsistente. Conjuntos de dados fragmentados impedem o rastreamento eficaz de dinheiro, poder e influência.

**A inclusão na governança de dados é, em grande parte, simbólica**

Os compromissos de inclusão (por exemplo, para pessoas com deficiência ou minorias linguísticas) raramente são traduzidos em prática. A acessibilidade geralmente não é tratada como uma obrigação legal, e os dados raramente são publicados em idiomas nativos ou não oficiais amplamente falados.

**A falta de interoperabilidade é um ponto fraco estrutural importante**

Pouquíssimos países mostram evidências de conjuntos de dados interoperáveis entre integridade política, compras públicas e dados de empresas. Sem identificadores e padrões comuns, os esforços para rastrear dados em diferentes domínios são dificultados, prejudicando a transparência e o combate à corrupção.

**Os resultados para a ALC indicam uma forte capacidade institucional, mas uma coordenação interinstitucional limitada**

Os resultados para a ALC indicam, em geral, uma capacidade institucional mais forte e infraestruturas digitais mais desenvolvidas, mas muitas iniciativas correm o risco de estagnar devido à coordenação interinstitucional limitada e ao declínio do apoio governamental.

**Os resultados da África indicam um progresso significativo, mas os desafios de implementação permanecem**

A África fez um progresso significativo nas estruturas políticas e regulatórias, especialmente nas leis de proteção de dados, mas continua a enfrentar sérios desafios de implementação devido a infraestruturas fracas, interoperabilidade limitada e lacunas na capacidade institucional.



# | Metodologia

## Metodologia

A 2ª edição do Barômetro é o resultado de uma extensa pesquisa e de esforços coordenados para desenvolver os resultados da 1ª edição. Um dos principais pontos fortes do Barômetro é sua capacidade de servir como ferramenta de aprendizado, fornecendo informações sobre os pontos fortes e fracos dos países em diversas áreas. Por exemplo, ele permite uma análise diferenciada de países com estruturas de dados sólidas, mas com capacidade limitada para usar os dados de forma eficaz.

Esta 2ª edição apresenta uma avaliação de **43 países** da África e da América Latina e Caribe (ALC). **Barbados** é o único país não incluído na 1ª edição. O período de estudo para a coleta de evidências para a 2ª edição foi de **31 de agosto de 2022 a 1º de setembro de 2024**.

## Mudanças metodológicas

A metodologia da 2ª edição do Barômetro apresenta uma abordagem mais refinada para avaliar os indicadores. Na 1ª edição, os pesquisadores foram solicitados a responder às três seções de subperguntas-existência, elementos e escopo-mesmo quando não havia evidência da existência de dados. Essa abordagem exploratória permitiu uma coleta de informações mais extensa, mas muitas vezes sobrecarregou bastante os pesquisadores. A segunda edição adota um fluxo mais condicional que adapta o processo de coleta de evidências. Agora, os pesquisadores concluem as subquestões somente quando os critérios iniciais são atendidos: se não houver evidências, eles preenchem um resumo da existência e seguem em frente; se algumas evidências forem encontradas, eles avaliam o escopo; e se os dados ou a estrutura<sup>1</sup> forem representativos em nível nacional, eles prosseguem para preencher todas as subquestões. Essa mudança não apenas refina os resultados, mas também melhora a comparabilidade das conclusões entre os países.

Outros aprimoramentos incluem a introdução de dois novos campos distintos, resumos de existência e resumos de itens, que substituem o requisito único

1 As estruturas são entendidas como um conjunto de políticas, regras e/ou legislação destinadas a regulamentar ou padronizar o gerenciamento e o uso dos ativos de informação.

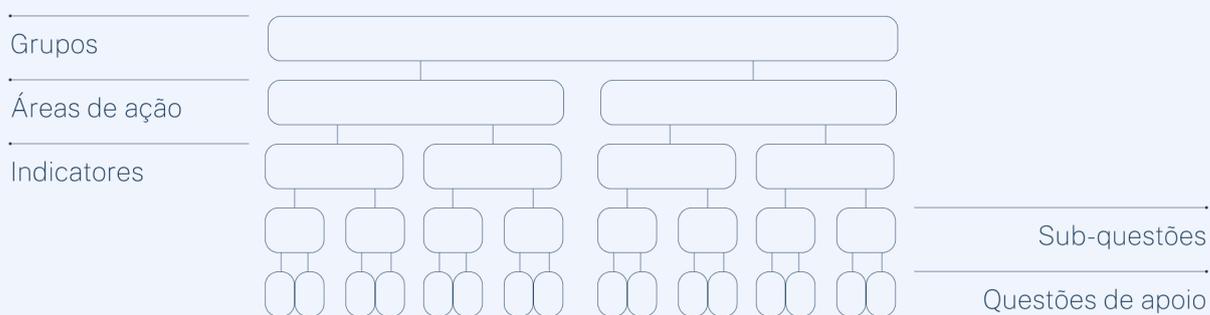
de "justificativa" da 1ª edição. Isso ajuda a esclarecer as expectativas e apoia os aprimoramentos técnicos da ferramenta de pesquisa. A estrutura de todas as respostas também foi padronizada: as subperguntas agora seguem um formato de 3 opções (Não, Parcialmente, Sim), exceto para os indicadores de Competências Críticas, em que uma escala de 4 opções (Não, Isolado, Um pouco, Pervasivo) é usada para captar mais nuances. É importante observar que a 2ª edição se concentra em práticas com cobertura nacional ou representativa, excluindo intencionalmente casos isolados que não refletem práticas escalonáveis ou significativas.

O pilar de uso de dados da 1ª edição foi removido devido a preocupações com a solidez e a comparabilidade de suas pontuações. Em vez disso, o uso de dados agora é abordado como uma área transversal de análise por meio de uma série de subperguntas que destacam a interseção do uso com uma variedade de áreas. A 2ª edição agora se concentra em três pilares principais, Governança, Capacidades e Disponibilidade, para produzir um quadro mais representativo dos ecossistemas de dados nacionais.

# Estrutura do estudo na 2ª edição



Estrutura explicada em um esquema jerárquico



## Escopo geográfico

A decisão de mudar o foco da 2ª edição do Barômetro Global de Dados de uma abordagem global para uma abordagem regional com foco na ALC e na África é uma resposta estratégica aos desafios e às oportunidades existentes nessas regiões. Uma abordagem regional permite uma análise mais detalhada de seus respectivos ecossistemas de dados e recomendações personalizadas para atender efetivamente às necessidades específicas de cada região.

Ambas as regiões, como parte da Maioria Global, enfrentam desafios estruturais semelhantes, incluindo acesso desigual à infraestrutura digital, capacidades inconsistentes de gerenciamento de dados e contextos sociopolíticos distintos e, muitas vezes, desafiadores. No entanto, elas também têm demonstrado um progresso significativo no avanço da governança de dados, na transparência e no uso de dados para o bem público, o que permite uma análise comparativa rica e valiosa.

O foco na ALC e na África permite que o Barômetro ofereça descobertas mais profundas e práticas por meio de um exame mais detalhado dos modelos de governança de dados, dos principais obstáculos e das oportunidades de aproveitamento de dados para promover a equidade social e a transparência. Na ALC, por exemplo, as nações do Caribe enfrentam desafios únicos como Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, mas ainda compartilham muitos problemas de governança e acesso a dados com a América Latina e a África.

Ambas as regiões também estão passando por transformações digitais em ritmos muito diferentes. Embora os governos e a sociedade civil tenham adotado ferramentas digitais para a governança, os esforços atuais são frequentemente limitados por recursos limitados, infraestrutura insuficiente e lacunas nas políticas. Ao analisar essa dinâmica, o Barômetro pode identificar tanto os impulsionadores do progresso quanto as barreiras restantes para a criação de ecossistemas de dados sustentáveis.

Esta nova edição também prioriza as práticas de dados "nacionais", garantindo que os resultados reflitam iniciativas escalonáveis e de alto impacto, em vez de esforços fragmentados.

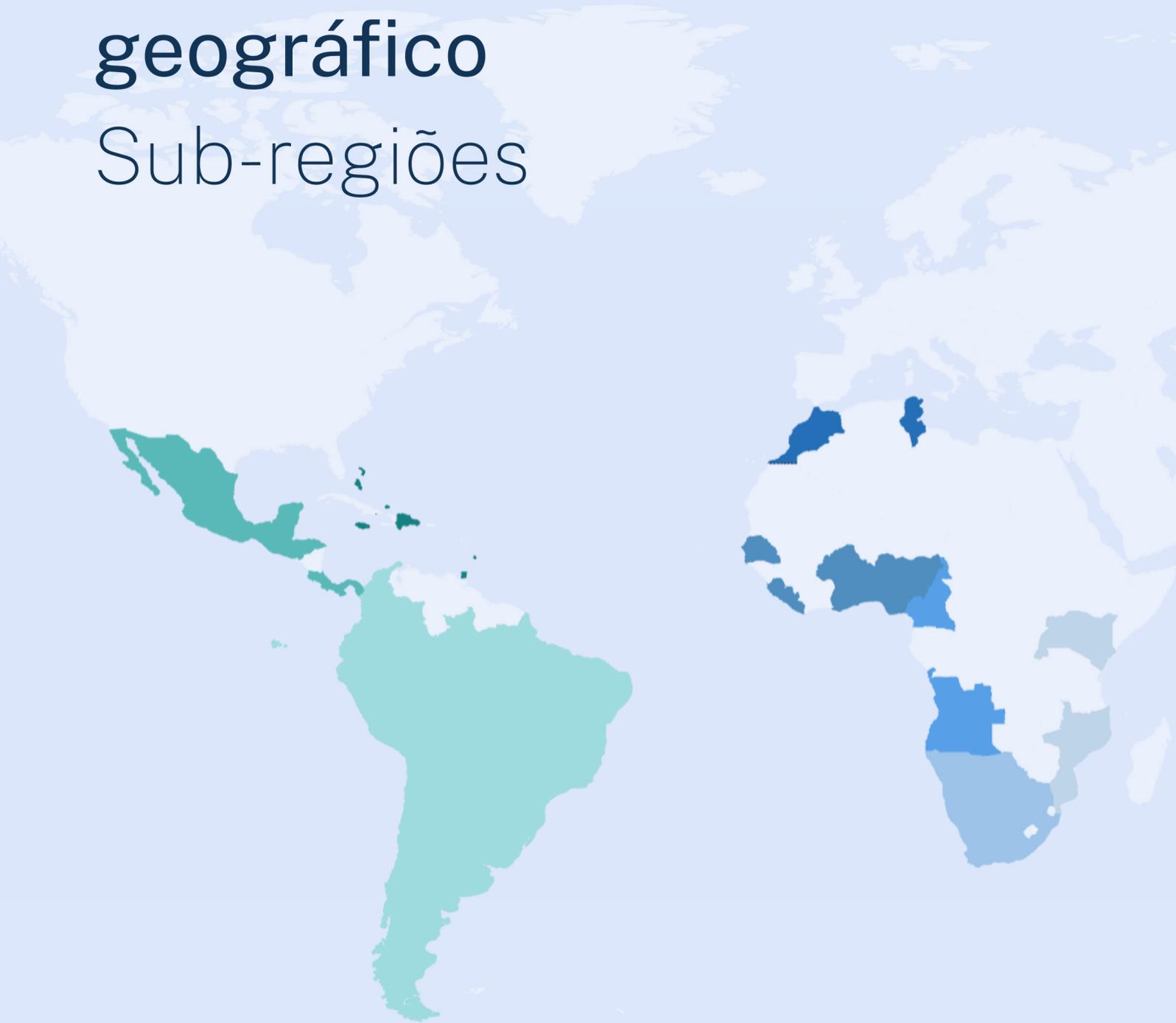
Ao se concentrar nos pontos fortes e desafios regionais, o Barômetro tem como objetivo gerar percepções que melhorem a governança de dados, promovam o uso de dados para o bem público e protejam os valores democráticos.

As duas regiões mencionadas acima podem ser divididas em sub-regiões. Essas sub-regiões, embora não sejam o foco principal da análise geográfica do relatório, são mencionadas em partes específicas do documento e no banco de dados de resultados do Barômetro para identificar os resultados dos países que compartilham a proximidade geográfica.

**As sub-regiões incluem:**

- Caribe
- América Central
- América do Sul
- Norte da África
- África Central
- África do Sul
- África Oriental
- África Ocidental

# Escopo geográfico Sub-regiões



## Sub-regiões

● Caribe	● Africa Central
● América Central	● Africa Austral
● América do Sul	● Africa Oriental
● America do Norte	● Africa Ocidental

## Estrutura

No centro da metodologia do Barômetro estão 27 indicadores primários<sup>2</sup> (da pesquisa com especialistas) e 11 indicadores secundários (de fontes

Grupo	Áreas de ação
Fundamentos de governança	Proteção de dados
	Gestão de dados
	Compartilhamento de dados
	Infraestrutura de dados
Competências essenciais	Alfabetização de dados
	Reutilização de dados
Integridade política	Financiamento político
	Interest and Asset Declarations
	Declarações de bens e interesses
	Direito à informação
	Interoperabilidade da integridade política
Gestão da terra	Tenência da terra
	Uso do terra
Informações sobre a empresa	Propriedade efetiva
	Registro de empresas
Contratações públicas	Contratações públicas
Finanças públicas	Orçamento e gastos
Acesso equitativo	Acessibilidade
	Língua

2 A lista completa de indicadores primários está disponível on-line em: <https://handbook.globaldatabarometer.org/2024/>

internacionais reconhecidas). Cada indicador primário inclui subperguntas que se aplicam a pontuações ponderadas (escala de 0 a 100) e perguntas de apoio para ajudar a gerar dados qualitativos. Todos os indicadores são classificados nos três pilares (Governança, Capacidades e Disponibilidade) e também podem ser organizados em áreas de ação específicas (áreas de foco) e grupos (grupos de áreas de ação).

Por fim, a 2ª edição introduziu novos temas transversais, como IA, inclusão e uso de dados. Esses temas se baseiam em uma combinação de subperguntas individuais e perguntas de apoio, muitas vezes distribuídas em vários indicadores, para reagrupar os dados dos indicadores de forma inovadora e obter mais informações sobre os principais problemas.

## Coleta de dados

Para medir o desempenho dos países, o Barômetro utiliza uma pesquisa de especialistas desenvolvida em colaboração com as principais organizações sobre uma série de questões em um processo aberto e participativo para garantir avaliações consistentes e comparáveis entre os países. A pesquisa da 2ª edição é uma evolução significativa da 1ª edição para examinar melhor as políticas e práticas de dados e suas implicações para a governança de dados.

A pesquisa foi conduzida por uma rede global de centros regionais e pesquisadores nacionais usando o software Survey Solutions. O processo de coleta de dados foi orientado por uma série de documentos e ferramentas de pesquisa, incluindo o [Documento de Metodologia](#), o [Manual de Pesquisa](#), o [Manual do Revisor](#), o [Manual de Ferramentas de Pesquisa](#) e a [Biblioteca de Indicadores](#). O Barômetro também lançou um programa de capacitação para pesquisadores com um conjunto abrangente de materiais de treinamento.

Havia diferentes funções e responsabilidades na coleta de dados: os pesquisadores nacionais eram responsáveis por concluir a pesquisa e resolver as dúvidas levantadas durante a revisão; os centros regionais eram responsáveis pela coordenação dos pesquisadores e pela revisão inicial dos dados; os revisores regionais eram responsáveis por conduzir o segundo nível de revisão; uma revisão temática foi então implementada; e a equipe central do Barômetro era responsável por supervisionar e facilitar todo o processo de

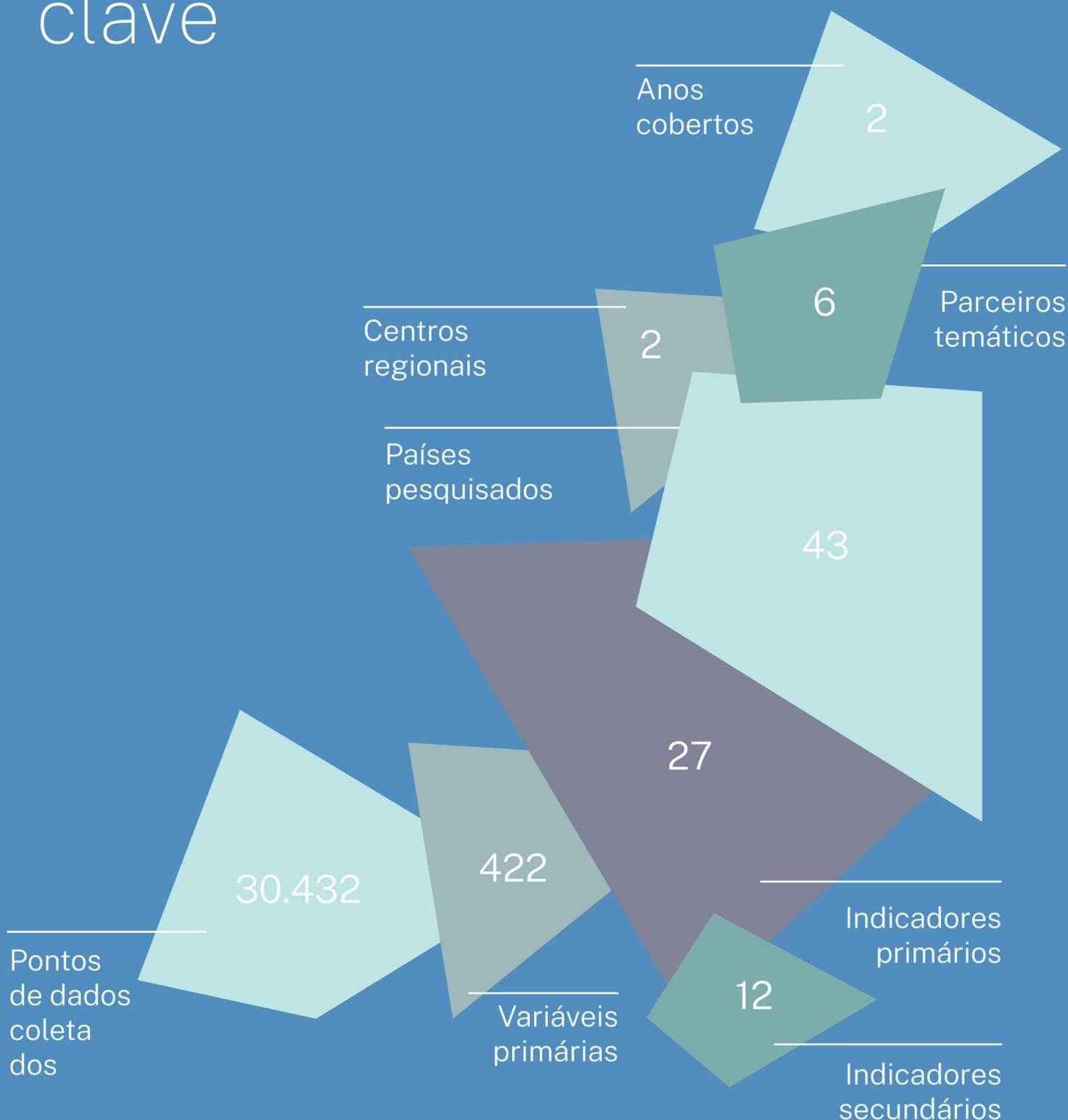
coleta de dados, além de conduzir uma revisão final.

Os dados primários foram enriquecidos com dados secundários de várias fontes, como a Pesquisa de Desenvolvimento de Governo Eletrônico das Nações Unidas, o Catálogo de Indicadores de TIC da União Internacional de Telecomunicações, o Freedom House Freedom in the World Report, a Pesquisa de Opinião Executiva do Fórum Econômico Mundial, o Índice de Maturidade GovTech do Banco Mundial, o Índice Global de Inovação 2024 da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, os Indicadores de Desempenho Estatístico do Banco Mundial e o Access Info e o Boletim Global do Direito à Informação do Center for Law and Democracy.

A tabela a seguir apresenta os principais destaques do processo de coleta de dados.

# Recuperação de dados

## Características clave



## Pontuação e cálculo

A pontuação nacional de cada país foi calculada como uma soma ponderada de todos os indicadores primários e secundários, medidos em uma escala de 0 a 100, em que 100 representa a melhor prática, conforme definido por padrões ou estruturas acordados internacionalmente.

Os indicadores primários no centro da metodologia do Barômetro servem de base para três tipos diferentes de pontuações:

- **Pontuação nacional:** representa o desempenho geral de um país em todos os tópicos avaliados.
- **Pontuação do cluster:** plota os resultados em Governança, Capacidades e Prontidão para apoiar a análise dos principais desafios e áreas de desenvolvimento, como Fundamentos de Governança, Competências Críticas, Finanças Públicas, Compras Públicas, Integridade Política, etc.
- **Pontuação da área de ação:** avalia os elementos essenciais de um ecossistema de dados saudável e funcional, como proteção de dados, compartilhamento de dados, reutilização de dados, alfabetização em dados etc. É um conjunto de indicadores.

Cada indicador é ponderado de acordo com seu tipo. Os indicadores primários têm peso maior do que os indicadores secundários, enquanto os indicadores não temáticos (como estruturas de compartilhamento de dados ou treinamento de pessoal) têm peso um pouco maior do que os indicadores temáticos (como estruturas de propriedade beneficiária ou dados de financiamento de políticas). A única exceção ao sistema de ponderação para os indicadores primários é o indicador de cobertura de idioma e dados, que não é ponderado (excluído da pontuação) devido às limitações da pesquisa.

Para os indicadores secundários, aqueles derivados de variáveis de índice foram mais ponderados do que as métricas individuais de uma fonte secundária. Para garantir a consistência, os pesos foram escalonados de modo que as pontuações nacionais, de cluster e de área de ação permaneçam dentro do intervalo de 0 a 100.

A pontuação de cada indicador é multiplicada por seu peso e os resultados são resumidos. Ao contrário das metodologias baseadas em classificações, o Barômetro funciona como um instrumento de classificação e não aplica uma escala de mínimo e máximo. Um país só pode obter 100 pontos se todos os seus indicadores de entrada também atingirem 100, o que significa que a diferença entre a pontuação de um país e 100 reflete a lacuna entre o seu desempenho atual e o ideal normativo definido pelo Barômetro. Entretanto, os padrões do Barômetro não foram projetados para serem inatingíveis. Se as pontuações mais altas observadas para cada indicador fossem combinadas para um país idealizado, esse país alcançaria uma pontuação de 88,24, demonstrando que os padrões do Barômetro estão fundamentalmente ao alcance. Um detalhamento completo do sistema de ponderação pode ser encontrado no [anexo](#).



# Principais Áreas de Análise

## Principais áreas de análise

Para a segunda edição do Barômetro Global de Dados, refinamos nossa abordagem organizando os indicadores em grupos estruturados e áreas de ação para garantir uma avaliação abrangente dos fundamentos necessários para um ecossistema de dados saudável. Esses grupos e áreas de ação oferecem uma perspectiva consistente para avaliar os principais aspectos da governança, dos recursos e da disponibilidade de dados.

Entre eles, os grupos de Fundamentos de Governança e Competências Críticas destacam especificamente as estruturas e os recursos essenciais necessários para a produção, o armazenamento, a publicação e o uso eficazes dos dados. O grupo Fundamentos de Governança inclui várias áreas de ação, como proteção de dados, gerenciamento e compartilhamento de dados, que são componentes fundamentais que sustentam ecossistemas de dados responsáveis. O grupo de Competências Críticas concentra-se nas habilidades e práticas necessárias para aproveitar os dados de forma eficaz.

Cada grupo é composto por áreas de ação e indicadores inter-relacionados que trabalham juntos para fornecer uma visão multidimensional do estado dos dados em cada país. Ao estruturar a análise dessa forma, o Barômetro tem como objetivo fornecer uma compreensão mais matizada e prática de como os diferentes elementos do ecossistema de dados mais amplo se unem para promover os dados para o bem público.

## Fundamentos de governança

### Resumo

- As leis de proteção de dados se expandiram à medida que a África fez progressos significativos e a América Latina se aproxima da adoção universal.
- A governança de IA depende de uma sólida governança de dados, mas a maioria das estruturas não integra considerações específicas de IA em seus regulamentos de proteção de dados, o que representa riscos significativos.
- O gerenciamento de dados melhorou com aumentos notáveis nos processos de controle de qualidade, mecanismos de feedback do usuário e padrões de metadados.
- A América Latina lidera o gerenciamento de dados, com o Brasil e o Chile indicando uma forte governança digital, e a África continua a apresentar disparidades regionais acentuadas.
- As estruturas de compartilhamento de dados cresceram na África, liderando o compartilhamento de dados do setor privado, mas as estruturas ainda carecem de referências específicas aos requisitos específicos de IA.
- As regulamentações africanas geralmente incluem restrições aos corretores de dados, refletindo diferentes prioridades regulatórias.

## A função essencial da governança de dados

Os dados se tornaram um ativo de valor inestimável usado para tomar decisões e impulsionar a inovação em áreas importantes. Quando gerenciados de forma eficaz, os dados impulsionam o progresso e permitem a elaboração de políticas mais inclusivas e baseadas em evidências; no entanto, trabalhar para aproveitar todo o potencial dos dados para o bem público apresenta muitos desafios, incluindo riscos à privacidade, acesso desigual e lacunas

regulatórias. Esses riscos destacam a necessidade de mecanismos robustos de governança de dados que equilibrem a inovação com a proteção dos direitos fundamentais.

Os governos desempenham um papel fundamental na formação desse cenário, estabelecendo regulamentações, definindo padrões e garantindo a supervisão. A governança eficaz dos dados, especialmente dos dados mantidos pelo governo, não apenas melhora a acessibilidade, mas também gera confiança e protege a privacidade. Apesar da crescente atenção dada à inteligência artificial (IA), a importância fundamental da governança de dados para o seu desenvolvimento permanece subestimada. Como enfatizam [Stefaan Verhulst e Friederike Schüür](#) (2023), estruturas sólidas de governança de dados são essenciais para uma governança sólida de IA. Se essa conexão for negligenciada, há o risco de políticas fragmentadas e oportunidades perdidas de cooperação.

A má governança de dados não apenas prejudica os sistemas de inteligência artificial, mas também ameaça a integridade dos dados, a conformidade regulatória e a confiança do público. O [Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2021](#) declarou que, para liberar todo o potencial dos dados para o desenvolvimento, são necessários sistemas de dados nacionais abrangentes apoiados por estruturas de governança sólidas que abordem a qualidade dos dados, os padrões técnicos e a transparência. Mais recentemente, o [Pacto Digital Global](#) (2024) reiterou essa necessidade, alertando que a rápida expansão da coleta e do compartilhamento de dados, se não for acompanhada de salvaguardas de privacidade, poderá aprofundar as desigualdades e corroer os direitos humanos.

## Desenvolvimentos e diferenças regionais na proteção de dados

A 2ª edição do Barômetro Global de Dados destaca avanços notáveis na proteção de dados na ALC e na África. As melhorias nas estruturas legais fortaleceram as salvaguardas dos direitos de dados, especialmente em áreas emergentes, como a tomada de decisões algorítmicas e os dados relacionados à localização.

Alguns países se destacam pela solidez de suas estruturas e por sua forte implementação, como a África do Sul<sup>3</sup>, Botsuana e Brasil; no entanto, o progresso geral é desigual. Muitos países ainda não possuem leis abrangentes de proteção de dados e outros enfrentam problemas de implementação ou escopo. Em particular, a América Central e a África Ocidental mostram um progresso mais lento, com países como o Paraguai<sup>4</sup> e Honduras<sup>5</sup> ainda trabalhando para fortalecer suas estruturas.

Nos países com regulamentações em vigor, várias tendências positivas podem ser observadas:

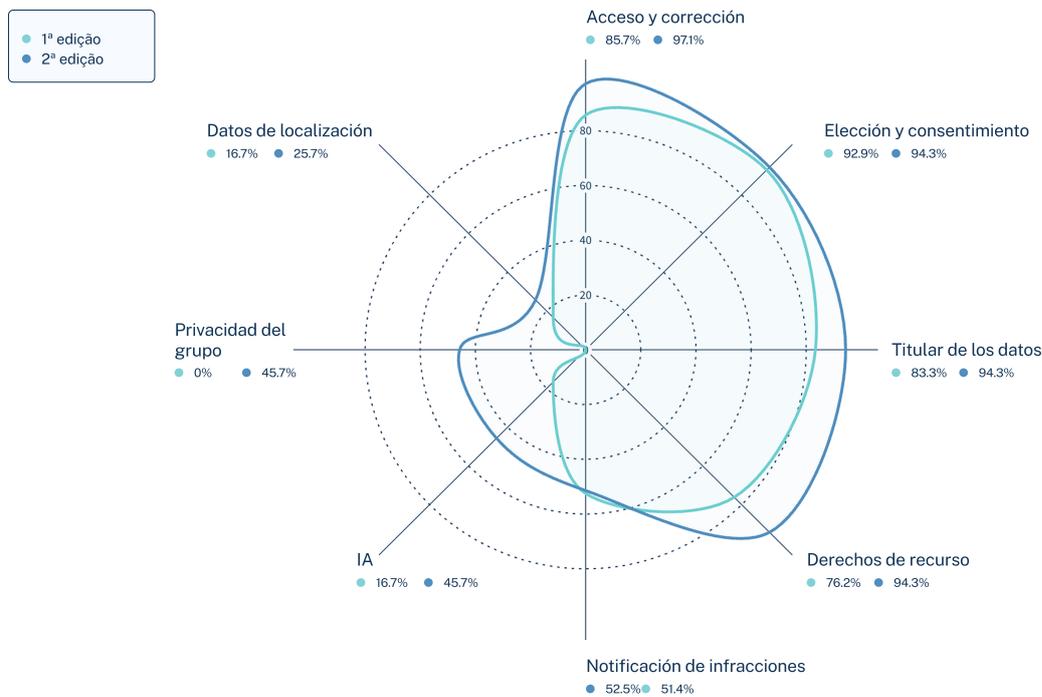
- A cobertura dos direitos de acesso e correção melhorou (+11,43).
- A atenção à privacidade algorítmica cresceu significativamente (+29,04).
- Os mecanismos para lidar com as violações de direitos foram ampliados (+10,96), muitas vezes com monitoramento independente.

3 E a criação, em 2022, do Comitê de Conformidade, nos termos da seção 50 da Lei de Proteção de Informações Pessoais nº 4 de 2013 (POPIA).

4 Lei de Proteção de Dados Pessoais de Crédito.

5 Lei sobre o Registro Civil e Lei sobre Transparência e Acesso a Informações Públicas.

## Elementos-chave dos Marcos Regulatórios de Proteção de Dados: Comparação entre a 1ª e a 2ª Edição do GDB



Os resultados do Barômetro indicam que a África, em particular, fez um progresso notável, com muitas leis em vigor que estão de acordo com a Convenção de Malabo da União Africana, agora ratificada por 15 estados-membros. Entretanto, algumas estruturas legais permanecem com escopo limitado, tendo sido desenvolvidas para apoiar a digitalização sem a inclusão de salvaguardas abrangentes. O desenvolvimento da América Latina tem sido mais lento ao longo do tempo, mas mais difundido. Embora vários países ainda não tenham uma legislação abrangente, a região tem precedentes legais de longa data influenciados pelas diretrizes de proteção de dados da UE e, mais recentemente, pelo GDPR (Regulamento Geral de Proteção de Dados).

Esses desenvolvimentos regionais ilustram o crescente reconhecimento global de que a proteção de dados é fundamental para a construção de sociedades digitais confiáveis. De modo geral, a 2ª edição do Barômetro indica uma tendência global em direção a estruturas de proteção de dados mais fortes e abrangentes para enfrentar os desafios emergentes, como a tomada de decisões algorítmicas e a privacidade de grupos, mas as disparidades permanecem, apontando para a importância da implementação além da mera criação de uma nova legislação.

## Progresso e disparidades nos dados

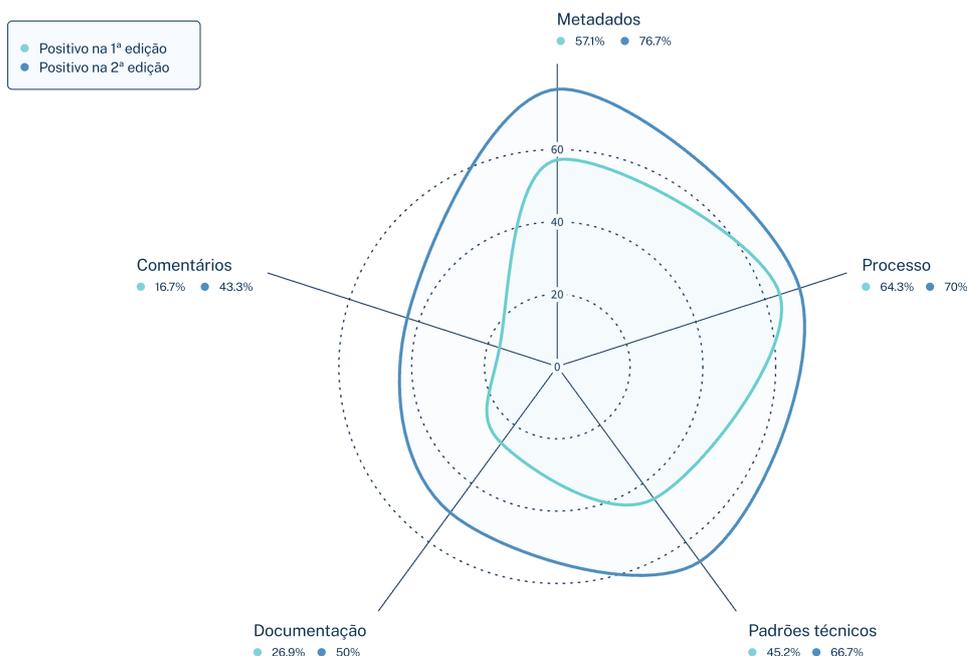
As estruturas eficazes de proteção de dados devem ser complementadas por práticas sólidas de gerenciamento de dados para garantir a qualidade, a usabilidade e a segurança dos dados durante todo o seu ciclo de vida. O gerenciamento de dados é o núcleo operacional de um ecossistema de dados saudável, colocando em prática os princípios de governança.

As estruturas de gerenciamento de dados devem fornecer a base para um processamento de dados sustentável e responsável. Isso inclui controle de qualidade, requisitos de interoperabilidade, padrões de metadados e mecanismos de atualização e arquivamento. Cada vez mais, os governos estão integrando o feedback dos usuários às práticas de gerenciamento, reconhecendo a importância da usabilidade e da acessibilidade.

A segunda edição indica melhorias no gerenciamento de dados em ambas as regiões, especialmente em documentação, metadados, mecanismos de feedback e padrões técnicos:

- Os processos de controle de qualidade quase dobraram (+23,81).
- Os sistemas de feedback apresentam os maiores ganhos (+26,66).
- Adoção de padrões de metadados (+19,53).
- Adoção de padrões técnicos estruturados (+21,43).

## Elementos-chave dos Marcos Regulatórios de Gestão de Dados: Comparação entre a 1ª e a 2ª Edição do GDB



Na América do Sul, o Chile e o Brasil apresentam alta capacidade de gerenciamento de dados, refletindo fortes estruturas de governo digital e infraestrutura pública digital, enquanto o Caribe e a América Central refletem a disparidade entre os países. Na África, as pontuações de gerenciamento de dados são geralmente mais baixas, com a África Ocidental e Central abaixo da média. A África Oriental é mista, enquanto a África do Norte também apresenta pontuações mais baixas. A África Austral tem a maior variedade de pontuações entre os países da região, sendo a África do Sul claramente a líder regional.

À medida que os países desenvolvem sistemas de gerenciamento de dados mais estruturados e transparentes, eles estabelecem a base para ecossistemas de dados interoperáveis, centrados no usuário e que respeitam os direitos.

## Reconhecimento cada vez maior das estruturas de intercâmbio de dados

O compartilhamento eficaz de dados é a próxima camada de governança de dados que permite a colaboração entre setores e, ao mesmo tempo, protege a privacidade e a ética. Os governos, a sociedade civil e o setor privado gerenciam dados valiosos, e as estruturas estruturadas são essenciais para facilitar as práticas de compartilhamento responsável.

O compartilhamento de dados envolve a concessão de acesso aos dados a partes interessadas específicas e a aplicação de limitações de uso e mecanismos de controle definidos. Várias estruturas regulatórias facilitam o acesso responsável ao uso de dados confidenciais, protegidos ou não abertos, variando de regulamentos e políticas juridicamente vinculantes a documentos de orientação mais flexíveis. O estabelecimento de estruturas claras para o compartilhamento de dados é essencial para garantir a segurança, a prestação de contas e o uso ético/responsável dos dados. Sem protocolos e regulamentos padronizados para o compartilhamento de dados, os riscos de uso indevido, violações de privacidade e outras consequências não intencionais aumentam muito.

A 2ª edição mostra uma mudança em direção a estruturas regulatórias mais fortes para o compartilhamento de dados. Na 1ª edição, pouco mais da metade dos países avaliados (52,38%) tinha estruturas de intercâmbio de dados em vigor. Hoje, quase três quartos dos países (74,42%) têm estruturas operacionais em vigor, incluindo regulamentos e/ou diretrizes de interoperabilidade.

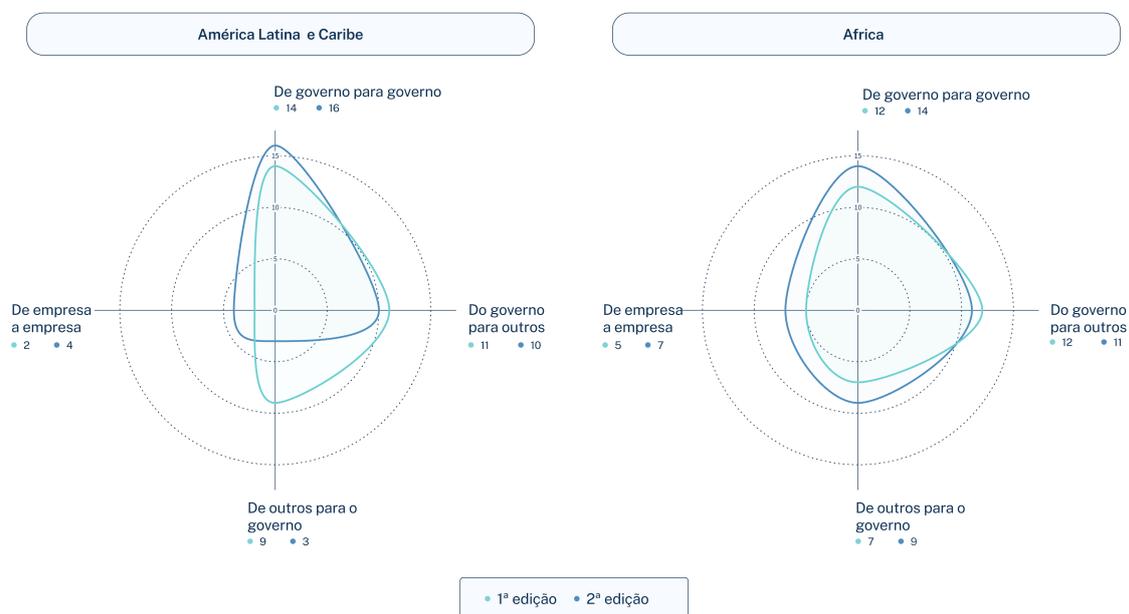
As estruturas regulatórias para o compartilhamento de dados e a proteção de dados, embora distintas, muitas vezes se cruzam, especialmente quando se trata do processamento de dados pessoais. Os pesquisadores que avaliam os indicadores de compartilhamento de dados para o Barômetro geralmente se referem a várias estruturas de proteção de dados, bem como a estruturas de interoperabilidade: a análise revela que seis países se referem a três tipos diferentes de estruturas para tratar de questões de compartilhamento de dados e 15 países se referem a duas.

As diferenças regionais também são evidentes na composição das estruturas

de compartilhamento de dados. Na África, as estruturas de proteção de dados desempenham um papel mais proeminente, com 13 das 16 respostas válidas incorporando-as. Por outro lado, os países da América Latina tendem a priorizar as estruturas de interoperabilidade, com 14 dos 16 países contando com elas para apoiar a governança do intercâmbio de dados. Essas variações regionais mostram que uma variedade de abordagens está sendo adotada para regular e facilitar o compartilhamento de dados em diferentes ambientes de políticas.

Outras políticas e estruturas regulatórias, como as relacionadas ao direito de acesso a informações públicas (DAI), também servem como mecanismos para permitir o compartilhamento de dados. Os pesquisadores de alguns países, como Uganda e Tunísia, incluíram especificamente essas estruturas em suas respostas, destacando os diferentes contextos legais e institucionais nos quais as políticas de compartilhamento de dados estão sendo moldadas globalmente.

### Tipos de Intercâmbio de Dados na ALC e na África: Comparação entre a 1ª e a 2ª Edição do GDB



Apesar do progresso feito até o momento, as considerações relacionadas à IA permanecem em grande parte subdesenvolvidas na maioria das estruturas de intercâmbio de dados aplicadas até agora. À medida que os sistemas de IA evoluem e dependem cada vez mais do acesso em larga escala a vários dados, a necessidade de integrar diretrizes específicas de IA às estruturas de compartilhamento de dados torna-se mais urgente.

Os países da África e da ALC estão incorporando cada vez mais mecanismos de responsabilidade e supervisão em suas estruturas que atribuem responsabilidades e garantem práticas de monitoramento. Em particular, a África adotou uma regulamentação muito mais rigorosa para os corretores de dados e impôs limites à comercialização de dados, uma tendência menos predominante na América Latina.

Em conjunto, esses desenvolvimentos sinalizam a evolução da arquitetura global de troca de dados, que agora deve se adaptar aos novos riscos e demandas de IA, fluxos transfronteiriços e uso ético de dados confidenciais.

## Observações

O fortalecimento da governança de dados é essencial não apenas para proteger as informações pessoais, mas também para fomentar o desenvolvimento de inteligência artificial (IA) responsável, promover o compartilhamento ético de dados e restaurar a confiança do público nos sistemas digitais. Em uma era em que os dados são a base de quase todos os aspectos da vida social e econômica, estruturas de governança sólidas não são mais opcionais. Elas são essenciais para garantir que a inovação digital esteja alinhada aos valores democráticos e aos interesses públicos.

Para avançar nessa visão, os países devem:

- Tomar medidas deliberadas para integrar os princípios de governança de dados em suas estratégias de IA, garantindo que os sistemas sejam justos, transparentes e responsáveis.
- Preencher as lacunas legislativas de proteção de dados com mecanismos de implementação mais fortes e órgãos de supervisão independentes para

garantir a implementação efetiva das regras.

- Investir em capacidades nacionais de gerenciamento de dados, incluindo sistemas de feedback do usuário, metadados padronizados e padrões técnicos interoperáveis, é igualmente crucial.

Além disso, devem ser desenvolvidas estruturas de compartilhamento de dados abrangentes e aplicáveis, com disposições específicas para IA e linhas claras de responsabilidade. Em última análise, a governança de dados não é apenas uma necessidade técnica; ela é a base sobre a qual o desenvolvimento digital inclusivo e a IA que respeita os direitos devem ser construídos.

## Competências críticas

### Resumo

- **Capacidades de dados e disparidades de infraestrutura** - Em geral, a ALC tem infraestruturas de dados fundamentais mais fortes do que a África, como resultado da existência de agências governamentais especializadas responsáveis pela governança ou gerenciamento de dados, bem como níveis mais altos de acesso à Internet e capacidades de governo digital.
- **Lacunas no governo digital** - Países da América Latina e do Caribe, como o Brasil, demonstram capacidades avançadas de governo digital, enquanto muitos outros países, especialmente na África, ainda enfrentam desafios na integração de plataformas digitais para serviços públicos e disseminação de dados.
- **Alfabetização em dados** - Programas de treinamento estruturados para funcionários públicos são essenciais para fortalecer as habilidades em dados, mas muitos países não têm esforços consistentes ou bem financiados para promover a alfabetização em dados no setor público.
- **Desafios na reutilização de dados** - Aproximadamente 63% dos países têm iniciativas de dados abertos, mas apenas 46,51% são liderados pelo governo e a maioria reflete um sucesso limitado na manutenção dessas iniciativas. O apoio do governo à reutilização de dados abertos é desigual. Em alguns países, o apoio é geralmente fornecido por meio de eventos e hackathons, enquanto em muitos outros o envolvimento do governo é limitado.

É essencial examinar o ambiente propício que permite que a governança de dados eficaz se traduza em um impacto público significativo. A infraestrutura de dados-as habilidades, instituições e capacidades que apoiam o uso eficaz dos dados-é a base sobre a qual os mecanismos de governança de dados podem ser implementados com sucesso. Sem essa base, até mesmo as estruturas de governança mais bem projetadas podem permanecer meramente conceituais.

No Barômetro, essas condições mais amplas são examinadas sob o título Habilidades críticas, que analisa os recursos necessários não apenas para acessar e processar dados, mas também para usá-los de forma a promover o bem público. Esta seção analisa e compara o estado atual das capacidades de dados na África e na ALC, com base em indicadores primários e fontes secundárias. O foco está nas condições que permitem que os dados sejam coletados, gerenciados, compartilhados e usados a serviço do bem público, incluindo o acesso aos principais elementos de infraestrutura, como a conectividade com a Internet, a disponibilidade de infraestrutura pública digital, a força das instituições e a presença de um serviço civil informado e capacitado.

## Infraestrutura de dados

Antes de examinar os indicadores primários dentro do grupo de competências essenciais, é importante reconhecer que um conjunto mais amplo de recursos de dados, abrangendo infraestrutura, instituições e habilidades, fornece o contexto essencial para a compreensão das bases de um sistema de dados eficaz. Esses recursos, avaliados com o apoio de fontes secundárias, ajudam a esclarecer as disparidades regionais persistentes no ambiente propício para o uso de dados.

A capacidade institucional continua sendo um importante fator de diferenciação. Países como Argentina, Brasil, Equador, Peru e Uruguai obtiveram uma boa pontuação no Índice de Maturidade GovTech do Banco Mundial<sup>6</sup>, refletindo arranjos institucionais bem estabelecidos para o gerenciamento de dados. Por outro lado, países como Camarões, Gâmbia e Libéria têm pontuação muito baixa ou até mesmo zero, destacando lacunas significativas de governança e implementação.

Conectividade com a Internet<sup>7</sup>, um pré-requisito para o acesso a dados e a inclusão digital, também revela contrastes acentuados. Enquanto o Chile

6 Índice de Maturidade GovTech do WBG (GTMI)

7 UTI: cesta de banda larga fixa e indivíduos que usam a Internet.

e as Bahamas apresentam altos níveis de acesso, países como Uganda e Libéria enfrentam barreiras significativas de infraestrutura. O Marrocos, com mais de 90% de penetração, oferece um exemplo convincente de como o investimento estratégico conjunto pode preencher a lacuna.

Por fim, o governo digital e os recursos de interoperabilidade geralmente refletem uma divisão semelhante. O Brasil obteve 90,63 pontos em serviços governamentais on-line e 100 em governo digital, mostrando um ecossistema digital altamente avançado, enquanto os resultados dos países africanos tendem a um quadro mais misto. Angola, por exemplo, obteve 39,62 e 50 pontos, respectivamente, nesses indicadores, enquanto a África do Sul apresenta um exemplo mais brilhante com pontuações de 88,72 e 83,33. Essas diferenças sugerem que, embora alguns países africanos estejam progredindo, outros estão ficando para trás devido a investimentos mais limitados em infraestrutura, coordenação de políticas ou preparação institucional.

Essas disparidades limitam o grau em que os governos podem integrar os dados à prestação de serviços públicos e à tomada de decisões, ou abordar as desigualdades sociais. É essencial abordar essas lacunas no conjunto de habilidades essenciais, em especial a necessidade de promover políticas e iniciativas sólidas para a reutilização de dados e um serviço civil equipado para aplicar dados para o bem público. O fortalecimento da infraestrutura digital pública (DPI) continua sendo uma área fundamental de investimento estratégico para garantir que os governos possam utilizar plenamente os dados nos processos de governança.

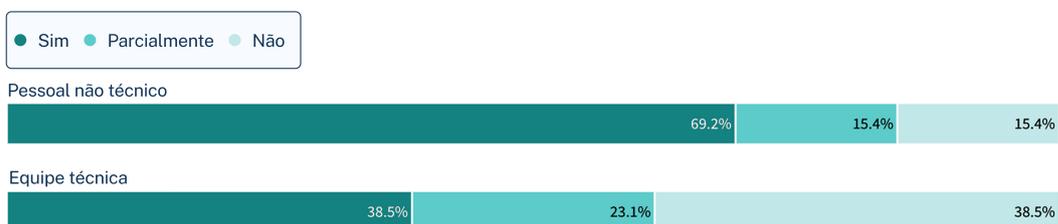
## Conhecimento em informática

Dentro do grupo de Competências Críticas, uma área crítica examinada pelo Barômetro é o conhecimento e os níveis de alfabetização em dados dos funcionários públicos. O treinamento de funcionários públicos para gerenciar e usar dados de forma eficaz é fundamental para a integração de práticas de dados em todas as operações do governo. O indicador de alfabetização de dados do Barômetro revela uma variação considerável na forma como os países abordam esse desafio, com níveis variados de investimento e compromisso institucional com o treinamento de funcionários do setor público.

Os países da América Latina e do Caribe, como o Brasil, a Colômbia e a República Dominicana, destacam-se por seus programas de treinamento, especialmente em áreas críticas como a proteção de dados. Entretanto, tanto na ALC quanto na África, o treinamento técnico em análise e publicação de dados não é priorizado. Além disso, o treinamento geralmente é direcionado a funcionários não técnicos, o que pode negligenciar os funcionários mais responsáveis pelo gerenciamento de dados.

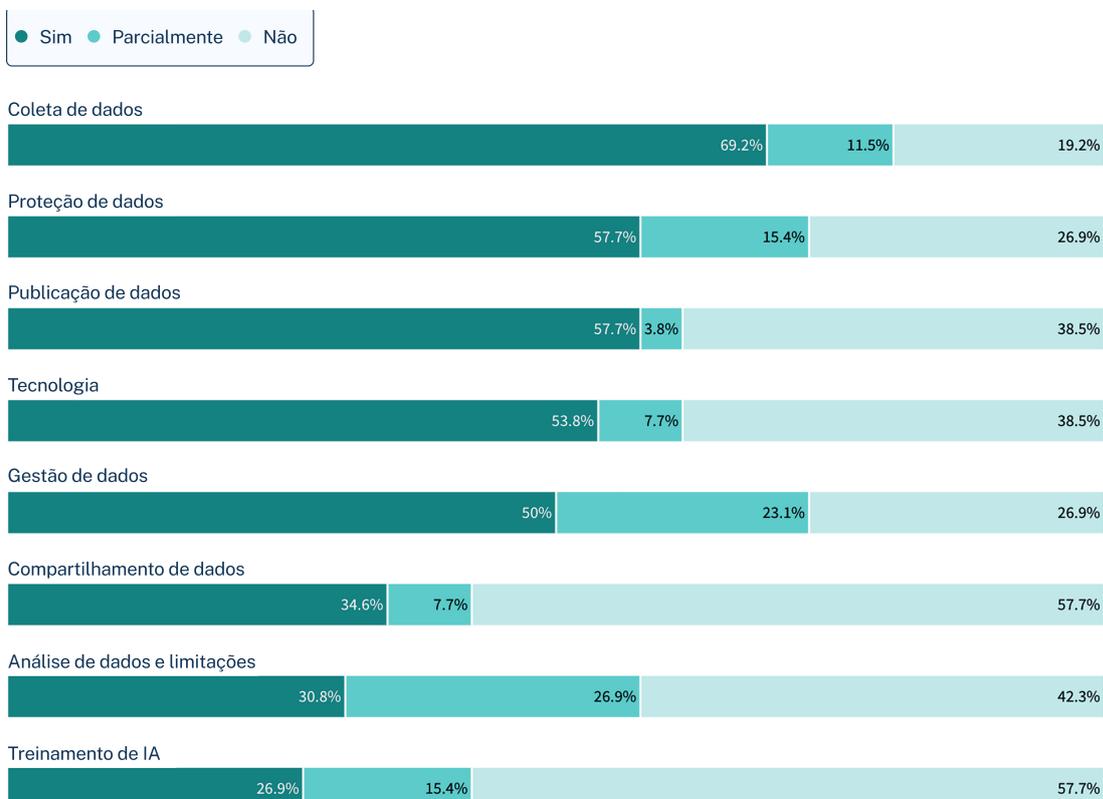
8 [https://www.oecd.org/en/publications/digital-public-infrastructure-for-digital-governments\\_ff-525dc8-en.html](https://www.oecd.org/en/publications/digital-public-infrastructure-for-digital-governments_ff-525dc8-en.html)

## Disponibilidade de Capacitação para Servidores Públicos Técnicos e Não Técnicos



A falta de atenção às áreas emergentes de implementação de dados também é uma preocupação, pois o treinamento em IA raramente é oferecido, o que representa um risco significativo, pois os governos sem conhecimentos e habilidades fundamentais em IA podem ter dificuldade para regulamentar ou implantar a IA de forma responsável.

## Enfoque da Capacitação: Quais Temas Estão Sendo Abordados?



Os governos devem investir em capacidades institucionais, técnicas e humanas que permitam a reutilização significativa dos dados, juntamente com estruturas regulatórias sólidas. Sem esses elementos fundamentais, a promessa dos dados públicos, especialmente dos dados abertos, permanecerá em grande parte não cumprida. Para realizar todo o seu potencial como catalisador de inovação, responsabilidade e desenvolvimento inclusivo na era digital, os dados abertos devem ser apoiados por estratégias coerentes, instituições capazes e um setor público capacitado, conforme discutido na próxima subseção.

## Reutilização de dados

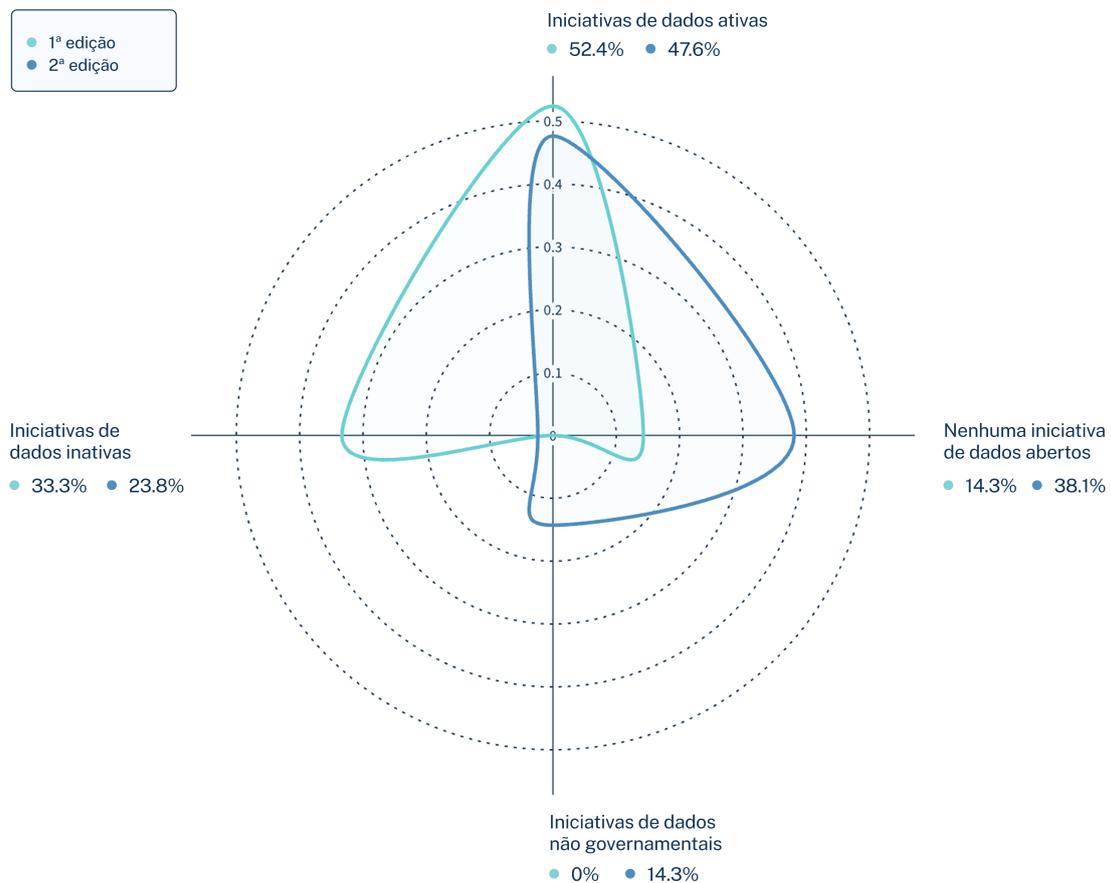
Na atual era dominada pela IA, as políticas e iniciativas de dados abertos não são mais meras ferramentas de transparência, mas elementos fundamentais e necessários da governança digital e de dados. As iniciativas de dados abertos servem para sustentar o apoio do governo à inovação, capacitar a sociedade civil e ajudar a moldar o desenvolvimento responsável da IA.

O Barômetro avalia a força desses ecossistemas por meio do Cluster de Reutilização de Dados em três áreas de ação interconectadas: Política de Dados Abertos, Iniciativas de Dados Abertos e Apoio Governamental à Reutilização. Os governos usam uma combinação desses componentes para formar o sistema por meio do qual os dados podem se tornar um ativo compartilhado disponível, utilizável e aproveitado para a tomada de decisões, a inovação e a responsabilidade. Entretanto, apesar do crescente reconhecimento da importância dos dados abertos, esta edição do Barômetro revela sinais de estagnação e progresso desigual nas iniciativas lideradas pelo governo.

A 2ª edição do Barômetro indica que 63% dos países avaliados têm alguma forma de iniciativa de dados abertos; no entanto, a proporção de iniciativas ativas lideradas pelo governo caiu para 46,51%, ante 52,38% na 1ª edição. É importante observar que há seis iniciativas não governamentais na África, uma das quais está inativa, refletindo problemas persistentes na institucionalização de programas de dados abertos. Os resultados sugerem que, embora os dados abertos permaneçam na agenda de muitos países, a falta de um compromisso governamental contínuo está limitando a eficácia das iniciativas de reutilização.

Além disso, apenas 14 países têm um compromisso governamental mais amplo, enquanto em outros, como Ruanda, Senegal e Trinidad e Tobago, o envolvimento institucional é muito limitado.

### Estado das Iniciativas de Dados Abertos: Comparação entre a 1ª e a 2ª Edição do GDB

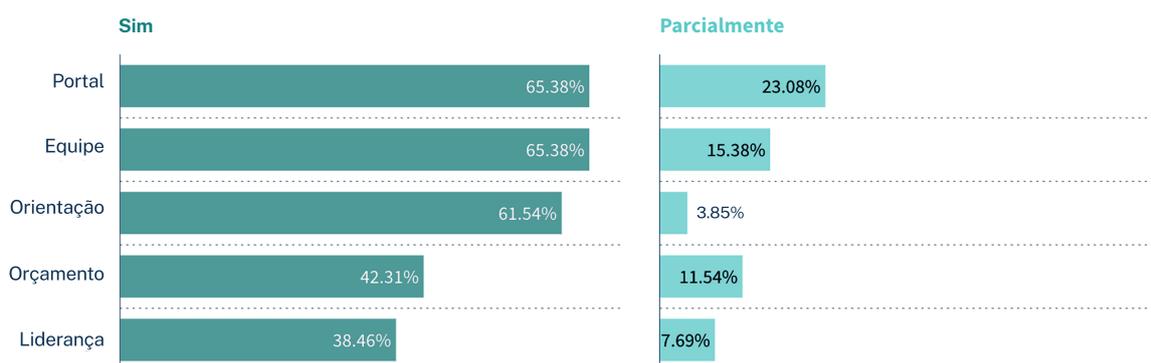


Essas disparidades destacam a necessidade de ir além da formulação de políticas e avançar em direção ao apoio institucional e financeiro sustentado para dados abertos. O apoio do governo desempenha um papel fundamental na sustentação desses programas; no entanto, o Barômetro constata que pouco mais da metade os países avaliados oferece apoio significativo à

reutilização, geralmente apenas por meio de eventos como hackathons ou estratégias de comunicação, enquanto o apoio financeiro direto continua escasso.

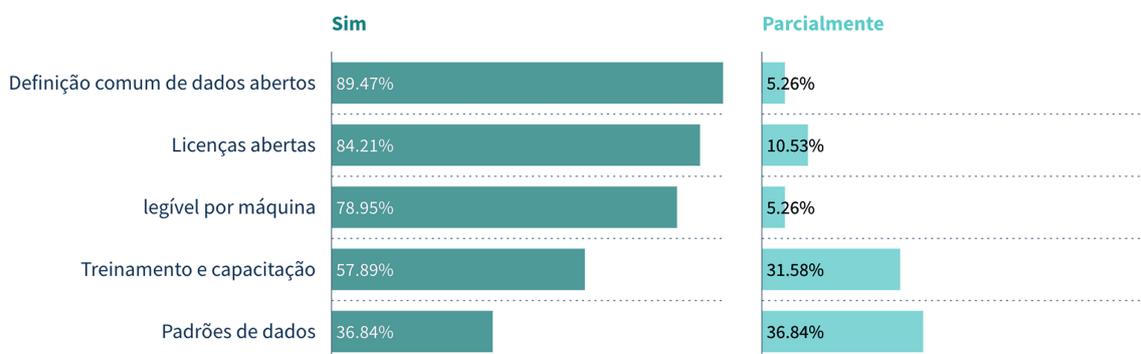
As disparidades regionais também são claramente visíveis. Alguns países têm maior probabilidade de se beneficiar do apoio do governo, como visto no [Datacamp do Uruguai](#), enquanto muitos outros não têm mecanismos visíveis para promover a reutilização. Mesmo em países como a Nigéria, onde as pontuações de governança de dados são relativamente altas, não há programas estruturados para incentivar a reutilização de dados, o que aponta para uma lacuna contínua entre o desenvolvimento de políticas e a implementação prática.

### Características-chave das Iniciativas de Dados Abertos



Além do compromisso institucional, a força dos ecossistemas de dados abertos também depende da qualidade das políticas de dados abertos, especificamente em termos de sua definição, regulamentação e reutilização. O Barômetro avalia essas políticas em cinco elementos-chave, revelando graus variados de implementação em ambas as regiões. Embora haja um alinhamento geral com os princípios de dados abertos, ou seja, a definição de dados abertos, o licenciamento aberto e a legibilidade por máquina, surgem diferenças regionais significativas nos aspectos mais técnicos e institucionais, como o uso de padrões de dados e a capacitação.

## Características-chave Exigidas pelas Políticas de Dados Abertos



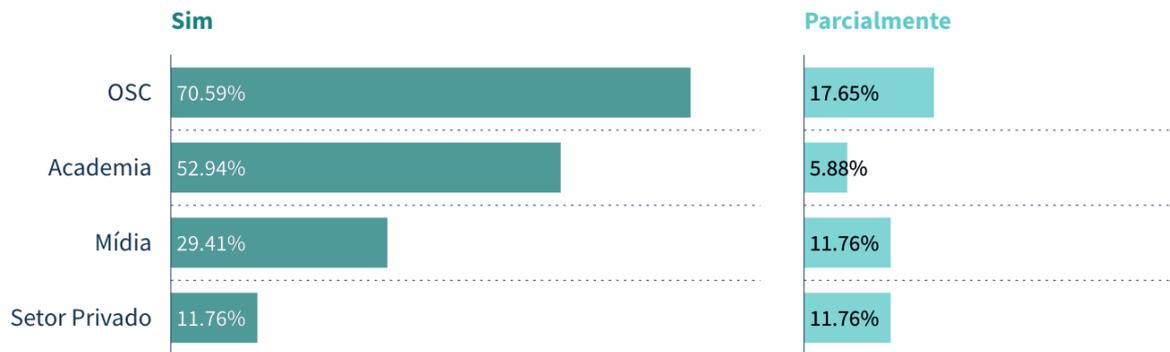
Entre os cinco elementos examinados, a maior concordância está na definição de dados abertos (81,82 responderam "Sim" ou "Parcialmente"). Isso sugere que, na maioria dos países onde existe uma estrutura, há uma tentativa clara de articular especificamente o que significa dados abertos. Da mesma forma, a adesão aos princípios de licenciamento aberto e legibilidade por máquina é forte, com 72,73% e 68,18% de respostas afirmativas, respectivamente, indicando um amplo consenso para garantir que os dados abertos sejam reutilizáveis e fornecidos em formatos acessíveis.

Em contrapartida, há grandes inconsistências no uso de padrões de dados, com apenas 31,82% dos países respondendo "Sim". Isso aponta para uma área significativa de divergência, na qual, mesmo entre os países com estruturas de dados abertos, a adoção de estruturas de dados padronizadas permanece inconsistente ou totalmente ausente. O número relativamente alto de respostas "Não" destaca o fato de que os padrões muitas vezes são totalmente omitidos, possivelmente refletindo as disparidades regionais em termos de capacidade técnica ou maturidade política. Da mesma forma, os dados sobre o treinamento de funcionários públicos permanecem mistos. Embora 59,09% dos países tenham sido, em geral, positivos, seis das 18 respostas válidas indicaram uma completa falta de atenção a essa questão, destacando que, quando os elementos legais e técnicos estão sendo abordados até certo ponto, a capacidade humana e institucional para implementar políticas de dados abertos ainda é frequentemente negligenciada.

O declínio das iniciativas lideradas pelo governo, combinado com o fraco apoio institucional, representa uma séria ameaça à sustentabilidade de longo prazo das iniciativas de dados abertos. Por exemplo, a iniciativa de dados abertos da Costa Rica, que já foi ativa, não está mais em operação. Sem uma liderança comprometida, financiamento dedicado e alinhamento em toda a empresa entre os órgãos, as iniciativas de dados abertos correm o risco de estagnar ou entrar em colapso. Ao mesmo tempo, as inconsistências na participação das agências governamentais demonstram que a vontade política e a ação coordenada podem influenciar significativamente o impacto dos dados abertos.

Por fim, o Barômetro constata que o apoio à reutilização de dados continua a variar amplamente entre os grupos de usuários, sendo que as organizações da sociedade civil e a academia geralmente recebem a maior atenção, enquanto os usuários do setor privado permanecem comparativamente mal atendidos ou não registrados. Esse foco desigual pode limitar o potencial econômico mais amplo dos dados abertos, especialmente em contextos de baixa e média renda, onde a inovação privada desempenha um papel fundamental no desenvolvimento. No futuro, os governos precisarão adotar estratégias mais holísticas que integrem as dimensões legais, técnicas e institucionais da governança de dados abertos, ao mesmo tempo em que apoiam proativamente diversas comunidades de usuários para concretizar toda a promessa dos dados abertos como um bem público.

### Apoio Governamental para Diferentes Tipos de Usuários de Dados



As conclusões do Grupo de Reutilização de Dados destacam que chegamos a um ponto crítico para os dados abertos. Embora muitos países tenham lançado as bases por meio de políticas e iniciativas, a falta de apoio contínuo, de coordenação entre agências e de atenção às necessidades dos usuários está limitando ou bloqueando o progresso contínuo. Para liberar totalmente o valor dos dados abertos, os governos devem ir além dos compromissos fundamentais e investir na governança de dados e nas capacidades institucionais, técnicas e humanas que tornam os dados realmente reutilizáveis. Somente assim os dados abertos atingirão seu potencial como impulsionadores da inovação, da responsabilidade e do desenvolvimento inclusivo na era digital.

## Observações

A análise comparativa dos grupos de Competências Críticas destaca novamente que a ALC, em especial a América do Sul, possui atualmente recursos de dados mais fortes. Esses pontos fortes incluem instituições mais estabelecidas, maior acesso à Internet, serviços governamentais digitais mais desenvolvidos e esforços de capacitação mais consistentes. Entretanto, ainda há lacunas em ambas as regiões, especialmente em termos de treinamento de funcionários públicos, habilidades técnicas avançadas e acesso equitativo à infraestrutura.

Para os países africanos, os resultados destacam a necessidade urgente de investir em instituições, conectividade e capital humano. Para a ALC, a prioridade pode estar no aprofundamento da maturidade digital, na promoção da interoperabilidade e na preparação para os desafios emergentes, como a integração responsável da IA nas práticas de governança de dados em evolução. Preencher essas lacunas não se trata apenas de melhorar a infraestrutura técnica, mas, em última análise, de permitir o uso inclusivo, eficaz e respeitoso dos direitos dos dados para o bem público.

Para abordar esses pontos fracos e melhorar os ecossistemas de dados em geral, é essencial fortalecer a capacidade institucional. Em particular, os países com estruturas de dados fracas ou fragmentadas devem considerar:

- Estabelecer instituições nacionais de dados responsáveis por supervisionar o gerenciamento de dados em todo o governo. A integração da governança de dados em estratégias digitais nacionais mais amplas garantirá uma abordagem mais coordenada e sustentável e promoverá a coerência entre os órgãos públicos.
- A expansão do acesso à Internet é fundamental para permitir um maior uso de dados, especialmente em países com baixa conectividade. Os governos devem priorizar o investimento em infraestrutura digital para garantir o acesso equitativo aos dados, especialmente em áreas remotas e mal atendidas.
- O desenvolvimento de estratégias nacionais de governo digital que integrem dados abertos, interoperabilidade e ECD pode fortalecer

significativamente a prestação de serviços públicos.

- O treinamento do serviço público deve ser ampliado para equipar os funcionários públicos com as habilidades de dados necessárias. Programas de treinamento estruturados devem ser implementados para melhorar a capacidade da equipe técnica e não técnica de trabalhar com dados de forma eficaz. A IA e a análise avançada devem ser incorporadas aos currículos de treinamento para garantir que os governos estejam preparados para os novos desafios de dados. A criação de centros de treinamento regionais ou plataformas de e-learning pode oferecer soluções escalonáveis e econômicas para melhorar a alfabetização em dados e a capacidade técnica.



# Áreas Temáticas de Análise

## Disponibilidade

### Resumo

- Os grupos temáticos oferecem perspectivas específicas do setor sobre como os dados são governados, compartilhados e usados em domínios públicos essenciais, com foco em responsabilidade, equidade e integridade.
- Na maioria dos países, existem estruturas legais para finanças públicas e aquisições, mas geralmente não exigem a publicação de dados estruturados, abertos e legíveis por máquina, o que limita sua utilidade para os esforços de prestação de contas.
- Em quase todos os grupos, é mais provável que os dados estejam disponíveis do que realmente abertos. Muitos países publicam algumas informações, mas poucos atendem aos padrões básicos de dados abertos, como download em massa, legibilidade por máquina ou licenciamento aberto.
- Os dados sobre integridade política revelam as lacunas mais significativas. Os registros de lobby são escassos, e a interoperabilidade entre conjuntos de dados, como declarações de ativos, finanças políticas e informações corporativas, é quase inexistente.
- Na área de finanças políticas, embora a maioria dos países tenha algumas exigências legais, menos da metade realmente publica dados. A divulgação das identidades dos doadores, das contribuições em espécie e das despesas de terceiros é particularmente limitada.
- A transparência da propriedade beneficiária é particularmente fraca. Embora a maioria dos países colete esses dados, apenas alguns os disponibilizam publicamente em um formato utilizável.
- Os dados sobre a posse e o uso da terra geralmente são fragmentários ou parciais. A cobertura nacional é escassa e faltam dados relacionados a direitos indígenas ou comunitários em grande parte dos países.
- Os dados sobre compras públicas são publicados mais do que em outros grupos, mas na maioria dos casos ainda faltam informações essenciais sobre a fase de execução dos contratos.
- Os dados sobre o exercício do direito à PIA são um pouco mais consistentes, mas muitos países ainda não informam sobre processos de apelação, materiais retidos ou desempenho por agência.

Além das áreas principais de análise, Fundamentos de Governança e Competências Críticas, a 2ª edição do Barômetro Global de Dados inclui um conjunto de grupos temáticos desenvolvidos em colaboração com especialistas no assunto que examinam a disponibilidade de dados de setores específicos e o progresso da governança sobre esses dados. Suas percepções foram fundamentais para atualizar e aprimorar cada área temática, garantindo que nossas avaliações permaneçam relevantes, abrangentes e reflitam os desafios em evolução nos ecossistemas de dados.

A função desses grupos temáticos é explorar a disponibilidade de dados que estão sendo usados para tratar de questões antigas relacionadas à responsabilidade, ao poder e ao dinheiro. Ao estruturar a análise em torno dessas áreas temáticas, o Barômetro oferece uma perspectiva mais diferenciada sobre como os dados estão sendo usados (ou mal usados) nas principais áreas de governança e economia.

O grupo de Integridade Política examina os mecanismos de transparência e prestação de contas essenciais para a governança democrática, abrangendo várias áreas de políticas, como financiamento político, funcionamento da DAI, declaração de interesses e bens e lobby. O grupo de Gestão de Terras concentra-se na posse e no uso da terra, enfatizando a necessidade crítica de dados de alta qualidade e acessíveis sobre a propriedade e o uso da terra. O grupo de Informações Comerciais investiga a transparência das operações comerciais, especialmente por meio de uma avaliação dos registros comerciais e dos esforços para determinar a propriedade beneficiária. Por fim, os grupos de Compras Públicas e Finanças Públicas examinam os processos de compras e gastos públicos, avaliando a disponibilidade de dados para permitir a prestação de contas e a supervisão pública de orçamentos, gastos e práticas de compras.

Ao estruturar esses grupos em torno das principais questões políticas e de responsabilidade, e ao fortalecer nossa colaboração com organizações especializadas, o Barômetro pretende esclarecer o papel dos dados no fortalecimento da integridade institucional, na redução da corrupção e na promoção do acesso equitativo às informações. Os resultados não apenas informarão as reformas políticas, mas também capacitarão os defensores, pesquisadores e tomadores de decisão que trabalham para melhorar a responsabilidade orientada por dados em diferentes regiões.

## Integridade política

O grupo de Integridade Política explora como os dados são aproveitados para proteger e promover a justiça, a transparência e a responsabilidade na vida pública. Ele se concentra em áreas de ação essenciais, como finanças políticas, direito à informação, lobby e declarações de interesses e ativos, pilares para garantir que os sistemas políticos atendam ao bem público e não a interesses privados ou ocultos.

Quando as informações sobre quem influencia as decisões políticas, como o dinheiro das campanhas flui ou quais são os interesses dos funcionários públicos estão acessíveis, os cidadãos estão mais bem equipados para responsabilizar os detentores do poder. Uma governança transparente e participativa requer não apenas leis e instituições, mas também dados abertos de alta qualidade que revelem o funcionamento interno dos sistemas políticos. Isso inclui esclarecer as práticas de lobby, permitir o exame minucioso das doações de campanha e apoiar a participação pública informada por meio de estruturas regulatórias sólidas para o acesso à informação.

Nas sociedades em que a integridade política é priorizada e tornada visível por meio de dados, a confiança nas instituições pode aumentar, os processos democráticos podem se aprofundar e é mais provável que as decisões reflitam as necessidades de todos, e não apenas de alguns poucos poderosos.

## Finanças políticas

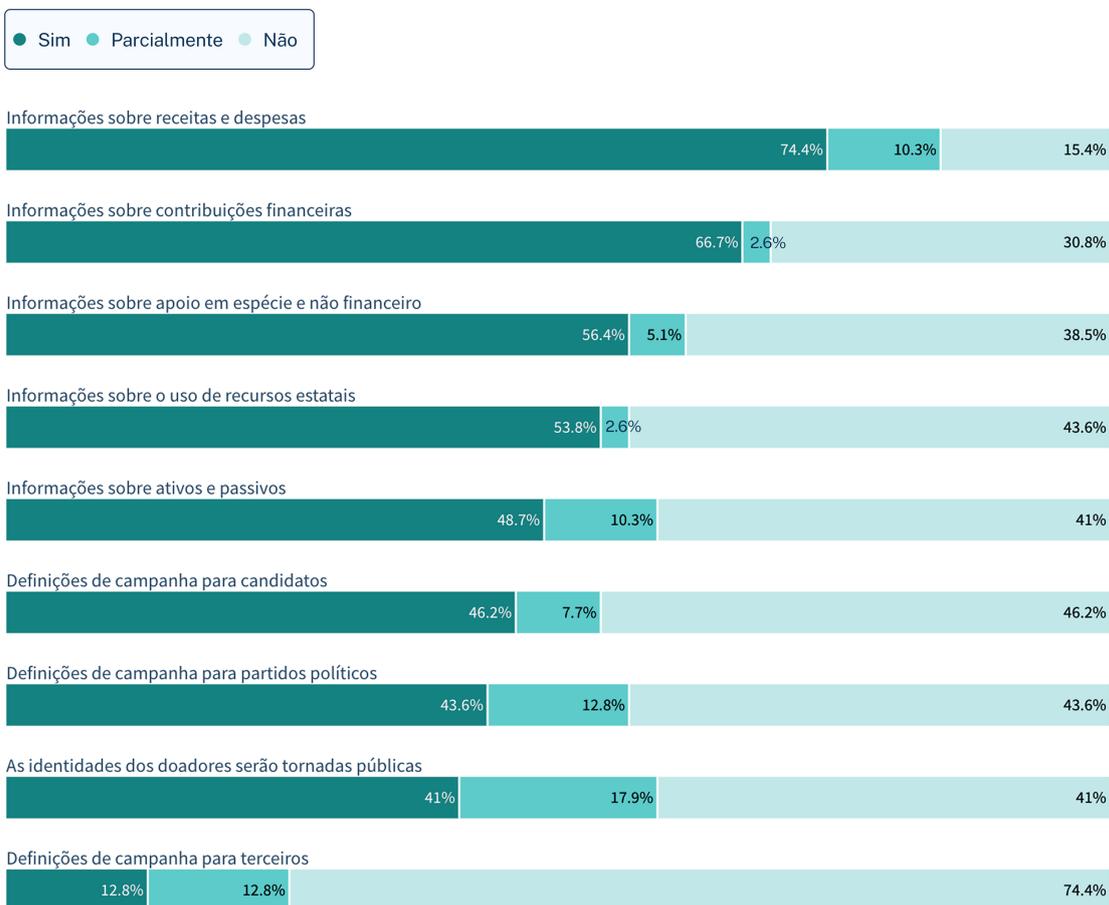
Com relação às finanças políticas, o Barômetro examina as estruturas legais e regulamentares que obrigam os partidos políticos e as campanhas políticas a divulgar informações sobre como arrecadam e gastam dinheiro. Ele também examina se os dados disponíveis fornecem um quadro completo da situação financeira dos partidos políticos e das campanhas políticas, incluindo suas receitas, ativos e passivos, bem como outras formas de arrecadar dinheiro e como o dinheiro é gasto.

Os resultados gerais indicam que as estruturas em vigor estão fazendo algum nível de progresso em 39 dos 43 países avaliados; no entanto, esse progresso é desigual entre os países das duas regiões. A pontuação média na ALC foi de

65,59 e na África foi de 42,48. Em ambas as regiões, a coleta de dados sobre finanças políticas é exigida em 91% dos países, mas a publicação só é exigida em 70% dos países de acordo com as estruturas existentes. Os resultados do Barômetro indicam que apenas 42% dos 43 países pesquisados disponibilizaram esses dados diretamente para o governo.

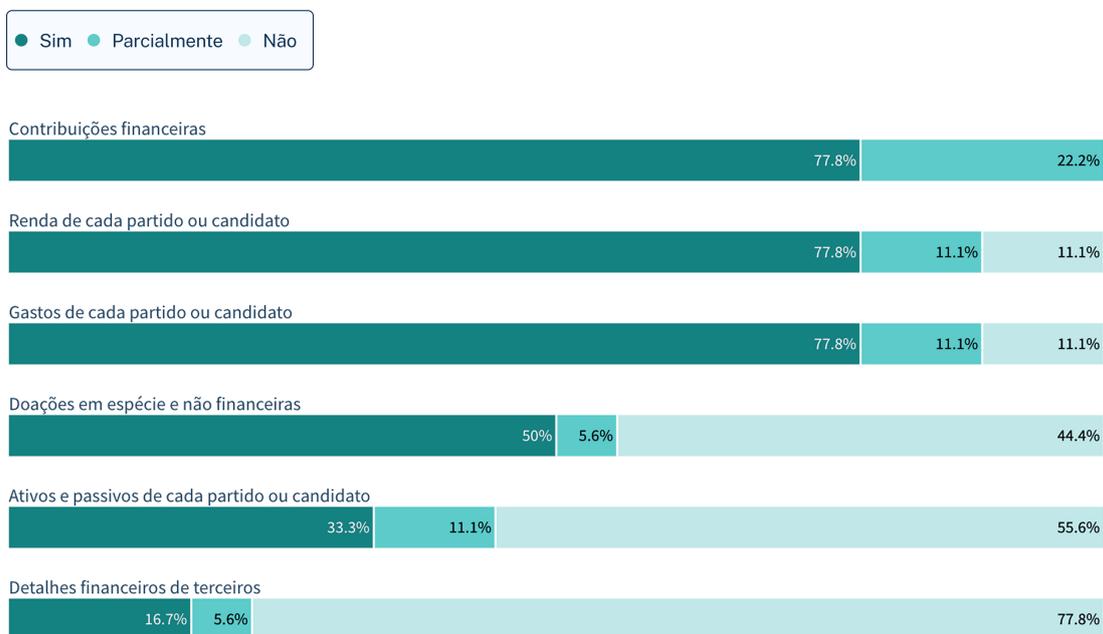
Um exame mais detalhado dos 39 países com uma estrutura legal em vigor revela que 85% deles são obrigados por lei a publicar informações sobre receitas e despesas do partido, 69% exigem a publicação de informações sobre contribuições financeiras e 62% exigem a publicação de informações sobre apoio em espécie e não financeiro. No entanto, essas estruturas legais ainda mostram deficiências nas definições de campanha de terceiros, sendo que 74% não definem o envolvimento de terceiros e 46% não definem campanha para candidatos, nem exigem que a identidade dos doadores seja tornada pública (41%).

## Componentes-chave dos Marcos Regulatórios de Finanças Públicas



Dos países que publicam alguns dados sobre finanças políticas (18 de 43), todos fornecem alguns dados sobre contribuições financeiras e 89% deles fornecem alguns dados sobre receitas e despesas de partidos ou candidatos. Entretanto, 78% dos países com dados disponíveis não fornecem detalhes financeiros sobre terceiros, e 56% não fornecem dados sobre ativos e passivos de partidos ou candidatos.

## Quais Dados de Finanças Públicas Estão Disponíveis?



Em termos de dados abertos, os resultados indicam uma adesão positiva ao princípio de publicação gratuita de dados (todos os países oferecem dados gratuitos ou parcialmente gratuitos), ao princípio de dados atualizados e oportunos (94% dos países cumprem total ou parcialmente) e à publicação de dados históricos (78% dos países cumprem total ou parcialmente). Entretanto, a conformidade com outros princípios fundamentais, como o uso de licenças abertas (não cumprido por 83% dos países), a disponibilização dos dados como um todo (não cumprido por 78% dos países) e a disponibilização dos dados em formatos legíveis por máquina (não cumprido por 61% dos países), é mínima.

Existem bons exemplos de plataformas eficazes de dados de financiamento político no Brasil e no Peru. No Brasil, há [sites](#) administrados pelo Tribunal Superior Eleitoral que contêm dados sobre financiamento político, que podem ser baixados gratuitamente e em formatos abertos. Os dados são atualizados e permitem a exploração de informações específicas, como doações feitas por indivíduos. No Peru, a plataforma de financiamento político "[Claridad](#)"

fornece acesso a informações pesquisáveis sobre financiamento privado, público e indireto, que permite o download de dados em formatos legíveis por máquina e fornece relatórios sobre receitas, despesas, ativos, passivos e doações em espécie.

Um total de 48 estados africanos é obrigado a tomar medidas para incorporar a prática da transparência nas finanças políticas, tendo assinado a [Convenção da União Africana sobre Prevenção e Combate à Corrupção](#) e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Os partidos políticos, legisladores e supervisores na África devem se olhar no espelho do GDB e dar aos cidadãos o que eles merecem: alguma clareza sobre as finanças políticas.

**Jorge Valladares, Transparência Internacional**

## Declarações de interesses e ativos

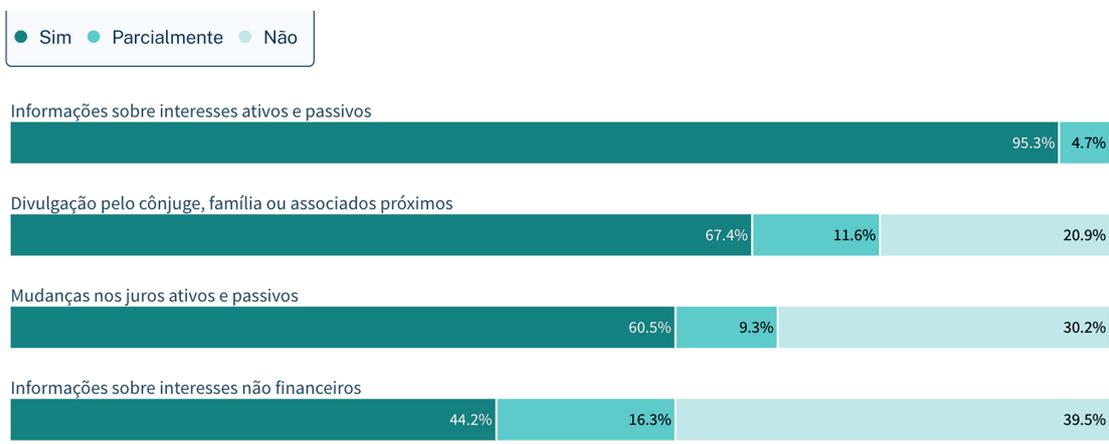
Normalmente, os países exigem que os funcionários públicos declarem seus interesses e ativos para evitar conflitos de interesse e enriquecimento ilícito. O Barômetro avalia os pontos fortes das estruturas legais ou regulatórias nessa área que determinam como os dados relacionados são disponibilizados para o público em geral.

Os resultados gerais do Barômetro em relação às estruturas nacionais que exigem a divulgação de interesses e ativos indicam uma situação muito desigual em nível regional, com os países da América Latina e do Caribe obtendo uma média de 69,95 pontos e os países africanos obtendo uma pontuação muito mais baixa, com uma média de 47,37 pontos. É interessante notar que, em ambas as regiões, 100% dos países com uma estrutura legal em vigor (42 de 43) são obrigados a coletar esses dados, mas apenas 49% dos países são obrigados a publicá-los, o que representa uma lacuna significativa entre as atividades de coleta e publicação.

Embora 49% dos países (22 de 42) exijam a publicação desses dados, apenas 12 realmente publicam algum dado como resultado de ação governamental (2 têm esses dados, mas não como resultado de ação governamental), o que ilustra outras limitações em termos de conformidade com a publicação de dados.

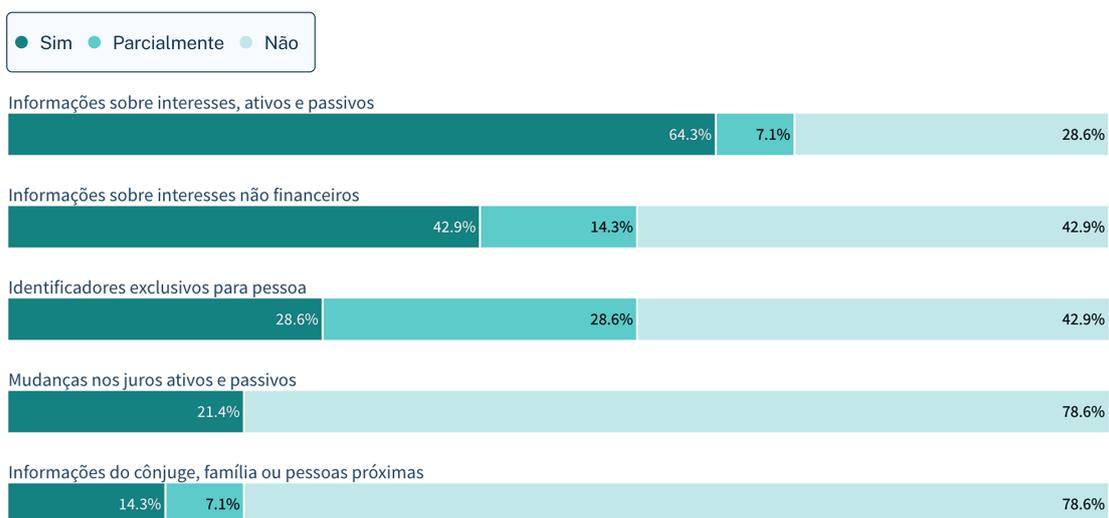
Uma análise mais detalhada das estruturas relevantes indica desenvolvimentos positivos em algumas áreas importantes: 95% dos países são obrigados a coletar informações sobre interesses, ativos e passivos; e 67% são obrigados a coletar informações sobre interesses, ativos e passivos do cônjuge, membros da família ou outros associados próximos de um funcionário público. Entretanto, 40% dos países ainda não exigem a coleta de informações específicas sobre interesses não financeiros, e 30% não exigem a coleta de informações sobre mudanças significativas em interesses, ativos e passivos.

## Componentes-chave dos Marcos Regulatórios sobre Declarações de Interesses e Patrimônio



Em termos de disponibilidade de dados, conforme observado acima, apenas 14 dos 43 países publicam alguns dados relacionados a declarações de juros e ativos. A maior parte das informações publicadas refere-se a participações, ativos e passivos, com 71% dos países publicando em alguma medida. Entretanto, 79% dos países não fornecem informações relacionadas a mudanças significativas em interesses, ativos e passivos, nem informações relacionadas a interesses, ativos e passivos do cônjuge, membros da família ou outros parentes de um funcionário público.

## Elementos de Dados para as Declarações de Interesses e Patrimônio



Em particular, os países que publicam dados ainda têm dificuldades para aderir aos princípios fundamentais dos dados abertos: 71% deles não disponibilizam os dados de forma agregada e 62% não os disponibilizam sob uma licença aberta ou em formatos legíveis por máquina. Entretanto, 93% dos países disponibilizam os dados gratuitamente, 86% fornecem dados atualizados e 71% têm dados históricos.

Exemplos interessantes relacionados à disponibilização de dados sobre declarações de interesses e patrimônio podem ser encontrados no Brasil e no Chile. No Brasil, [os dados](#) disponíveis contêm identificadores exclusivos para cada funcionário público, revelando dados sobre folha de pagamento e viagens; os dados são oportunos, gratuitos, licenciados abertamente e podem ser baixados por meio de uma [API](#). No Chile, o [site InfoProbidad](#) fornece dados abertos sobre as declarações de interesses e patrimônio dos funcionários públicos chilenos, incluindo detalhes sobre seus ativos, investimentos, dívidas e possíveis conflitos de interesse, e o site oferece ferramentas de pesquisa que permitem que os cidadãos acessem rapidamente as informações.

## Registros de lobby

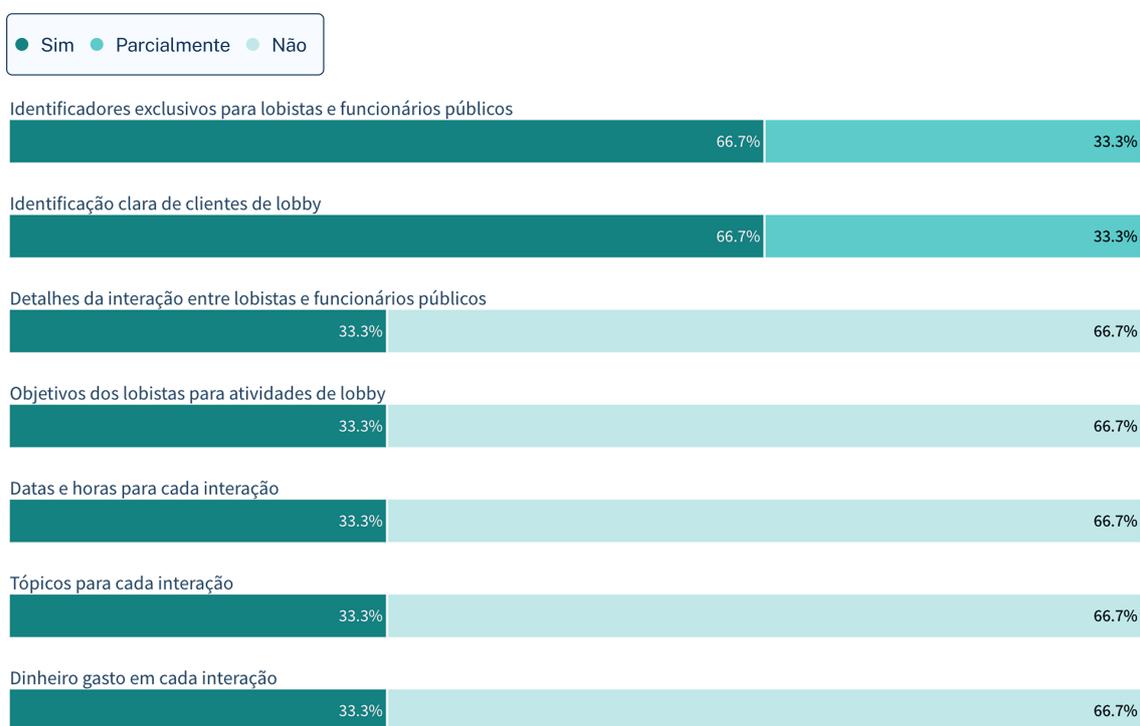
O Barômetro avalia a implementação de estruturas legais e regulamentares que regem os dados de lobby, geralmente na forma de registros, e se os dados nesses registros estão disponíveis ao público. O exame do Barômetro está de acordo com as definições internacionais de lobby: qualquer troca direta ou indireta com funcionários públicos que seja conduzida, gerenciada ou dirigida com o objetivo de influenciar a tomada de decisões públicas.

A existência ou implementação de estruturas relacionadas ao lobby recebeu as pontuações mais baixas do Barômetro de todas as estruturas avaliadas. A pontuação média para os países latino-americanos foi de apenas 9,21, e para os países africanos foi de 0 (ambas em 100). Os únicos países com algum nível de implementação de estrutura são Chile, Colômbia e México. O Brasil e a Costa Rica elaboraram uma estrutura, mas ainda não a oficializaram. Além desses países, nenhum outro país pesquisado tem uma estrutura legal para apoiar a supervisão do lobby.

Os resultados dos cinco países com algum nível de progresso nas estruturas

de lobby indicam que todos eles fornecem definições-chave de grupos, clientes, atividades e funcionários públicos, bem como a coleta e publicação das identidades de lobistas, clientes e funcionários públicos envolvidos em lobby. No entanto, nenhuma dessas definições abrange a coleta e a publicação dos objetivos desses grupos, e 80% delas não abrangem a coleta e a publicação de dados sobre eventos de lobby.

### Disponibilidade de Diferentes Tipos de Dados sobre Lobby



Em termos de disponibilidade de dados, apenas três países disponibilizaram dados ao público como resultado direto de uma ação governamental: Chile, Colômbia e México. Os resultados para esses países revelam uma situação muito positiva no Chile, onde uma variedade de dados é disponibilizada (veja abaixo). Entretanto, apenas dois tipos de dados estavam presentes de alguma forma nos três países: identificadores exclusivos para lobistas e funcionários públicos e identificação clara dos clientes dos lobistas.

O único princípio de dados abertos ao qual todos os três países aderiram foi o de que os dados devem ser gratuitos. Dois dos países cumpriram os princípios de pontualidade, atualização e legibilidade dos dados por máquina.

O portal chileno Infolobby é um bom exemplo de como os dados de lobby podem ser disponibilizados. Os dados do portal são atualizados mensalmente e contêm identificadores exclusivos para cada lobista e funcionário público pelo RUT (Registro Tributário Único) e são disponibilizados sob uma licença Creative Commons 4.0. O portal também tem uma função de pesquisa que permite aos usuários encontrar informações específicas de forma eficiente, incluindo ferramentas de visualização de dados.

## Direito à informação

A maioria dos países do mundo tem disposições que permitem solicitações de informações mantidas pelo governo. O Barômetro examina a transparência dos processos de direito à informação de um país, conforme definido pelas estruturas legais e políticas que regem a publicação dos dados de desempenho do direito à informação.

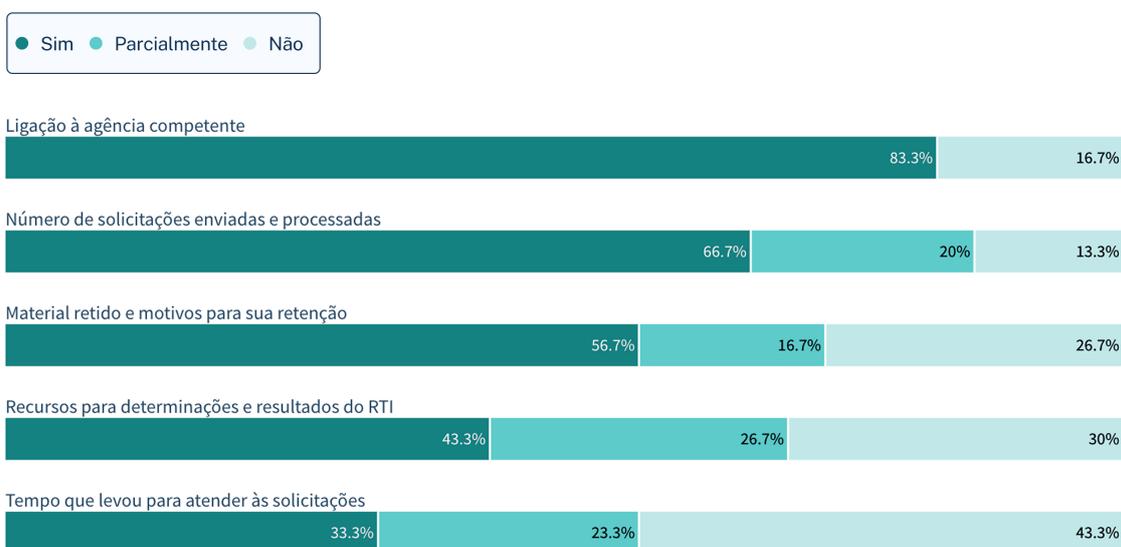
Os resultados gerais mostram diferenças importantes em termos de desempenho regional e estruturas legais que regem os dados de desempenho do DAI. Os países da América Latina obtiveram uma pontuação média de 58,40, enquanto os países africanos obtiveram uma pontuação média de 27,59. Ambas as regiões apresentam espaço significativo para melhorias.

Em ambas as regiões, 70% dos países (ou seja, 30 de 43) são obrigados a coletar dados sobre os resultados do acesso à informação, enquanto apenas 49% dos países (ou seja, 21 de 43) tornam obrigatória a publicação desses dados. Os resultados da disponibilidade de dados mostram um bom nível de conformidade com o último mandato, com 42% dos países (ou seja, 18 de 43) publicando dados sobre os resultados do DAI.

Uma análise mais aprofundada das 30 estruturas existentes revela que 83% desses países exigem explicitamente que os dados sobre o desempenho do direito à informação sejam vinculados a cada departamento ou órgão do governo; 87% dos países exigem, total ou parcialmente, dados sobre o número de solicitações de informações enviadas e processadas; 73% dos países exigem, total ou parcialmente, informações sobre materiais retidos e os

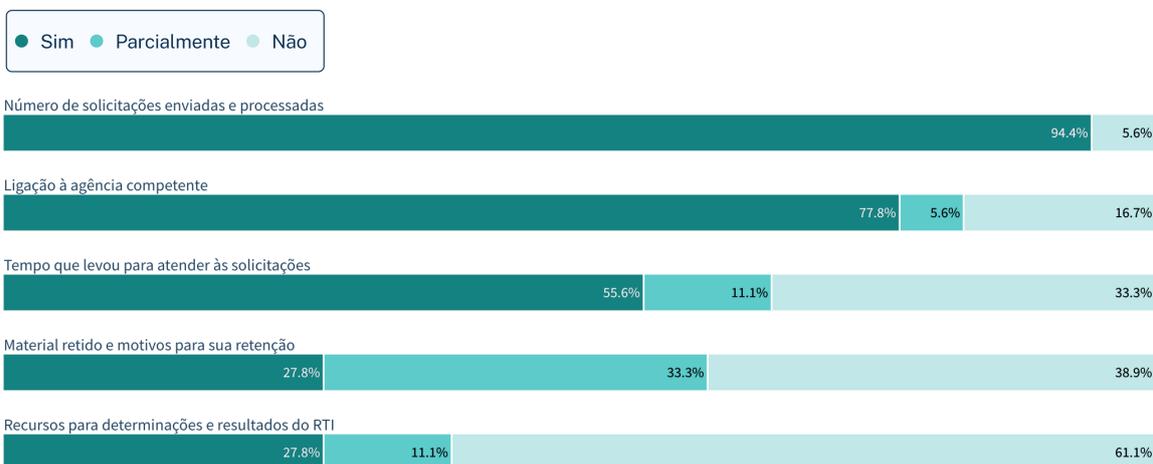
motivos da retenção. Uma das principais limitações da maioria das estruturas é que elas não exigem a divulgação de informações sobre métricas de desempenho de serviços (por exemplo, apenas 43% dos países exigem informações sobre o tempo necessário para responder a solicitações de informações).

### Requisitos de Coleta de Dados nos Marcos de Acesso à Informação (DAI)



Em termos de disponibilidade de dados, entre os 18 países com dados do DAI, 94% deles têm dados sobre o número de solicitações de informações enviadas e processadas, e 83% deles fornecem um link para cada órgão específico. Entretanto, 61% deles não fornecem nenhum dado relacionado aos recursos do DAI, nem descrevem o material retido e os motivos da retenção.

## Tipos de Dados Disponíveis sobre o Desempenho dos Marcos de Acesso à Informação (DAI)



A adesão aos princípios de dados abertos para acesso a dados de informações revela pontos fortes e fracos. Do lado positivo, 100% dos países que disponibilizam dados os oferecem gratuitamente. Do lado positivo, 89% fornecem dados atualizados, 83% fornecem dados históricos e 67% fornecem dados em formatos legíveis por máquina. Do lado negativo, 61% dos países não disponibilizam dados como um todo, e 50% deles não disponibilizam dados sob uma licença aberta ou oferecem ferramentas alternativas para a exploração de dados.

Um exemplo ilustrativo da acessibilidade dos dados de desempenho do direito à informação pode ser encontrado no Brasil, onde um [portal do governo](#) publica solicitações e respostas desde 2015. Além disso, um [painel](#) interativo e fácil de usar fornece dados detalhados e atualizados sobre a implementação e o desempenho da lei API, tudo em formatos abertos que podem ser facilmente baixados e reutilizados.

O acesso a dados atualizados e de melhor qualidade sobre integridade política é essencial para entender quais políticas devem ser promovidas. Para isso, uma etapa importante para os países é fortalecer as parcerias. A disseminação de dados por si só não é suficiente para que os dados sobre integridade política tenham impacto. Ela exige redes de pessoas e instituições que trabalhem juntas, como a mídia, os órgãos de fiscalização, o setor privado e as organizações da sociedade civil.

As parcerias são essenciais por vários motivos. Em primeiro lugar, o envolvimento de diversas partes interessadas ajuda a superar interesses particulares, que geralmente representam obstáculos nessa área. A formação de coalizões de reformadores também ajuda a garantir a sustentabilidade e a mudança duradoura. À medida que mais pessoas se envolvem nas reformas, mais difícil se torna desfazer as iniciativas como resultado de transições políticas ou de uma oposição nova e mais forte. A Open Government Partnership (OGP) é um exemplo de plataforma por meio da qual os reformadores podem promover essas iniciativas.

**Renzo Falla Lopez-Open Government Partnership**

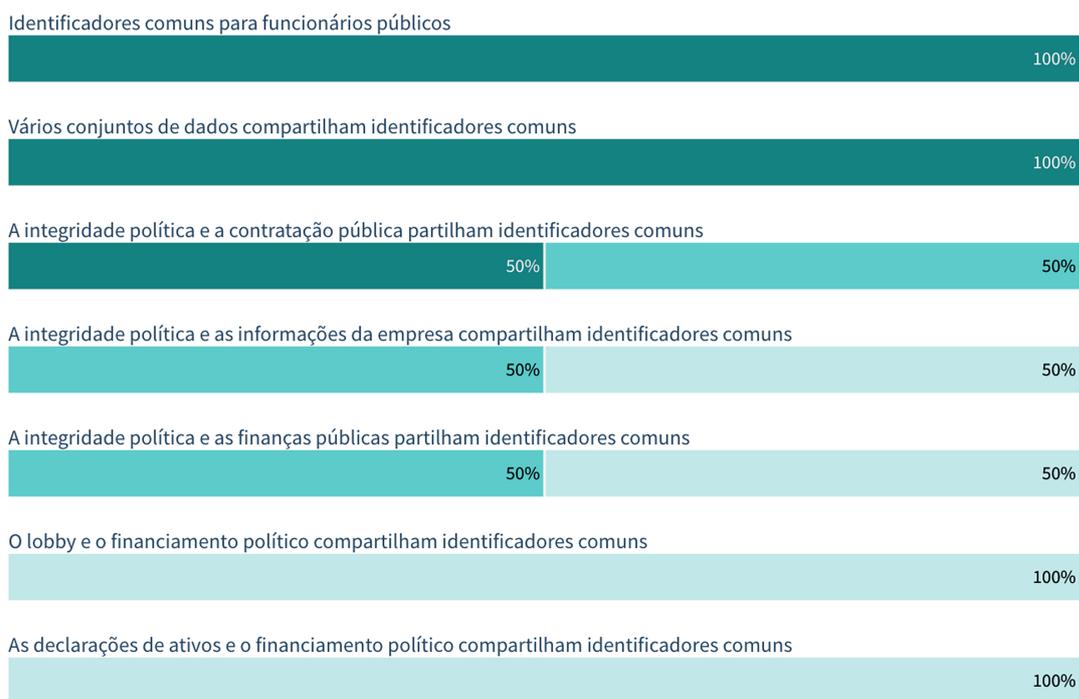
## Integridade política Interoperabilidade

O Barômetro examina a interoperabilidade dos principais conjuntos de dados de integridade política, tanto no nível básico de documentação detalhada quanto em termos de consistência de formatos, padrões, campos de dados e identificadores. A avaliação examina a interoperabilidade dos quatro conjuntos de dados de integridade política (Political Finance, Declaration of Interests and Assets, Lobbying e DAI), bem como os outros conjuntos de dados temáticos (Corporate Information, Public Finance e Public Procurement).

Os resultados do Barômetro indicam que apenas 7% dos países pesquisados alcançaram algum nível de interoperabilidade, enquanto outros 5% mostram alguma evidência isolada de interoperabilidade. Os 88% restantes dos países indicam uma falta de interoperabilidade de dados entre os conjuntos de dados de integridade política e temática do GDB.

Apenas dois países, Benin e Chile, foram capazes de identificar a existência de identificadores comuns entre qualquer conjunto de dados-alvo dentro do grupo de Integridade Política avaliado no Barômetro. A figura abaixo ilustra esses casos. Ambos os países mantêm identificadores comuns para funcionários públicos e para vários conjuntos de dados de Integridade Política e Compras Públicas.

## Elementos-chave da Interoperabilidade de Dados em Conjuntos de Dados sobre Integridade Política



A falta de interoperabilidade dos conjuntos de dados temáticos e de integridade política do GDB aponta para uma deficiência sistêmica que exige ação. A corrupção geralmente não envolve um único ato, tipo de ato ou ator, mas envolve redes complexas e fluxos de dinheiro. Os dados podem ser essenciais para rastrear fluxos financeiros ilícitos e combater a corrupção, mas quando os dados relevantes não são interoperáveis, só é possível ter uma visão muito fragmentada.

## Gerenciamento de terras

O grupo Land Management explora como os dados podem ajudar em uma das áreas mais controversas e de maior alcance da governança e da regulamentação, esclarecendo quem é o proprietário da terra e como ela é usada. Informações transparentes e acessíveis sobre a posse e o uso da terra são essenciais para promover o desenvolvimento equitativo, resolver conflitos, proteger os direitos da comunidade e garantir o gerenciamento sustentável dos recursos.

Esse grupo concentra-se em duas dimensões principais: os dados de posse da terra fornecem informações sobre propriedade, arrendamento, direitos de uso e reivindicações consuetudinárias, ajudando a esclarecer quem tem direitos legais ou reconhecidos sobre a terra; os dados de uso da terra revelam como a terra está sendo desenvolvida ou usada, seja para agricultura, moradia, comércio, conservação ou outros fins.

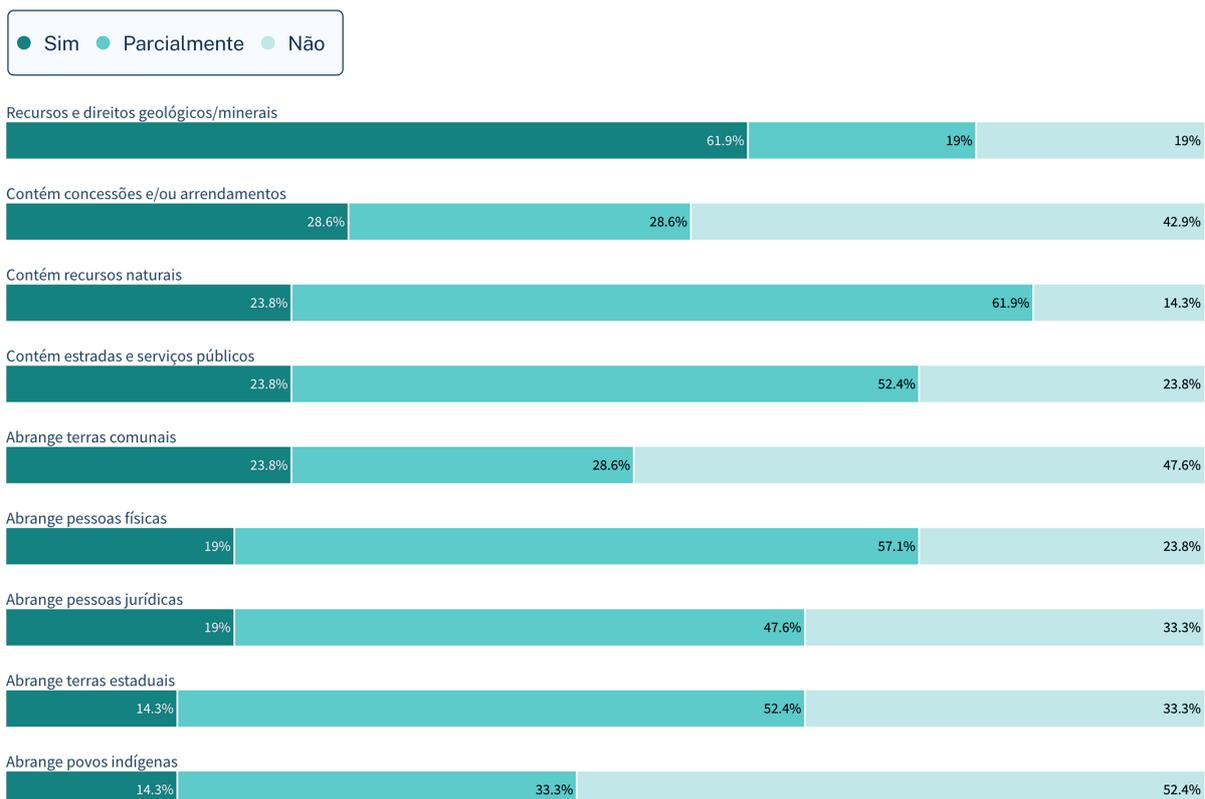
Juntos, esses conjuntos de dados são vitais para responsabilizar governos e agentes privados, informar políticas justas de distribuição de terras e apoiar o planejamento ambiental e social. Quando os dados relacionados à terra são abertos e confiáveis, eles capacitam os cidadãos, protegem as comunidades vulneráveis e apoiam a tomada de decisões que equilibram o desenvolvimento econômico com o bem-estar humano e ecológico.

## Posse da terra

Os resultados do Barômetro indicam que 30% dos países (13 de 43) têm alguns dados relacionados diretamente do governo, 51% (22) têm dados, mas não do governo, e 19% dos países (8) não fornecem nenhum dado. Entre todos os países, 49% (21) têm dados sobre a posse da terra com cobertura nacional que não se limita a uma área ou local específico do país. Esses países específicos foram objeto de uma análise mais aprofundada pelo Barômetro, que indica que mesmo os países com dados nacionais têm informações limitadas sobre a posse de terra dos povos indígenas ou sobre a posse de terra alocada em terras comunitárias. Cinquenta e dois por cento dos países não têm dados sobre a posse de terras indígenas e 48% dos países não têm dados sobre terras comunitárias. Entretanto, outros tipos de dados estão

mais amplamente disponíveis. Por exemplo, 86% dos países têm dados relacionados a recursos naturais.

### Dados Disponíveis sobre Posse da Terra: Categorias-chave



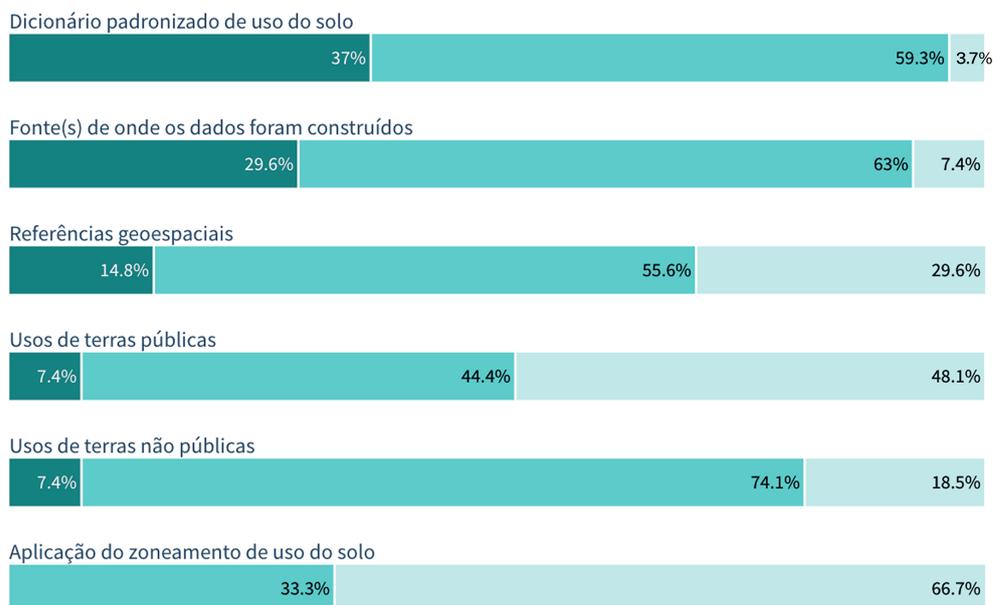
Em termos de princípios de dados abertos, a descoberta mais positiva é que 71% dos países com dados nacionais os disponibilizam livremente. Outras constatações são menos positivas. Por exemplo, apenas 5% desses países têm dados históricos completos e 19% deles os têm totalmente atualizados, em formatos legíveis por máquina e disponíveis como um todo.

## Uso da terra

Os resultados do Barômetro indicam que 42% dos países (18 de 43) disponibilizam dados de uso da terra para o governo, e que outros 42% dos países têm dados on-line, mas não do governo. Os 16% restantes (7) não têm dados on-line. Entre todos os países com dados disponíveis, 63% (27) fornecem dados com cobertura nacional.

Os resultados dos países com cobertura de dados nacionais mostram algumas limitações nos dados relacionados à implementação do zoneamento do uso da terra (33% dos países têm alguns dados) e nos dados relacionados ao uso da terra pública (52% dos países têm alguns dados). Outros resultados são mais positivos. Por exemplo, 96% dos países têm algum tipo de dicionário padronizado de uso da terra, 93% dos países têm informações de origem em seus metadados e 81% dos países têm alguns dados relacionados ao uso não público da terra.

### Dados Disponíveis sobre Uso da Terra: Categorias-chave



Em termos de princípios de dados abertos, apenas alguns países estão totalmente em conformidade. A descoberta mais positiva foi que 78% dos países com dados nacionais os disponibilizaram gratuitamente. Entretanto, 0% dos países têm dados históricos completos, 11% estão em total conformidade com o princípio de legibilidade por máquina, 15% usam uma licença aberta e 19% têm os dados disponíveis na íntegra (download em massa).

Em uma observação mais positiva, em países com cobertura nacional, os dados de uso da terra são usados por uma ampla gama de atores, incluindo agências governamentais, sociedade civil, academia, mídia e setor privado, para fins que vão desde a formulação de políticas até a ação e a inclusão climáticas.

Em Burkina Faso, por exemplo, os acadêmicos usaram esses dados para analisar [a capacidade e o desenvolvimento do turismo](#) em áreas específicas do país. Em Honduras, os acadêmicos examinaram [a expansão urbana e o crescimento populacional](#) em áreas específicas do país para determinar como eles afetam o uso da terra e os recursos naturais. E na Libéria, organizações internacionais de defesa usaram esses dados para detectar altas taxas de [desmatamento](#) em áreas florestais nacionais, bem como em outros países, como Costa do Marfim e Gana.

Os dados abertos sobre a terra são essenciais não apenas para a eficiência operacional e a coerência das políticas, mas também para permitir uma compreensão holística do ecossistema de informações sobre a terra. Dados fundiários abertos, interoperáveis e padronizados melhoram a transparência, aprimoram a integração de dados intersetoriais e apoiam a tomada de decisões com base em evidências. Eles fortalecem os ciclos de feedback entre as partes interessadas, incluindo governos, sociedade civil e setor privado, possibilitando, assim, resultados de desenvolvimento mais inclusivos e sustentáveis.

Os resultados do barômetro indicam que há uma grande variação, em nível nacional e regional, mas, de modo geral, o ecossistema de dados de uso da terra continua muito incompleto. Os dados sobre a terra têm várias dimensões e ainda há muito a ser feito para melhorar não apenas a coleta de dados, mas também a governança e a publicação aberta das coleções de dados digitais existentes.

**Charl-Thom Bayer-Portal da Terra**

## Informações sobre a empresa

O grupo de relatórios corporativos examina a disponibilidade e a abertura dos principais conjuntos de dados que ajudam a descobrir quem, em última instância, controla e se beneficia das entidades corporativas. Com foco na propriedade beneficiária e nos registros de empresas, esse grupo explora os fundamentos da transparência corporativa, um componente essencial na luta contra a corrupção, a evasão fiscal e o abuso de poder.

Informações transparentes sobre as empresas permitem que os jornalistas, a sociedade civil e os órgãos de supervisão rastreiem os vínculos entre as estruturas corporativas e a influência política, identifiquem possíveis conflitos de interesse e exponham fluxos financeiros ilícitos. Os dados sobre propriedade beneficiária, em particular, desempenham um papel fundamental na revelação das pessoas reais por trás das fachadas opacas das empresas, e são especialmente importantes quando essas entidades se relacionam com compras públicas, financiamento político ou cargos públicos.

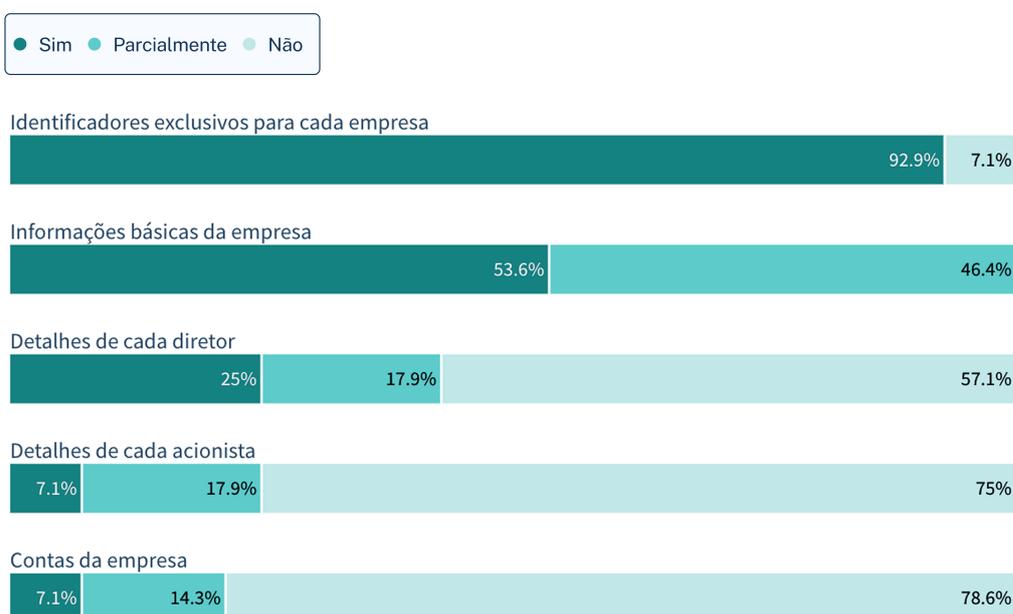
Para que os dados sirvam ao bem público, eles devem ser mais do que um mandato legal: devem ser acessíveis, oportunos e utilizáveis. Esse grupo avalia não apenas se a propriedade beneficiária e os dados corporativos são coletados por lei, mas também se esses conjuntos de dados são abertos na prática e estruturados de forma a permitir o uso significativo por vigilantes, cidadãos e reguladores.

## Registros

Um registro nacional de empresas contém dados sobre empresas constituídas em um país. Os resultados do Barômetro indicam que 65% dos países (28 de 43) disponibilizam alguns desses dados diretamente do governo, e outros 2 disponibilizam os dados, mas não do governo. Trinta por cento dos países (13) não disponibilizam esses dados publicamente, principalmente porque não há um registro nacional centralizado de empresas, ou há requisitos de acesso que não estão disponíveis para todos, ou os dados estão disponíveis apenas para agências governamentais.

Entre os 28 países, os identificadores exclusivos de empresas são os dados disponíveis com mais frequência. Noventa e três por cento dos países disponibilizam dados de identificadores juntamente com informações básicas da empresa, como nome, forma jurídica e sede social. Entretanto, a disponibilidade de outros dados relevantes é limitada, como detalhes dos acionistas (25%) e contas da empresa (21%).

### Tipos de Dados Disponíveis nos Registros de Empresas



Em termos de adesão aos princípios de dados abertos, os resultados revelam mais pontos fracos do que fortes. Oitenta e seis por cento dos países que publicam dados não os disponibilizam na íntegra, 79% dos países não os publicam em formatos legíveis por máquina e 64% dos países não os fornecem sob uma licença aberta. Do lado positivo, 75% dos países disponibilizam os dados gratuitamente e 71% dos países garantem que os dados sejam oportunos e atualizados.

Bons exemplos de dados de registro podem ser encontrados em Botsuana e no México. Em Botsuana, [dados essenciais](#) como nome da empresa, forma jurídica, status e endereço estão disponíveis, cada empresa tem um identificador exclusivo e informações sobre os acionistas, incluindo nomes,

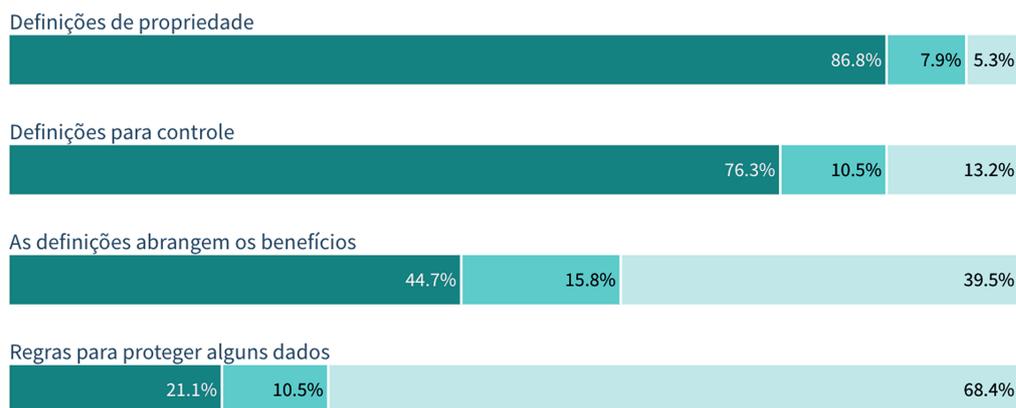
número de ações e categorias. Ferramentas acessíveis estão disponíveis para explorar os dados, que são atualizados regularmente. No México, [os dados](#) são fornecidos pelo INEGI (Instituto Nacional de Estadística y Geografía) e podem ser acessados on-line, oferecendo ferramentas de mapeamento geográfico para identificar a localização das empresas. Os dados incluem identificadores exclusivos e informações básicas da empresa.

## Propriedade beneficiária

De modo geral, os resultados do Barômetro indicam que os países da ALC e da África estão progredindo em termos de suas estruturas legais para a propriedade beneficiária, mas ainda há muito espaço para melhorias. A pontuação média para a América Latina foi de 49,17 e, para a África, de 47,33. Apenas 37% (ou seja, 16 de 43) dos países exigem explicitamente a publicação de dados sobre propriedade beneficiária, enquanto 88% (ou seja, 38 de 43) deles tornam obrigatória a coleta dessas informações. Na prática, a maioria dos países coleta informações sobre propriedade beneficiária, mas apenas uma minoria as publica. Além disso, os resultados sobre a publicação de dados indicam que apenas 7% dos países tornam os dados públicos.

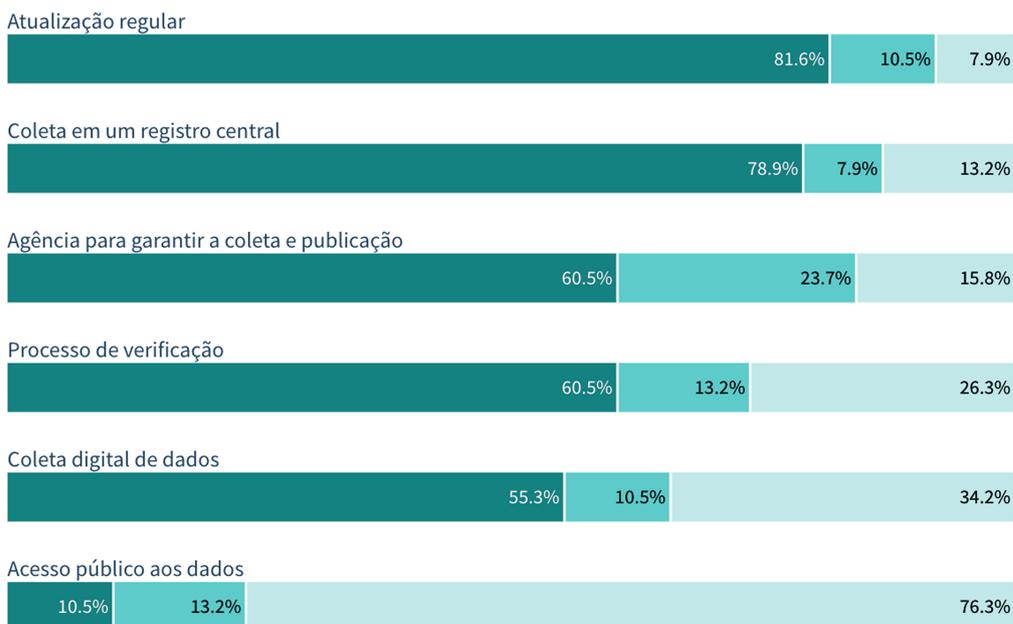
Entre os 88% dos países com estruturas em vigor, os resultados indicam que 87% dos países fornecem definições claras do que constitui propriedade e 76% fornecem definições claras de controle. Por outro lado, apenas 21% dos países têm regras ou processos em vigor para proteger os proprietários da publicação de alguns ou de todos os seus dados.

## Marcos Regulatórios de Propriedade Beneficiária: Definições e Proteção



Em termos de disposições sobre a qualidade dos dados, os resultados indicam que 82% dos países exigem que os dados sobre propriedade beneficiária sejam atualizados regularmente, e 79% exigem que esses dados sejam coletados em um registro centralizado. Além disso, 61% especificaram um órgão responsável por garantir a coleta e a qualidade dos dados. A acessibilidade pública é um ponto fraco geral, pois só é exigida explicitamente em 11% dos países.

## Marcos Regulatórios de Propriedade Beneficiária: Disposições sobre a Qualidade dos Dados



Os dados sobre propriedade beneficiária estão disponíveis publicamente apenas no [Equador, na Nigéria](#) e em Gana. Em Gana, os dados são necessários apenas para os [setores extrativistas](#). No Equador e na Nigéria, identificadores exclusivos são atribuídos às empresas, e os dados são mantidos atualizados e disponíveis gratuitamente. Na Nigéria, os dados são fornecidos por meio do registro de Pessoas de Controle Significativo (PSC), seguem o Padrão de Dados de Propriedade Beneficiária (BODS) e estão disponíveis em formatos legíveis por máquina, como JSON e CSV. Quanto à estrutura de propriedade beneficiária, um exemplo ilustrativo pode ser encontrado nas Bahamas, onde a [Lei de Registro de Propriedade Beneficiária](#) e sua [Emenda](#) exige o registro de proprietários beneficiários e estabelece um banco de dados nacional.

A transparência no ambiente de negócios não é um dado adquirido. Os pesquisadores podem apoiar a saúde do ecossistema de informações comerciais por meio de trabalhos que demonstrem, documentem e meçam o impacto de governos, empresas e cidadãos que têm acesso a informações precisas, completas e de alta qualidade sobre as empresas e as pessoas que as possuem, controlam ou se beneficiam delas. Esse tipo de pesquisa é uma contribuição essencial para manter o espaço político aberto e as reformas sustentáveis.

O Barômetro é um recurso inestimável para esses esforços. Ele já está sendo usado em pesquisas acadêmicas para [explorar padrões](#) e motivos para a reforma da propriedade beneficiária. Nos próximos anos, a Open Ownership e seus parceiros trabalharão para ampliar a base de evidências sobre a transparência das redes de propriedade beneficiária e como diferentes fontes de informação -incluindo informações sobre a propriedade beneficiária de veículos legais e acionistas-podem contribuir de forma mais eficaz para uma melhor compreensão dessas redes.

**Alanna Markle-Open Ownership**

## Compras públicas

O grupo de aquisições públicas avalia se os sistemas nacionais de aquisições apoiam a transparência e a disponibilidade de dados estruturados, abertos e acessíveis ao público. Um novo indicador nesta edição examina se as estruturas legais e regulatórias exigem a publicação de informações sobre aquisições públicas e se os dados abrangem todo o ciclo de vida das aquisições: desde o planejamento e a licitação até a adjudicação e execução do contrato. O grupo também considera aspectos essenciais da governança de dados, incluindo a presença de identificadores exclusivos, o potencial de interligação de conjuntos de dados e a adesão a padrões de dados abertos que melhoram a usabilidade e a análise.

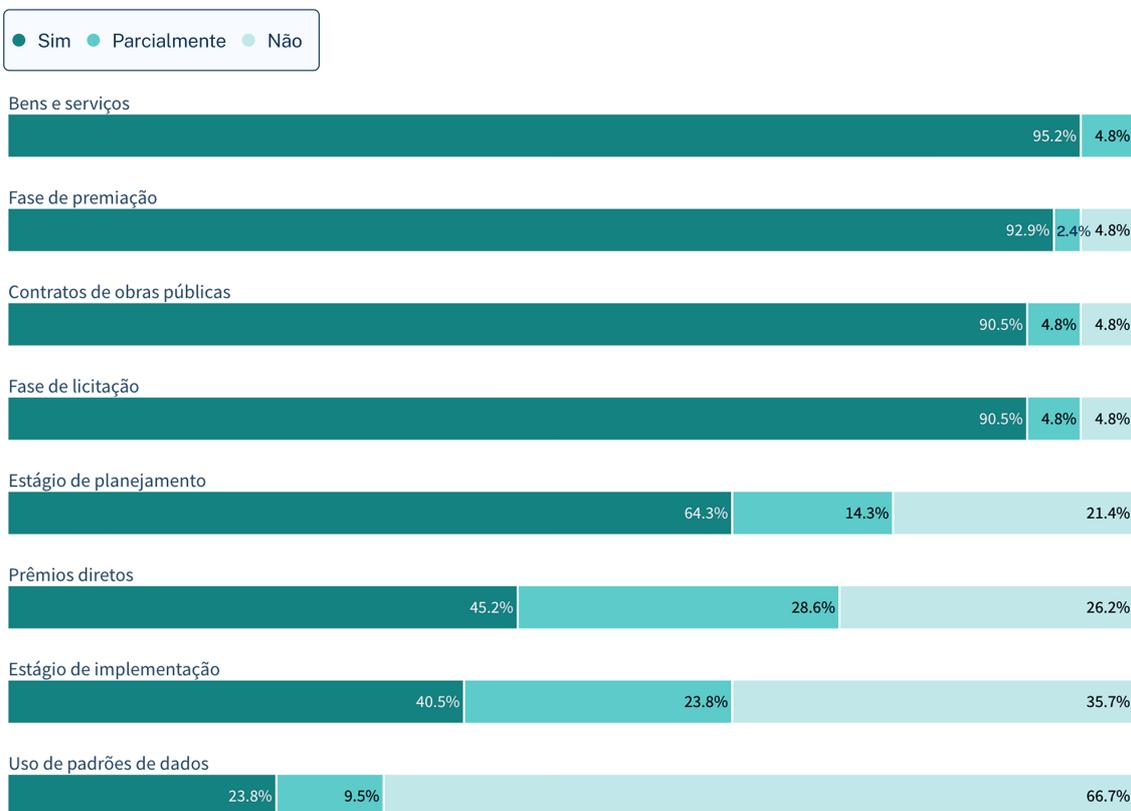
Para realmente servir ao bem público, os dados de aquisições públicas devem ser publicados em formatos que permitam aos jornalistas, à sociedade civil e aos órgãos de supervisão acompanhar o dinheiro, identificar sinais de alerta e responsabilizar os atores. Sistemas de aquisição transparentes são vitais para garantir uma concorrência justa, melhorar a prestação de serviços públicos e criar confiança entre governos e cidadãos.

## Governança

De modo geral, os resultados da 2ª edição indicam que os países da América Latina e do Caribe e da África fizeram grandes avanços na implementação de estruturas regulatórias sobre dados de aquisições. A pontuação média para a ALC foi de 78,16, e para a África, 75,79. 100% dos países analisados (exceto a Libéria, pois sua estrutura não foi implementada nacionalmente) exigem explicitamente a publicação de dados de aquisições em suas estruturas, e os resultados ilustram a total conformidade com 100% dos países que efetivamente publicam dados de aquisições para o público em geral.

No entanto, uma análise mais detalhada das estruturas legais implementadas até o momento indica áreas que podem ser melhoradas. Por exemplo, 67% dos países não exigem o uso de padrões de dados, 36% não exigem a publicação de dados de aquisição da fase de implementação e 26% não exigem a publicação de dados sobre concessões diretas.

## Marcos Regulatórios de Contratações Públicas: Definições, Tipos de Processos e Campos de Dados Requeridos



Os resultados indicam que as disposições de qualidade de dados nas estruturas existentes são bastante rigorosas: 90% dos países têm uma agência líder especificamente responsável pela publicação precisa e oportuna de dados de recrutamento, 83% deles exigem explicitamente a coleta digital de dados de recrutamento e 76% deles têm um processo de verificação legalmente definido antes de publicar os dados.

## Marcos Regulatórios de Contratações Públicas: Disposições para Garantir a Qualidade dos Dados

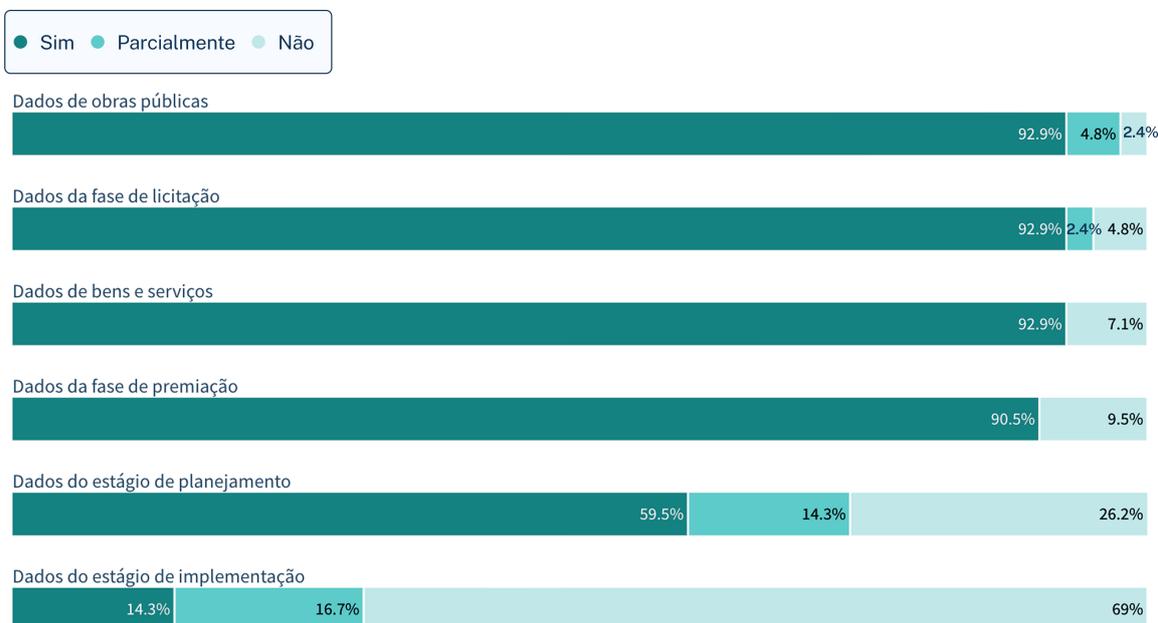


Bons exemplos de estruturas de compras públicas podem ser encontrados na República Dominicana e em Ruanda. Na República Dominicana, [a Lei 340-06](#) exige que todas as informações sejam acessíveis ao público, o [Decreto 416-23](#) estipula a supervisão preventiva pela Diretoria de Compras para garantir a conformidade com as leis e regulamentos, enquanto o [Decreto 350-17](#) determina o uso obrigatório do Portal Transacional para atividades de compras, que usa o Open Procurement Data Standard. Em Ruanda, a [Lei nº 031/2022](#) e a Ordem Ministerial nº [001/23/10/TC](#) exigem a coleta e a publicação de dados sobre bens, serviços e obras públicas, abrangendo as fases de planejamento, licitação, adjudicação e execução, além de apoiar a coleta de dados digitais e a atualização regular.

## Disponibilidade

Em termos de disponibilidade de dados, os resultados do Barômetro indicam um desempenho positivo de 42 países em termos da variedade de dados de compras públicas disponibilizados. 93% dos países publicam dados sobre a aquisição de bens e serviços. É importante ressaltar que apenas 14% dos países publicam dados sobre a fase de execução, o que reflete um espaço significativo para melhorias.

## Disponibilidade de Dados de Contratações: Tipos de Dados-chave



Em termos de adesão aos princípios de dados abertos, os resultados da 2ª edição apresentam constatações positivas e negativas para os países avaliados. Do lado positivo, 100% dos países oferecem dados de compras públicas gratuitamente, 74% atualizam os dados e 67% oferecem dados históricos. No entanto, 55% dos países não oferecem os dados na íntegra, 40% não oferecem os dados em formatos legíveis por máquina e 33% não oferecem os dados sob uma licença aberta.

Bons exemplos de dados de compras públicas podem ser encontrados no Equador e no Quênia. No Equador, os dados de compras públicas têm duas fontes principais, o [Sistema Oficial de Compras Públicas do Equador \(SOCE\)](#) e o Portal de Dados Abertos de Compras Públicas, que abrangem todos os estágios de compras e fornecem identificadores exclusivos para empresas e dados históricos e estruturados que estão alinhados com o Padrão de Compras de Dados Abertos. No Quênia, o [portal de compras](#) públicas publica dados em formatos legíveis por máquina, que contêm identificadores para conectar dados em cada estágio do mesmo processo de compras e aderem ao Open Procurement Data Standard.

Embora existam bons exemplos em ambas as regiões de como divulgar dados de compras em um formato aberto seguindo as melhores práticas internacionais, ainda há grandes lacunas na divulgação de dados de todos os estágios do processo de compras em um formato legível por máquina.

Os países precisam continuar a aumentar a disponibilidade de informações, tanto em termos das principais áreas de informação quanto da cobertura geral dos dados incluídos. Sem essas informações, os usuários terão dificuldade para entender como os governos gastam e como fornecem bens e serviços públicos aos cidadãos.

Nenhum país deve confiar em sua avaliação atual. À medida que a disponibilidade e a qualidade dos dados continuarem a melhorar, aumentarão as oportunidades para que todos os atores usem os dados de compras públicas para oferecer melhores serviços públicos, bens e infraestrutura para comunidades inclusivas, justas e sustentáveis.

**Camila Salazar - Open Contracting Partnership**

## Finanças públicas

O grupo de Finanças Públicas avalia a disponibilidade e a governança dos dados orçamentários e de despesas, o que é fundamental para entender como os recursos públicos são gerenciados e se as decisões fiscais atendem ao bem público. A transparência dos dados financeiros permite que os cidadãos, os órgãos de supervisão e a sociedade civil acompanhem o dinheiro: para ver como os orçamentos são formulados, como os fundos são alocados e como os gastos estão alinhados com as prioridades estabelecidas.

Esse grupo examina não apenas se os dados orçamentários e de despesas são publicados, mas também como eles são governados, se as estruturas legais garantem a transparência, se os dados são oportunos e completos e se existem mecanismos para garantir o acesso público e a facilidade de uso. Essas dimensões são essenciais para transformar os dados fiscais em uma ferramenta de prestação de contas, participação e implementação de políticas mais eficazes.

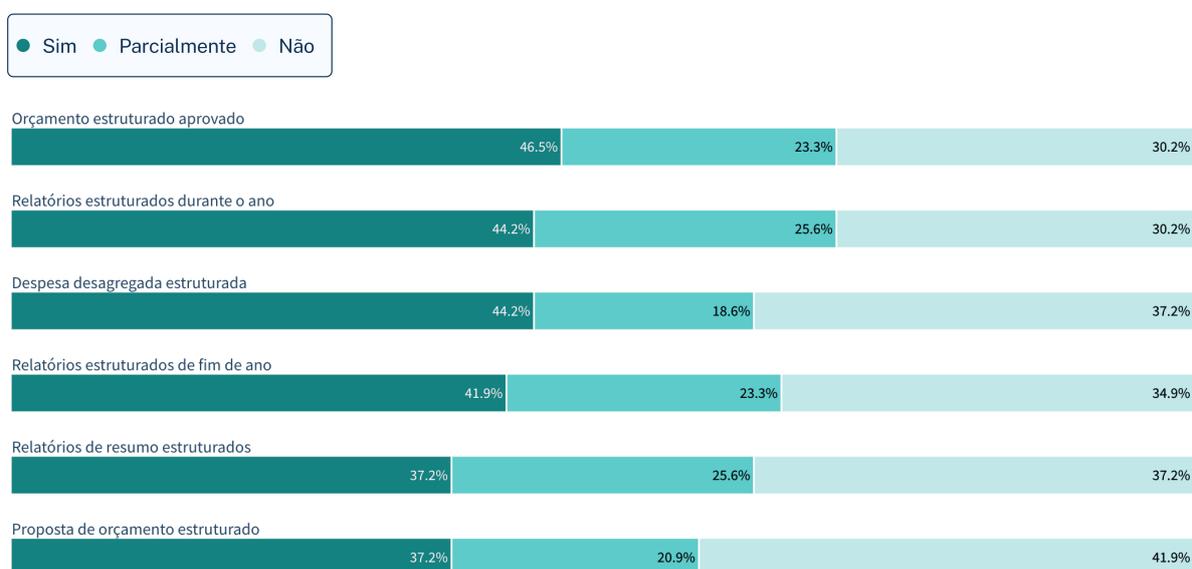
## Governança

A maioria dos países tem uma estrutura legal para orientar a gestão das finanças públicas. Essas estruturas determinam como as informações sobre receita, dívida, orçamento, despesas e outras informações sobre finanças públicas, como indicadores ou medidas de desempenho orçamentário, devem ser coletadas, gerenciadas e publicadas. O Barômetro avalia se as estruturas existentes em um determinado país abordam adequadamente a coleta e a publicação dos principais dados estruturados para apoiar a PFM e se esses dados estão disponíveis para o público em geral.

Em geral, os resultados mostram que os países da América Latina e do Caribe e da África fizeram algum progresso no desenvolvimento e na implementação de estruturas legais e regulatórias relacionadas às finanças públicas. A pontuação média para a ALC foi de 62,00 e para a África foi de 68,59. Noventa e cinco por cento dos países exigem explicitamente a publicação de dados financeiros, e 93% publicaram pelo menos alguns dados, o que ilustra uma conformidade bastante forte.

No entanto, uma análise mais detalhada das estruturas existentes também indica alguns pontos fracos. Menos de 50% dos países exigem explicitamente a publicação de dados estruturados, sendo o orçamento aprovado o conjunto de dados mais exigido (47% dos países). Outros conjuntos de dados são exigidos com muito menos frequência: apenas 37% dos países exigem a publicação de propostas orçamentárias e relatórios financeiros resumidos.

### Tipos de Dados de Finanças Públicas Exigidos pelos Marcos Regulatórios



Em um aspecto mais positivo, os resultados do Barômetro indicam que os acordos de qualidade de dados estão em vigor. Por exemplo, 84% dos países têm uma agência especializada responsável pela publicação precisa e oportuna dos dados, e 80% dos países exigem explicitamente que os dados sejam atualizados regularmente.

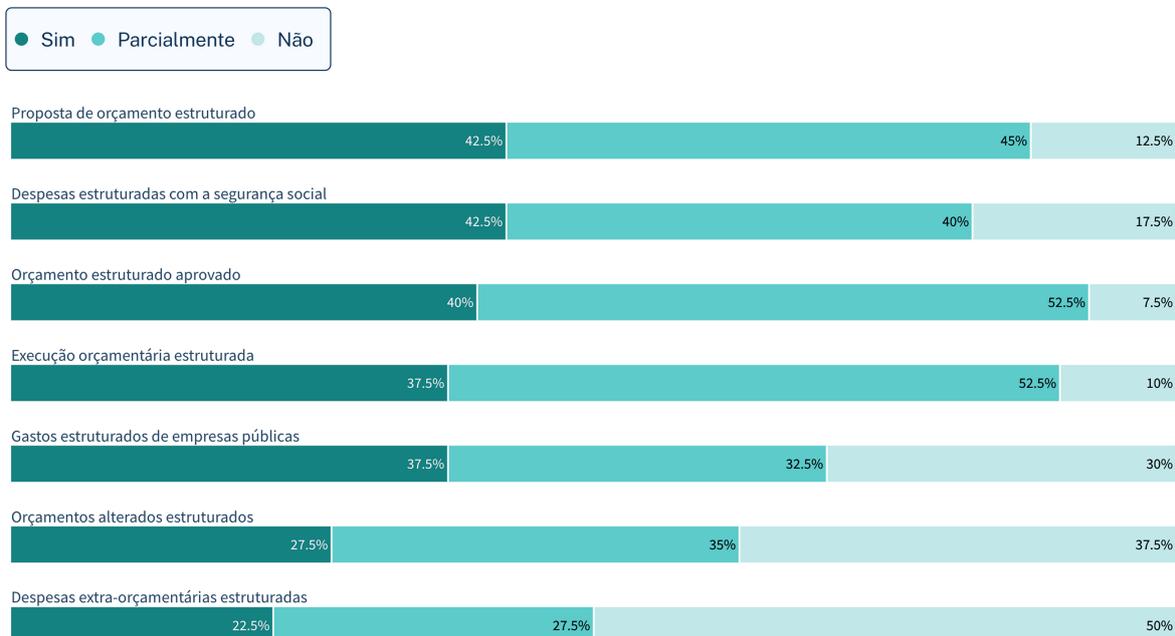
Há alguns exemplos de estruturas sólidas em Honduras, Gana e África do Sul. Em Gana, a Lei de Gestão das Finanças Públicas (juntamente com os [Regulamentos de Gestão das Finanças Públicas](#)) fornece orientação sobre as responsabilidades de dados durante a preparação, promulgação, execução e relatório do orçamento. E na África do Sul, a [Lei de Gestão de Finanças Públicas](#) exige a coleta de dados e a elaboração de relatórios por departamentos e entidades governamentais;

a [Lei de Gestão de Finanças Municipais](#) aplica esses requisitos aos municípios; e os [Regulamentos do Tesouro Nacional](#) fornecem diretrizes detalhadas para a coleta de dados financeiros e a elaboração de relatórios, promovendo coletivamente a transparência e a responsabilidade na gestão das finanças públicas.

## Disponibilidade

Em termos de disponibilidade de dados, apenas 3 países não têm dados de finanças públicas disponíveis para o público em geral: Libéria, Ruanda e Tunísia. Entretanto, entre os outros 40 países em que os dados foram disponibilizados como resultado de uma ação governamental, a variedade e a qualidade dos dados são extremamente limitadas. Por exemplo, os dados sobre despesas extra-orçamentárias só estão disponíveis de forma estruturada em 23% dos países, e os dados orçamentários modificados só estão disponíveis em 28% dos países. Entretanto, conforme observado acima, os dados sobre orçamentos aprovados estão disponíveis em 93% dos países pesquisados (40% estruturados e 53% não estruturados) e, da mesma forma, os dados sobre propostas orçamentárias estão disponíveis em 88% dos países (43% estruturados e 45% não estruturados).

## Tipos de Dados de Finanças Públicas Disponíveis



Em termos de conformidade com os princípios de dados abertos, os resultados do Barômetro para dados de finanças públicas revelam inconsistências significativas. Embora 100% dos países que publicam esses dados o façam gratuitamente e 90% deles tenham dados históricos, na realidade os dados não são legíveis por máquina em 48% dos países, em 70%, os dados não estão totalmente disponíveis e em 60%, os dados não são licenciados abertamente.

As deficiências relacionadas às limitações das estruturas legais para garantir a disponibilidade de dados limitam substancialmente o uso de dados de finanças públicas para obter maior transparência, melhorar a gestão financeira pública e a alocação orçamentária. Dados estruturados e desagregados podem ser usados para apoiar a análise orçamentária de gênero, a análise orçamentária ecológica e a avaliação do impacto da política fiscal sobre minorias e grupos marginalizados.

Entretanto, a Guatemala e a Argentina oferecem bons exemplos de disponibilidade de dados de finanças públicas. Na Guatemala, o Ministério das Finanças fornece dados orçamentários e de despesas gratuitos por meio da [plataforma Open Data](#); os dados estruturados são atualizados regularmente, historicamente abrangentes e estão disponíveis em formatos legíveis por máquina com opções de download em massa e ferramentas de exploração. Na Argentina, o Portal [do Orçamento Aberto](#) fornece acesso a dados estruturados sobre orçamento e despesas, além de diferentes maneiras de explorar os dados.

Os dados fiscais são essenciais para um setor público transparente, equitativo e resiliente. A tomada de decisões orçamentárias fundamentadas, a confiança do público e a elaboração eficaz de políticas dependem de informações oportunas, abrangentes e acessíveis sobre as finanças públicas.

Nos últimos anos, essa necessidade se intensificou à medida que os governos enfrentam pressões fiscais cada vez maiores devido à inflação, à dívida, aos riscos climáticos e às demandas por serviços públicos. O grupo de Finanças Públicas do Barômetro indica que a transparência fiscal está caminhando na direção certa, embora ainda existam importantes déficits de implementação. Estão surgindo estruturas jurídicas mais sólidas, mas a disponibilidade de dados revela atrasos significativos.

Algumas reformas são impulsionadas mais pela liderança individual do que por salvaguardas institucionais. A tarefa futura é incorporar a transparência em sistemas e leis que perdurem. Ao expandir o acesso a dados fiscais estruturados, oportunos e abrangentes, os governos podem capacitar os cidadãos, criar confiança e obter melhores resultados de políticas. Entretanto, essas transformações exigem investimento, coordenação e compromisso político.

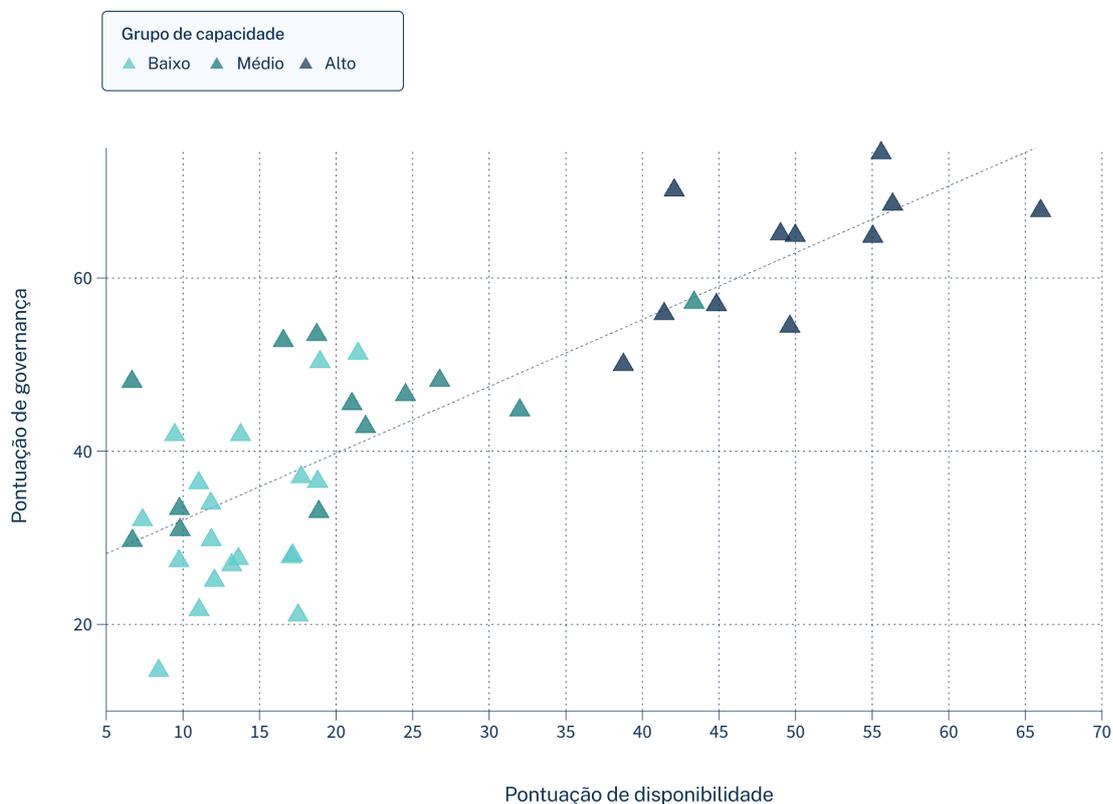
**Aura Martínez e Raúl Castellanos - Consultores  
Iniciativa Global para Transparência Fiscal (GIFT)**

## Observações

Esses grupos temáticos esclarecem a situação dos dados em áreas críticas de políticas, ao mesmo tempo em que revelam os facilitadores e as restrições sistêmicas que afetam todos os setores. Um dos padrões mais claros que emergem do Barômetro é a função essencial que a governança desempenha na disponibilidade de dados e vice-versa. Em todas as regiões e temas, estruturas de governança fortes correspondem consistentemente a níveis mais altos de dados publicamente disponíveis e utilizáveis. Com base nessa percepção, o Barômetro analisou mais de perto a relação entre a qualidade da governança de dados e a disponibilidade de dados públicos. Conforme observado na primeira edição, continua a haver uma correlação positiva entre governança e disponibilidade. Essa relação é forte ( $r=0,837$ ), reafirmando que as estruturas de governança desempenham um papel importante para garantir o acesso. Entretanto, ela também é condicionada por diferenças nas capacidades subjacentes dos países.

O diagrama de dispersão abaixo ilustra a tendência geral: pontuações mais altas de governança tendem a ser associadas a níveis mais altos de disponibilidade. Entretanto, dentro desse padrão geral, surgem diferenças. Por exemplo, muitos países do grupo de capacidade mais baixa apresentam pontuações de disponibilidade semelhantes, normalmente agrupadas entre 20 e 30, mas suas pontuações de governança variam amplamente, indo de cerca de 30 a 50. A maioria desses países está na África, onde há um padrão notável: os facilitadores secundários, como o acesso à Internet e o estabelecimento de instituições governamentais digitais, melhoraram, enquanto os principais indicadores relacionados à capacidade enfraqueceram. Isso ressalta um ponto crucial: os investimentos em infraestrutura digital por si só não levam a uma maior disponibilidade, a menos que sejam apoiados por esforços institucionais, humanos e financeiros que permitam uma implementação significativa.

## Explorando a Relação entre as Pontuações de Governança e a Disponibilidade de Dados

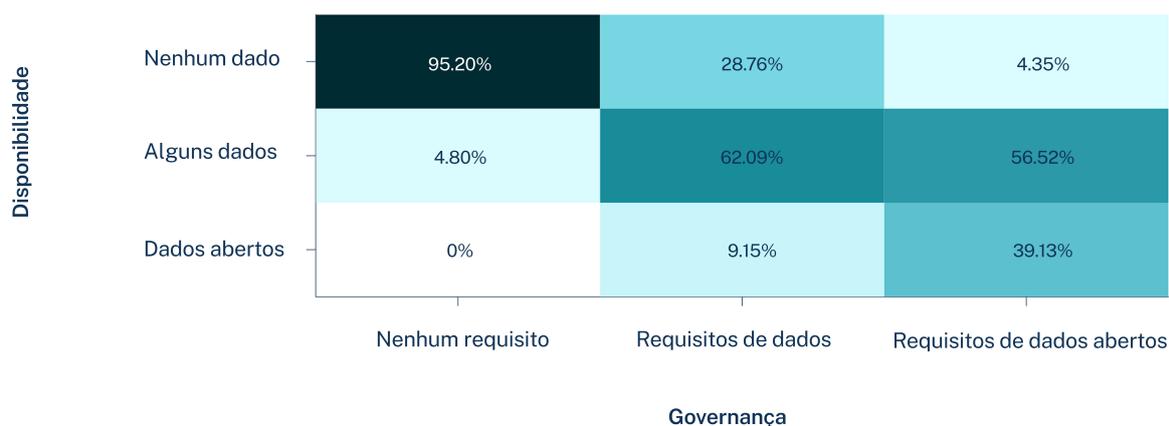


Para examinar essa relação mais detalhadamente, o Barômetro analisou todos os pares de indicadores de governança e disponibilidade emparelhados no Barômetro<sup>9</sup>.

9 Nesta análise, a correlação entre governança e disponibilidade de dados baseia-se em uma classificação estruturada das estruturas legais e do acesso aos dados. Para avaliar a disponibilidade, os conjuntos de dados são classificados em: *Dados abertos*, que se referem a dados que estão disponíveis on-line, têm cobertura representativa e atendem a critérios rigorosos de abertura; *Alguns dados*, em que os dados são acessíveis e representativos, mas não totalmente abertos; e *Nenhum dado*, que indica uma completa falta de disponibilidade ou cobertura limitada. Em termos de governança, avaliamos a existência e a natureza dos requisitos de publicação por meio de uma lente em camadas. A *ausência de requisitos* significa que nenhuma estrutura de governança exige a publicação. A *exigência de dados* refere-se a estruturas que existem, mas não exigem explicitamente a publicação de dados abertos. Por outro lado, a exigência de dados abertos indica uma estrutura de governança que exige explicitamente a publicação de dados abertos. Ao alinhar essas classificações, a análise revela se mecanismos de governança mais fortes, especialmente aqueles que exigem explicitamente dados abertos, estão associados a níveis mais altos de disponibilidade de dados.

A matriz resultante destaca a conexão entre os requisitos (ou seja, se uma estrutura de governança exige a coleta ou a publicação de dados) e a disponibilidade real desses dados.

### Vinculando a Regulação com a Prática: Correlação entre os Requisitos de Dados e sua Disponibilidade



Uma análise de todos os pares de indicadores de governança e disponibilidade ilustra que requisitos de dados mais rigorosos são frequentemente associados a uma maior disponibilidade de dados. Em 95,28% dos países onde nenhuma estrutura de governança exige a coleta ou publicação de dados, os dados não estão disponíveis. Nos casos em que as estruturas de governança exigem a publicação de dados, 62,09% dos países disponibilizam os dados de alguma forma e 9,15% garantem que os dados atendam à definição de aberto<sup>10</sup>. Isso ainda deixa uma lacuna de implementação em 28,76% dos casos em que as estruturas de governança exigem a publicação de dados. A lacuna de implementação é maior quando se trata de dados abertos, pois apenas 39,13% dos requisitos obrigatórios para publicação de dados abertos parecem resultar na disponibilização de dados abertos, embora alguns dados estejam disponíveis em 56,52% desses países

10 É importante observar que a identificação de "requisitos de dados abertos" nesta edição é mais complexa. O indicador de existência original que capturou explicitamente os requisitos de dados abertos não faz mais parte da estrutura. Em vez disso, contamos com a pergunta "public\_access", que inclui um campo de apoio que pergunta se os dados são abertos. No entanto, esse é um campo baseado em texto e as respostas geralmente não têm uma designação clara de sim/não. Para a presente análise, categorizamos todas as respostas "Sim" e "Parcialmente" à pergunta public\_access como indicando a presença de um requisito de dados abertos.



# Análise Transversal

## Análise transversal

Nem todos os principais elementos da boa governança de dados podem ser abordados de forma eficaz, concentrando-se em indicadores ou áreas de ação específicos. A integração de temas transversais, como fundamentos de dados para inteligência artificial, inclusão e uso de dados na análise do Barômetro, fornece uma lente para avaliar as implicações sociais mais amplas da governança e disponibilidade de dados. Ao examinar essas questões, o Barômetro é capaz de fornecer uma análise mais rica e perspicaz de como os dados estão sendo usados para o bem público e destacar como bases sólidas de dados são essenciais para promover ecossistemas de dados saudáveis e sustentáveis.

## Fundamentos de dados para IA

A segunda edição do Barômetro Global de Dados integra a inteligência artificial (IA) como um tema transversal, explorando como essas tecnologias estão moldando os ecossistemas de dados nacionais e como eles são moldados por elas. Por meio de uma série de subperguntas específicas, o Barômetro examina como a IA se cruza com os principais componentes da governança de dados, como proteção de dados, compartilhamento de dados, alfabetização de dados e reutilização de dados. Indicadores secundários complementares fornecem uma profundidade adicional, permitindo uma compreensão mais ampla de como os países estão preparando e implementando políticas e práticas relacionadas à IA. Essa abordagem ajuda a destacar tanto as áreas em que houve progresso quanto aquelas em que é necessária mais atenção para garantir que os bancos de dados possam apoiar efetivamente o uso responsável da IA.

Uma área de interesse crescente é a oferta de educação e treinamento relacionados à IA. As evidências sugerem que muitos governos e instituições estão começando a incorporar a IA no aprendizado do setor público, geralmente por meio de parcerias com universidades e organizações especializadas. Em alguns casos, plataformas on-line de acesso aberto, como o Coursera, estão sendo usadas para expandir o acesso ao treinamento. Embora esses desenvolvimentos sejam promissores, as oportunidades ainda podem ser distribuídas de forma desigual. Em alguns casos, os cursos foram criados principalmente para funcionários de alto escalão. Expandir o acesso a todos os níveis do governo será importante para integrar totalmente a alfabetização em IA e garantir uma preparação generalizada.

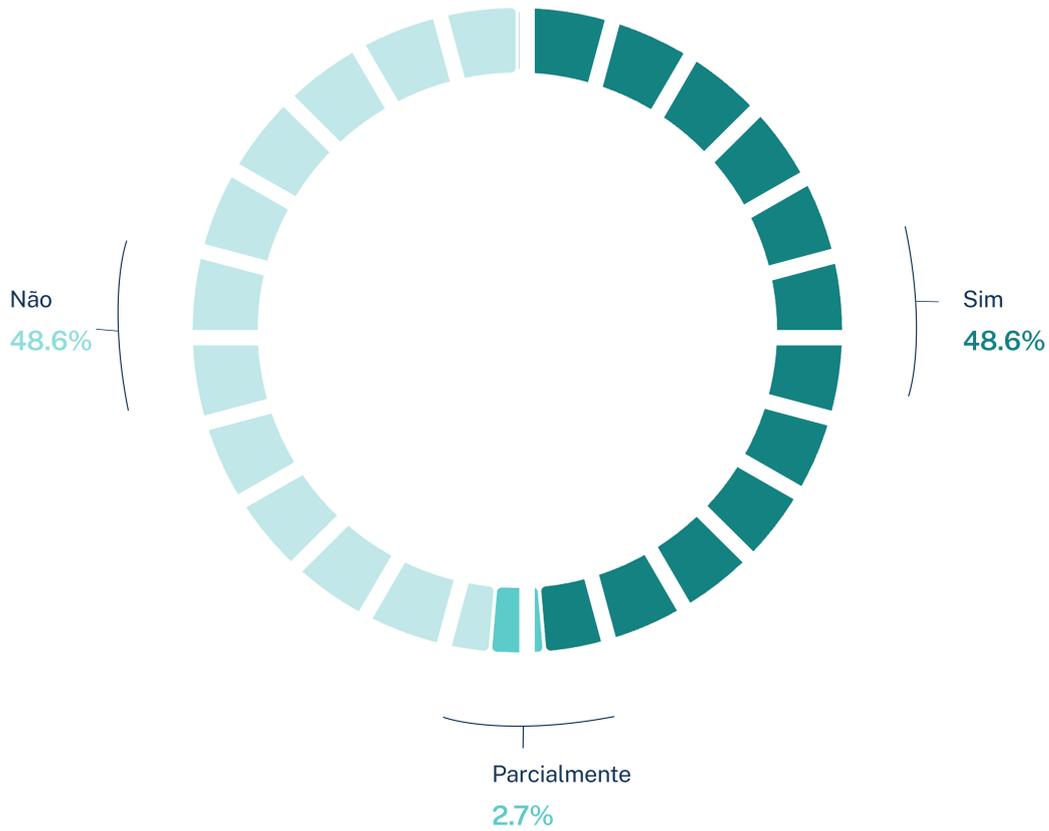
## IA na Capacitação do Setor Público: Percentual de Programas que Abordam Temas de IA



Paralelamente, muitos governos estão desenvolvendo estratégias para incentivar a reutilização de dados. Entre os 21 países em que esse apoio é evidente, alguns começaram a incluir referências explícitas à IA ou a sistemas algorítmicos. Embora ainda limitados, esses exemplos representam os primeiros passos para a harmonização da governança de dados e da IA. O refinamento contínuo e a orientação mais clara poderiam ajudar mais países a desenvolver estratégias abrangentes que integrem a IA em estruturas mais amplas de políticas de dados.

As estruturas jurídicas também estão evoluindo para refletir a crescente importância da IA. Mais da metade dos países pesquisados introduziu referências à tomada de decisões algorítmicas em sua legislação de proteção de dados. Em particular, os países africanos demonstram um compromisso relativamente forte nessa frente, com uma proporção maior incluindo tais disposições em comparação com os países da ALC. Essa tendência pode refletir uma maior conscientização sobre a importância política da IA ou a influência de normas jurídicas internacionais. À medida que mais países analisam como regulamentar os processos algorítmicos, esses exemplos podem oferecer lições valiosas e impulso.

### Percentual de Leis de Proteção de Dados que Abordam a Tomada de Decisões Algorítmica



#### América Latina e Caribe



#### Africa



Ao mesmo tempo, as estruturas de compartilhamento de dados apresentam uma oportunidade de desenvolvimento adicional. A maioria das estruturas existentes ainda não aborda explicitamente questões relacionadas à IA, o que aponta para o potencial de inovação das políticas. A incorporação de considerações sobre IA no compartilhamento de dados pode fortalecer a supervisão e ajudar os governos a prever desafios éticos e operacionais. À medida que a IA continua a evoluir, atualizar as estruturas para incluir orientações claras sobre seu uso se tornará cada vez mais importante para manter a confiança e a responsabilidade.

Por fim, embora atualmente haja pouca documentação sobre o uso de ferramentas de IA como interfaces nos sistemas de dados do governo, é provável que isso reflita um estágio inicial de adoção e não uma falta de atividade. À medida que os governos exploram novas implementações de aprendizado de máquina e IA para melhorar o desempenho do setor público, serão necessárias mais pesquisas para capturar e avaliar esses esforços. Nos próximos anos, é provável que haja um crescimento significativo nessa área, oferecendo oportunidades valiosas para aproveitar a IA para uma governança de dados mais eficaz, transparente e inclusiva.

### Implicações dos dados para a IA

A análise do Barômetro revela que, embora muitos países estejam começando a integrar a IA em seus ecossistemas de dados, esse progresso continua desigual e fragmentado. Os esforços de treinamento em IA, embora emergentes, geralmente permanecem limitados em termos de escopo e acessibilidade, deixando grande parte do setor público inadequadamente preparado. No nível da política, a maioria das estratégias nacionais de dados e estruturas de compartilhamento carece de orientação explícita sobre governança algorítmica, criando uma lacuna entre as ambições de uso de dados e a supervisão responsável da IA. As leis de proteção de dados mostram maior progresso, especialmente na África, onde as referências à tomada de decisões algorítmicas são mais comuns, mas persistem disparidades regionais significativas. Esses padrões ressaltam a necessidade de iniciativas de capacitação mais inclusivas, maior alinhamento entre a IA e as estruturas mais amplas de governança de dados e maiores proteções legais para lidar com os riscos associados aos sistemas automatizados.

Melhorar a visibilidade da adoção da IA em instituições públicas e promover a colaboração entre regiões será essencial para criar uma governança de IA confiável e sensível ao contexto. O momento atual oferece uma oportunidade crucial para moldar estruturas baseadas em valores públicos e projetadas para promover a transparência, a equidade e o bem público.

## Inclusão

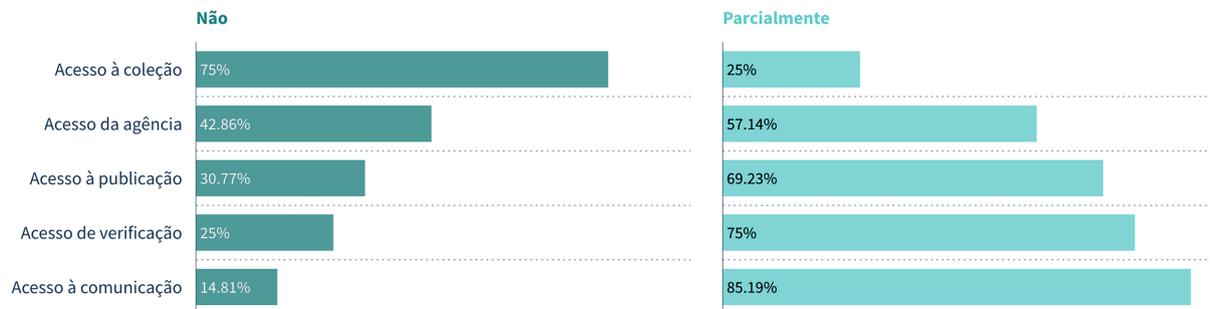
A inclusão é um tema transversal vital que se concentra na acessibilidade e na participação equitativa, examinando até que ponto os ecossistemas de dados permitem que todos os segmentos da população acessem, usem e se beneficiem dos dados, promovendo assim a equidade e abordando as disparidades sistêmicas. Na 2ª edição, novas perguntas e subperguntas fornecem uma visão mais profunda de como os países estão trabalhando para apoiar a acessibilidade, não apenas para pessoas com deficiência, mas também para comunidades com diferentes perfis de idioma, destacando tanto os desafios quanto as oportunidades para ambientes de dados mais inclusivos.

## Acessibilidade

De modo geral, as conclusões do Barômetro indicam uma falta de estruturas legais ou políticas abrangentes que abordem especificamente a inclusão de deficientes em relação aos dados. Embora alguns países tenham tomado medidas para promover a acessibilidade digital em geral, pouquíssimos têm disposições detalhadas que vinculem diretamente a inclusão de deficientes à governança, coleta ou uso de dados.

Em termos comparativos, a ALC tende a ter um desempenho melhor do que a África nessa área, pois mais países da região adotam estruturas específicas. Entretanto, mesmo nesses casos, as estruturas tendem a se concentrar na acessibilidade digital geral e na conformidade com as Diretrizes de Acessibilidade de Conteúdo da Web (por exemplo, [WCAG 2.0 ou 2.1](#)) sem detalhar requisitos específicos para coleta de dados acessíveis, mecanismos de consentimento ou procedimentos de reparação. Esses padrões geralmente são implementados como orientação técnica em vez de mandatos legais vinculativos.

## Detalhamento dos Elementos do Indicador de Acessibilidade



Além das WCAG, os dois tipos de estruturas mais comumente usados para apoiar a inclusão e o acesso equitativo em contextos de dados são:

- **Legislação nacional sobre deficiência** - Essas estruturas estabelecem direitos fundamentais para pessoas com deficiência e, muitas vezes, impõem padrões de acessibilidade para serviços públicos e comunicações. Elas geralmente exigem o uso de formatos alternativos ou outras adaptações (por exemplo, Braille, interpretação em linguagem de sinais) para garantir a igualdade de acesso.
- **Leis de acesso à informação** - Embora regulamentem principalmente a transparência do governo e a divulgação de informações públicas, essas leis podem exigir implicitamente a publicação de dados acessíveis; entretanto, poucas abordam explicitamente as práticas de inclusão de dados para pessoas com deficiência ou exigem formatos acessíveis na divulgação de dados.

Exemplos de boas práticas incluem a estrutura legal do Brasil, que exige a inclusão de pessoas com deficiência em termos de acesso digital à informação e à comunicação ([Estatuto das Pessoas com Deficiência e eMAG](#)), as leis do Peru ([29973](#) e [lei 28530](#)) que exigem que os portais da Internet tenham sistemas de acessibilidade para incluir pessoas com deficiência. Além disso, [a Política Nacional de Deficiência 2024 do Quênia](#) destaca o compromisso do governo em promover os direitos e a inclusão de pessoas com deficiência.

Nas duas regiões examinadas pelo Barômetro, há poucas evidências de mecanismos institucionais em vigor para revisar e impor a acessibilidade na governança de dados, como a coordenação intergovernamental para garantir a conformidade com padrões como o WCAG 2.2 ou mandatos de design universal na infraestrutura de dados. Embora existam alguns exemplos positivos, especialmente quando as leis de direitos dos deficientes se cruzam com políticas mais amplas de inclusão eletrônica, ainda há uma lacuna significativa na garantia de que as estruturas de governança de dados sejam inclusivas e acomodem de forma significativa as pessoas com deficiência.

## Idioma

As descobertas do Barômetro destacam um tema recorrente em vários países: embora os dados estejam frequentemente disponíveis em um idioma oficial, eles não estão disponíveis em outros idiomas nacionais, regionais ou indígenas amplamente falados, criando barreiras significativas à acessibilidade. Isso ressalta a necessidade de abordagens multilíngues para publicação de dados, a fim de garantir que todos os segmentos da população possam usar efetivamente os dados públicos.

Um dos principais problemas identificados é a predominância de idiomas oficiais, que geralmente são idiomas coloniais, como o inglês, o francês ou o espanhol. Embora muitos países tenham vários idiomas oficiais ou nacionais, a publicação de dados geralmente é limitada a um único idioma dominante. Isso limita o acesso das comunidades que falam principalmente outros idiomas nacionais ou regionais.

Outro grande problema é a exclusão dos idiomas indígenas. Mesmo quando esses idiomas são oficialmente reconhecidos, eles geralmente não são incluídos na coleta de dados ou nos esforços de publicação. Essa exclusão representa um fracasso em aceitar totalmente a diversidade linguística e pode marginalizar setores importantes da população que dependem desses idiomas para obter informações e participação cívica.

A distinção entre idiomas de fato e oficiais complica ainda mais a acessibilidade dos dados. Em países como Gana, por exemplo, o Twi é amplamente falado, mas os dados oficiais estão disponíveis principalmente em inglês. Da mesma forma, no Senegal, o Wolof é o idioma mais falado, mas o francês continua sendo o principal idioma dos documentos e dados oficiais.

Essa discrepância destaca um descompasso entre o idioma usado na vida cotidiana e aquele usado na divulgação de dados governamentais.

As barreiras de acessibilidade foram uma preocupação comum entre os pesquisadores, pois a publicação de dados em apenas um idioma limita a participação de pessoas que não falam esse idioma. Quando os dados estão disponíveis somente em um idioma, especialmente se a maioria não fala esse idioma, isso reduz a participação pública e a capacidade das comunidades de usar os dados para a tomada de decisões e a defesa de direitos.

Apesar dessas dificuldades, alguns países adotaram medidas proativas para melhorar a inclusão linguística na publicação de dados. A Tunísia, por exemplo, fornece dados em árabe e francês. Ruanda fez um esforço notável ao publicar dados [em kinyarwanda, inglês e francês](#), o que garante maior acessibilidade, embora não publique em suaíli. Essas inconsistências persistem em muitos países. No Quênia, por exemplo, o suaíli é um idioma nacional junto com o inglês, mas os dados do governo só estão disponíveis em inglês. Da mesma forma, o Marrocos não inclui o tamazight em suas publicações de dados, apesar de seu status de [idioma oficial](#). Além disso, muitos países continuam a usar o inglês como idioma principal para os dados governamentais, mesmo que não seja o idioma mais falado pela população.

Esses resultados destacam a necessidade de os governos adotarem políticas linguísticas mais inclusivas na publicação de dados. Garantir que os dados estejam disponíveis em vários idiomas, especialmente aqueles falados por grandes segmentos da população, é fundamental para promover a transparência, a inclusão e a participação efetiva dos cidadãos.

### **Implicações para a inclusão e o acesso equitativo**

Os resultados desta edição do Barômetro revelam uma lacuna persistente e multifacetada na forma como os governos garantem o acesso inclusivo e equitativo aos dados. Embora muitos países tenham se comprometido com a inclusão digital, geralmente por meio de legislação geral sobre deficiência ou leis de transparência, isso raramente se traduz em medidas específicas e aplicáveis que garantam a acessibilidade ou a inclusão linguística nas práticas de governança de dados.

Em termos de acessibilidade, as estruturas legais e políticas tendem a se concentrar no amplo acesso digital ou na conformidade com padrões como

o WCAG. Entretanto, poucas abordam o ciclo de vida completo dos dados, desde a coleta e o consentimento até a publicação e a correção, levando em consideração as pessoas com deficiência. Embora países como o Peru e o Brasil ofereçam exemplos promissores de práticas inclusivas, esses casos continuam sendo exceções. Em geral, a implementação é desigual e os mecanismos institucionais de monitoramento e aplicação são limitados. Em muitos contextos, a acessibilidade é abordada mais como uma recomendação técnica do que como uma obrigação legal vinculante.

A inclusão linguística apresenta um desafio paralelo. Embora os dados sejam frequentemente publicados em um idioma oficial, a exclusão dos idiomas nacionais, regionais ou indígenas mais falados restringe severamente o acesso de grandes segmentos da população. Essa dinâmica é particularmente acentuada em contextos multilíngues, em que os idiomas dominantes ou coloniais, como o inglês, o francês ou o espanhol, ofuscam as realidades linguísticas da vida cívica cotidiana. Alguns países, como Ruanda, Namíbia e Botsuana, tomaram medidas para a publicação de dados multilíngues, mas essas medidas continuam sendo exceções e não a norma.

A convergência dessas duas dimensões, a acessibilidade para pessoas com deficiência e a inclusão linguística, ilustra um problema mais amplo: os sistemas de dados são, com muita frequência, projetados sem levar em conta a diversidade dos usuários finais. Isso prejudica o potencial transformador dos dados públicos para capacitar as comunidades, informar a tomada de decisões e incentivar a participação.

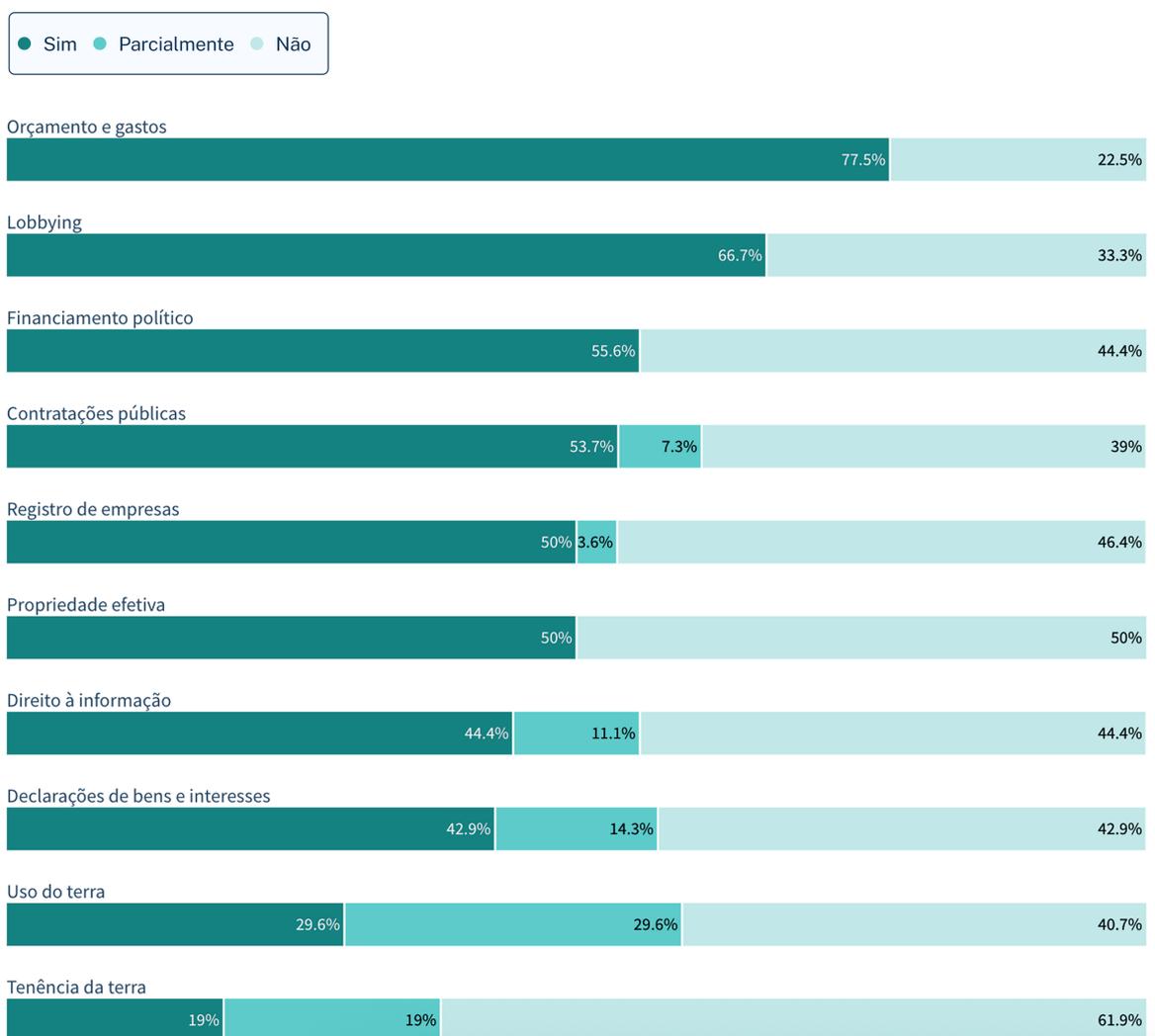
Para fechar essas lacunas, os países devem ir além dos compromissos simbólicos e incorporar a inclusão nas bases de seus sistemas de dados, promulgando regulamentações obrigatórias que exijam formatos acessíveis e multilíngues, investindo na capacidade institucional de implementar e monitorar esses padrões e tratando a inclusão não como uma consideração secundária, mas como um elemento central da governança de dados eficaz e equitativa.

Os sistemas de dados inclusivos não são apenas mais justos, mas também mais úteis, mais amplamente adotados e, em última análise, mais impactantes. Garantir o acesso equitativo é uma etapa essencial para a realização do valor público total dos dados.

## Uso de dados

Medir o impacto do uso de dados públicos continua sendo um desafio complexo, muitas vezes baseado em estudos de caso que carecem de escalabilidade e comparabilidade. A documentação inconsistente entre os países muitas vezes distorce os dados, super-representando regiões com práticas de relatório mais fortes. Com base nas lições aprendidas na 1ª edição, a 2ª edição do Barômetro trata o uso de dados como um tema transversal, permitindo uma compreensão mais holística de como os dados funcionam dentro e entre os setores.

Ao integrar o uso de dados em todas as áreas políticas temáticas, é possível obter um quadro qualitativo mais matizado de como os dados estão sendo aplicados em vários contextos. De forma encorajadora, os resultados desta edição apontam para um progresso notável na disponibilidade de dados, especialmente em Orçamento e Despesas e Compras Públicas, duas áreas que continuam a se destacar em todas as regiões. Esse progresso reflete os esforços contínuos para melhorar a transparência e fortalecer a responsabilidade do setor público; entretanto, a disponibilidade por si só é insuficiente. Quando os dados são acessíveis, eles são cada vez mais usados, principalmente pelas organizações da sociedade civil e pela mídia. Esses atores desempenham um papel fundamental na responsabilização das instituições, pois usam os dados para jornalismo investigativo, conscientização pública e iniciativas de supervisão, como análises de bandeira vermelha para descobrir corrupção, má administração ou conflitos de interesse. Por exemplo, a organização da sociedade civil Participación Ciudadana, da República Dominicana, utilizou dados orçamentários e de despesas para produzir o relatório "Mapping the Flow of Finances for Climate Change Projects in the Dominican Republic" (Mapeando o fluxo financeiro para projetos de mudança climática na República Dominicana), que se concentra especificamente na prestação de contas. que se concentra especificamente na prestação de contas e na transparência do financiamento climático. Da mesma forma, na Jamaica, o Jamaica Accountability Meter Portal (JAMP) criou um rastreador de orçamento que traduz informações financeiras complexas em formatos acessíveis para apoiar a participação e a supervisão públicas.



O Barômetro revela diversos padrões de uso entre diferentes grupos de partes interessadas para apoiar os esforços de responsabilização. A sociedade civil e a mídia geralmente adotam funções amplas de monitoramento, enquanto outros setores mostram implementações mais especializadas. O setor privado, por exemplo, aproveita os dados do Registro de Empresas e dos contratos públicos para a devida diligência, análise de risco e identificação de oportunidades de negócios. Nesses casos, os dados servem não apenas como um mecanismo de transparência, mas também como uma ferramenta valiosa para a tomada de decisões estratégicas.

Os governos atuam tanto como provedores quanto como usuários de dados. O uso interno de conjuntos de dados, como o Registro de Empresas, Orçamento e Despesas e Compras Públicas, geralmente apoia a conformidade regulatória, o planejamento e o monitoramento do desempenho, reforçando o papel dos dados abertos no fortalecimento da capacidade institucional. No Chile, por exemplo, a Controladoria Geral da União usa o portal de declaração de bens para monitorar os bens dos ministros do governo em busca de irregularidades e identificar funcionários que não declararam seus bens. Isso ilustra como tanto os vigilantes quanto a mídia utilizam os mesmos conjuntos de dados para fins diferentes, mas complementares.

A academia, por sua vez, aplica conjuntos de dados para informar a pesquisa de políticas, avaliar o desempenho institucional e gerar evidências para a reforma, contribuindo assim para uma base de conhecimento mais ampla para a inovação do setor público.

Cada tipo de dado reflete um desafio ou uma oportunidade de governança diferente: os dados de orçamento e despesas apoiam a supervisão fiscal e a participação do cidadão; os dados de finanças políticas promovem a integridade eleitoral; os dados de compras públicas destacam ineficiências ou favoritismo; as declarações de interesses e ativos visam expor conflitos de interesses; e os dados de direito à informação medem a transparência e a capacidade de resposta das instituições.

Esses casos de uso variados destacam a necessidade de ecossistemas de dados abertos que não sejam apenas acessíveis, mas também sintonizados com as necessidades práticas de diversos usuários. Eles ilustram como o uso de dados pode evoluir para servir ao bem público, desde a descoberta de assimetrias de poder até o apoio a políticas inclusivas e baseadas em evidências. Por exemplo, em Angola e Moçambique, os dados orçamentários são usados para promover a prestação de contas e defender uma melhor alocação de recursos em educação, saúde e proteção social. Em Angola, as atividades incluem esforços para garantir que os fundos públicos cheguem efetivamente às crianças, enquanto em Moçambique, os dados são usados para destacar discrepâncias na Conta Geral do Estado e apoiar pedidos de maior transparência. Enquanto isso, no Senegal, organizações como a BudgIT Senegal simplificam os dados orçamentários para a participação dos cidadãos com iniciativas, como o Youth Budget Club, para incentivar a alfabetização orçamentária e promover a responsabilidade cívica.

No entanto, até o momento, nenhuma das áreas temáticas apresenta utilização total, revelando um potencial significativo não explorado. O fortalecimento de áreas pouco desenvolvidas, como dados sobre propriedade beneficiária e lobby, continua sendo crucial para um monitoramento abrangente. Para explorar totalmente esse potencial, devemos abordar os obstáculos persistentes, melhorando a alfabetização de dados, fortalecendo a capacidade institucional e garantindo que o acesso se traduza em uso significativo.

### Implicações para o uso de dados

O Barômetro destaca vários países onde a alta disponibilidade de dados é acompanhada pelo uso ativo para apoiar uma maior responsabilidade do governo. Na América Latina e no Caribe, países como Chile, Equador, Brasil, México, República Dominicana, Argentina e Peru demonstram um forte engajamento em várias áreas temáticas. Na África, países como África do Sul, Ruanda e Senegal mostram sinais promissores de alinhamento da disponibilidade de dados com o uso, ilustrando o valor de conectar os esforços de dados com as comunidades de usuários.

Olhando para o futuro, a promoção do aprendizado inter-regional, o apoio a uma gama maior de grupos de usuários e o fortalecimento do uso de dados orientados para a responsabilidade são estratégias essenciais para maximizar o valor dos dados abertos. Ao aproveitar o impulso existente e promover ecossistemas em que os dados estejam disponíveis e sejam usados ativamente, os países podem se aproximar de um futuro em que os dados apoiem o desenvolvimento inclusivo, a governança democrática e o bem público.



# Análise Regional

## Análise regional

A segunda edição do Barômetro de Dados Globais concentra-se na América Latina e no Caribe (ALC) e na África, duas regiões onde os ecossistemas de governança de dados estão passando por transformações complexas e, muitas vezes, desiguais. Ao analisar o desempenho regional, o Barômetro fornece resultados mais contextualizados e práticos, com base em práticas de dados nacionalmente representativas que refletem esforços escaláveis em todo o sistema, em vez de iniciativas isoladas.

Na ALC e na África, observamos uma interação de progresso e desafios persistentes na governança de dados. Em ambas as regiões, a transparência financeira e o combate à corrupção ganharam impulso e vários países priorizaram a abertura dos contratos públicos e das finanças públicas. Esses desenvolvimentos refletem um reconhecimento crescente da função que os dados podem desempenhar no fortalecimento da responsabilidade institucional.

Houve um progresso significativo na América Latina em relação à transparência cívica e à capacidade institucional, principalmente por meio de avanços no direito à informação, supervisão das finanças políticas e treinamento de funcionários públicos. No entanto, esses ganhos são atenuados por retrocessos em áreas como registro de empresas e dados de propriedade beneficiária, destacando a fragilidade das reformas que dependem de um compromisso político e financeiro sustentado. O Caribe, embora enfrente realidades de governança diferentes, compartilha muitos dos desafios sistêmicos da América Latina. A região como um todo fez progressos significativos na construção de infraestrutura digital e na proteção e alfabetização de dados, mas continua atrasada em áreas politicamente sensíveis, como transparência de lobby e dados sobre propriedade de terras, destacando lacunas persistentes na responsabilidade democrática.

Na África, destacam-se as melhorias na governança financeira e a implementação de ferramentas anticorrupção, especialmente no contexto de compras públicas e transparência orçamentária. No entanto, esses avanços coexistem com retrocessos nas iniciativas de dados abertos e programas de treinamento limitados, ilustrando os desafios de manter um suporte holístico para os sistemas de dados. O ritmo desigual da transformação digital, determinado pela escassez de recursos, déficits de infraestrutura e estruturas

regulatórias em evolução, complica ainda mais o quadro regional.

Em conjunto, essas trajetórias regionais destacam tanto os impulsionadores do progresso quanto os obstáculos que permanecem na construção de ecossistemas de dados inclusivos e sustentáveis. Ao se concentrar na dinâmica compartilhada e específica do contexto na ALC e na África, o Barômetro oferece perspectivas regionais sobre onde as intervenções estratégicas podem promover maior equidade, resiliência e uso democrático dos dados.

## América Latina e Caribe

País	Força comparativa	Fraqueza comparativa	Pontuação nacional
Argentina	Capacidade (C): Iniciativa de dados abertos	Capacidade (C): Função pública	58.23
Bahamas	Governança (CI): Propriedade efetiva	Governança (PI): Finanças políticas	27.95
Barbados	Governança (G): Proteção de dados	Governança (PI): Finanças políticas	27.83
Belize	Governança (G): Estruturas de compartilhamento de dados	Governança (PI): Finanças políticas	23.09
Bolívia	Disponibilidade (PI): Declarações de bens	Governança (G): Proteção de dados	24.81
Brasil	Governança (G): Cobertura de acessibilidade e dados	Disponibilidade (PI): Dados sobre lobby	66.85
Chile	Disponibilidade (PI): Dados sobre lobby	Capacidade (C): Função pública	66.42
Colômbia	Capacidade (C): Apoio governamental para reutilização	Governança (G): Cobertura de acessibilidade e dados	61.22
Costa Rica	Governança (G): Estruturas de compartilhamento de dados	Capacidade (C): Iniciativa de dados abertos	37.49
República Dominicana	Capacidade (C): Função pública	Disponibilidade (L): Uso atual do solo	49.84
Equador	Disponibilidade (CI): Registro de empresas	Governança (PI): Registro de lobby	58.98
El Salvador	Disponibilidade (PI): Dados sobre desempenho em direito de acesso à informação	Disponibilidade (PP): Dados disponíveis sobre contratos públicos	22.23
Guatemala	Governança (PI): Finanças políticas	Governança (G): Proteção de dados	40.71
Honduras	Governança (PF): Dados sobre finanças públicas	Governança (G): Gestão de dados	37.85
Jamaica	Governança (G): Política de dados abertos	Disponibilidade (PI): Dados sobre desempenho em direito de acesso à informação	39.56
México	Disponibilidade (CI): Registro de empresas	Governança (CI): Propriedade efetiva	62.51
Panamá	Capacidade (C): Iniciativa de dados abertos	Governança (G): Estruturas de compartilhamento de dados	53.23
Paraguai	Capacidade (C): Iniciativa de dados abertos	Governança (G): Proteção de dados	51.94
Peru	Disponibilidade (PI): Dados sobre financiamento político	Governança (PI): Declarações de bens	55.31
Trinidad e Tobago	Governança (PP) Dados sobre contratos públicos	Disponibilidade (PP): Dados disponíveis sobre contratos públicos	24.49
Uruguai	Capacidade (C): Apoio governamental para reutilização	Disponibilidade (CI): Registro de empresas	62.58



## Perspectivas dos Hubs

Iniciativa Latino-Americana de Dados Abertos-ILDA (América Latina)

/Gloria Guerrero

Em um mundo em que os dados estão se tornando um ativo fundamental para a tomada de decisões públicas e privadas, os países enfrentam um desafio comum: construir ecossistemas de dados abertos robustos, confiáveis e democraticamente alinhados. Na América Latina, essa tarefa está ocorrendo em um contexto complexo marcado por profundas desigualdades sociais, instabilidade institucional, divisões digitais e, ao mesmo tempo, experiências inovadoras de abertura, participação e justiça social conduzidas em nível local.

A região está passando por uma rápida transformação na governança digital. Os governos, as organizações da sociedade civil, o meio acadêmico e as instituições multilaterais trabalharam na última década para promover estruturas jurídicas relacionadas ao acesso à informação, à proteção de dados pessoais e aos dados abertos. Entretanto, esses esforços nem sempre se traduzem em práticas consistentes ou políticas sustentáveis, resultando em uma lacuna persistente entre a regulamentação e a implementação.

### Perspectivas

Um dos resultados mais notáveis vem das pontuações gerais dos países, em

que o Brasil se destaca com 66,85, a mais alta da região, enquanto El Salvador tem apenas 23,02. Essa grande lacuna reflete desigualdades estruturais, pois alguns países conseguiram desenvolver políticas, estruturas técnicas e institucionais mais fortes, enquanto outros continuam a enfrentar obstáculos significativos relacionados a recursos, capacidade e vontade política. Essa grande lacuna reflete as desigualdades estruturais, pois alguns países conseguiram desenvolver políticas, estruturas técnicas e institucionais mais fortes, enquanto outros continuam a enfrentar obstáculos significativos relacionados a recursos, capacidade e vontade política.

De acordo com a metodologia dessa ferramenta, os dados são estruturados do geral para o específico: grupos temáticos, áreas de ação e indicadores. À primeira vista, pode parecer mais fácil concentrar-se nos resultados gerais do país. Entretanto, a análise dos resultados por grupos temáticos é particularmente valiosa, pois nos permite identificar setores específicos, oportunidades e desafios em áreas como compras públicas, finanças públicas, fundamentos de governança, habilidades essenciais, integridade política, acesso equitativo, informações comerciais e gestão de terras. Esses resultados ajudam a traçar um quadro

detalhado do contexto latino-americano mais amplo e apoiam os esforços para desenvolver estratégias regionais de defesa que tenham impacto.

A metodologia do Barômetro permite um zoom temático que ajuda a identificar os setores que mais avançaram em termos de funcionalidade no ecossistema de dados. A área com melhor desempenho, com 72,7 pontos, é a de Compras Públicas, enquanto a mais baixa, com apenas 27,3 pontos, está ligada à Gestão de Terras.

Analisando as áreas de políticas, o progresso mais significativo é observado em Compras Públicas, que obteve mais de 70 pontos. No entanto, outras áreas importantes, como a interoperabilidade de conjuntos de dados dentro do grupo de Integridade Política, uma função estratégica para a governança eficaz de dados, tem uma pontuação tão baixa quanto 1,6 pontos. Isso confirma um desafio bem conhecido: a região fez progressos no estabelecimento de estruturas legais e políticas, mas continua a ter dificuldades com a implementação sustentada e a coordenação de várias partes interessadas. Essa continua sendo uma das principais áreas de preocupação.

No nível do indicador, o Chile se destaca no registro de lobby, com uma pontuação acima de 90 pontos, destacando importantes avanços em áreas como a disponibilidade de dados abertos e políticas de transparência. Entretanto, a média regional ainda é muito mais baixa: o México vem em

seguida, com apenas 29,15 pontos, o que sugere que muitas dessas políticas ainda não foram amplamente adotadas e não se traduzem em melhorias tangíveis em toda a região.

Em geral, os dados apresentados pelo Barômetro sugerem que muitos países adotaram estratégias de dados abertos e de governo digital, mas sua implementação está atrasada. Isso revela um claro caminho a seguir para fortalecer a colaboração, a coordenação e o investimento em recursos.

### E agora?

É importante entender e divulgar os resultados de ferramentas como essa por vários motivos. Primeiro, elas ajudam a tornar visíveis os desenvolvimentos que muitas vezes passam despercebidos nas discussões sobre governança global de dados, que tendem a se concentrar predominantemente nos países do Norte Global. Em segundo lugar, elas permitem a construção de um diálogo regional mais informado, com base em evidências comparáveis que podem promover o aprendizado a partir de boas práticas e apoiar esforços coletivos para enfrentar desafios compartilhados. Por fim, esses dados fornecem uma base para exigir compromissos mais claros por parte de governos e organizações multilaterais para desenvolver políticas de dados baseadas em direitos humanos.

De uma perspectiva latino-americana, a participação em iniciativas dessa natureza também deve servir como uma oportunidade para refletir criticamente

sobre as suposições que sustentam determinadas métricas globais. O que significa "bom uso de dados" em contextos de pobreza, violência ou exclusão estrutural? Como podemos garantir que a digitalização não exacerbe as desigualdades existentes? Que papel as comunidades marginalizadas, os povos indígenas ou os jovens desempenham nessas avaliações?

Compreender o estado dos dados e sua governança é especialmente importante no contexto atual de rápido desenvolvimento e adoção da inteligência artificial nos setores público e privado. Garantir a disponibilidade de dados representativos e de alta qualidade -dentro de uma estrutura de governança democrática de dados -pode ajudar a solucionar problemas como preconceito e desigualdade nos sistemas de IA. Os resultados desta segunda edição do Barômetro Global de Dados mostram que a América Latina fez progressos significativos na construção de uma base institucional para a governança de dados aberta e responsável. No entanto, ainda há muito a ser feito em termos de qualidade, disponibilidade, uso e impacto dos dados, especialmente em áreas essenciais para o desenvolvimento inclusivo, como igualdade de gênero, ação ambiental e anticorrupção.

Essa conversa é urgente e necessária no contexto atual, em que os dados são o insumo fundamental para iniciativas de inteligência artificial e infraestrutura digital pública. Somente por meio de uma abordagem ética, transparente

e participativa da governança de dados poderemos garantir que o desenvolvimento de novas tecnologias e sistemas seja inclusivo e equitativo. Sem dúvida, a região tem muito a contribuir para o debate global: experiências de iniciativas de dados abertos com base territorial, processos participativos para o desenvolvimento de políticas públicas e uma sociedade civil ativa que tem defendido a transparência como uma ferramenta de transformação. A integração dessas experiências e realidades em instrumentos globais não apenas enriquecerá as estruturas de medição, mas também definirá o curso futuro da governança global de dados.



## Perspectivas do Hub

Instituto Aberto do Caribe (Caribe)  
/Suzana Russell e Lila Rao-Graham

A 2ª edição do Barômetro Global de Dados inclui dados de cinco países do Caribe: Jamaica, Bahamas, Trinidad e Tobago, República Dominicana e Barbados. Entre eles, a República Dominicana e a Jamaica se destacam como líderes regionais em abertura de dados e infraestrutura, com pontuações que excedem a média do Caribe e a média da 2ª edição. Isso reflete uma maior vontade política e capacidade institucional para promover a transparência de dados.

Uma das áreas mais promissoras da região é a de compras públicas, onde o progresso constante está melhorando a prestação de contas e reduzindo os riscos de corrupção nas compras públicas. A região também obteve uma boa pontuação em infraestrutura de dados, indicando uma capacidade técnica crescente para o gerenciamento de dados abertos. Em termos de habilidades básicas, o acesso à Internet obteve uma boa pontuação, refletindo uma forte capacidade digital em toda a região, embora persistam disparidades no acesso em áreas rurais e carentes. Apesar desses aspectos positivos, o Caribe enfrenta sérios desafios na área de responsabilidade política. Os principais indicadores relacionados à integridade política e à gestão de terras apresentam baixa pontuação na maioria dos países, destacando as lacunas nas políticas e na implementação que impedem a transparência, o

envolvimento cívico e a governança inclusiva.

### Principais tendências no Caribe

O Caribe mostra um progresso desigual em governança, capacidades e disponibilidade de dados. Os contratos públicos obtiveram a melhor pontuação na região, com todos os cinco países bem classificados, indicando uma forte ênfase regional na transparência dos contratos públicos.

Analisando mais de perto as áreas de desempenho, a região mostra força na infraestrutura digital, com uma pontuação regional de 65,35 pontos. As altas pontuações em acesso à Internet, alfabetização informacional e proteção de dados apontam para uma base sólida para a transformação digital. No entanto, a região obteve uma pontuação baixa em áreas politicamente sensíveis, como lobby, uso da terra e interoperabilidade de integridade política, revelando uma lacuna crítica de transparência.

### Principales datos del Barómetro

A República Dominicana e a Jamaica lideram a região nas pontuações gerais do Barômetro de Dados Globais, superando as médias regionais, uma

conquista ligada a políticas de dados nacionais e estruturas institucionais mais fortes. Entre os grupos temáticos, os contratos públicos provaram ser a área mais forte, com uma média regional de 61,64, refletindo práticas legais e de implementação sólidas em dados de contratos públicos. A região também se mostrou tecnicamente preparada para ecossistemas de dados abertos, conforme demonstrado por uma pontuação de 65,35 para infraestrutura de dados. O acesso à Internet lidera o grupo de recursos com uma pontuação média impressionante de 87,16, indicando uma conectividade digital generalizada que dá suporte ao acesso a dados e serviços públicos.

### Principais obstáculos e lacunas

A gestão de terras foi o grupo com a pontuação mais baixa em todo o Caribe, sugerindo uma governança fraca e falta de transparência nos dados de terras. Vários indicadores tiveram pontuação zero em muitos países, como lobby, uso da terra, integridade política, interoperabilidade e idioma. Essas deficiências refletem fraquezas sistêmicas e institucionais na governança e na prestação de contas. A falta de estruturas jurídicas e políticas coerentes, especialmente em relação a dados abertos e financiamento político, continua a dificultar o progresso. Além disso, os recursos humanos e financeiros limitados nas instituições do setor público continuam a dificultar a implementação e a manutenção das práticas de dados abertos.

### O caminho para fortalecer o ecossistema de dados do Caribe

As conclusões do Barômetro Global de Dados destacam a necessidade de os governos da região fortalecerem o compromisso político e as estruturas legais. Nos próximos anos, é fundamental que os governos atualizem as políticas nacionais de dados abertos e as leis de proteção de dados para formalizar os compromissos. Além disso, é necessário um investimento de longo prazo na capacitação. O treinamento contínuo para funcionários públicos, sociedade civil e jornalistas é essencial para garantir a alfabetização informacional, aumentar o uso de dados e promover a elaboração de políticas mais informadas, a responsabilidade e a transparência.

Os conjuntos de dados de interoperabilidade sobre gerenciamento de terras e integridade política estão entre os mais baixos da região. A média regional para integridade política é de 22,07, enquanto a média para gestão de terras é de 3,28. A adoção de políticas que melhorem a coleta e a publicação de dados contribuirá muito para aumentar a transparência e a responsabilidade.

À medida que a alfabetização digital melhora e o envolvimento dos cidadãos aumenta, prevemos uma maior pressão por mais transparência. Muitos governos caribenhos estão expandindo os serviços de governo eletrônico, e esperamos que isso acelere a disponibilidade de dados. Não há necessidade de reinventar a roda, pois

países como a República Dominicana e a Jamaica podem servir de exemplo para outros países da região que desejam adotar a governança de dados abertos.

Embora enfrente restrições financeiras e de recursos humanos, o Caribe demonstra como pequenos estados em desenvolvimento com recursos limitados podem progredir em áreas como compras públicas e infraestrutura de dados.

Embora persistam lacunas nos dados, continua sendo importante ter dados comparáveis e atualizados em todo o Caribe. Dados confiáveis e atualizados são essenciais para a elaboração de políticas e estratégias de desenvolvimento eficazes. Os governos podem se valer desse conhecimento para tratar de questões complexas, como a desigualdade. Dados regionais comparáveis também apoiam a integração regional, facilitam o benchmarking e permitem que os países avaliem o progresso, compartilhem as melhores práticas e coordenem as estratégias regionais. Mais importante ainda, dados abertos e oportunos fortalecem o progresso democrático na região, capacitando a sociedade civil, a mídia e os cidadãos a responsabilizar as instituições públicas e os governos.

## África

País	Força comparativa	Fraqueza comparativa	Pontuação nacional
Angola	Disponibilidade (CI): Registro de empresas	Governança (PI): Desempenho em direito de acesso à informação	29.04
Benim	Capacidade (C): Função pública	Governança (PI): Desempenho em direito de acesso à informação	29.97
Botsuana	Disponibilidade (CI): Registro de empresas	Governança (PF): Dados sobre finanças públicas	22.78
Burkina Faso	Governança (G): Gestão de dados	Governança (CI): Propriedade efetiva	27.36
Camarões	Governança (PF): Dados sobre finanças públicas	Governança (G): Proteção de dados	21.48
Costa do Marfim	Governança (G): Proteção de dados	Governança (PI): Finanças políticas	25.87
Gâmbia	Governança (PI): Desempenho em direito de acesso à informação	Governança (G): Proteção de dados	21.46
Gana	Governança (PI): Desempenho em direito de acesso à informação	Disponibilidade (CI): Registro de empresas	36.24
Quênia	Disponibilidade (PI): Dados sobre desempenho em direito de acesso à informação	Disponibilidade (CI): Registro de empresas	35.91
Libéria	Disponibilidade (L): Posse da terra	Governança (PP) Dados sobre contratos públicos	14.45
Malawi	Governança (G): Cobertura de acessibilidade e dados	Governança (PI): Desempenho em direito de acesso à informação	26.66
Marrocos	Capacidade (C): Iniciativa de dados abertos	Governança (PI): Desempenho em direito de acesso à informação	35.41
Moçambique	Governança (PI): Declarações de bens	Governança (G): Proteção de dados	25.90
Namíbia	Governança (PI): Desempenho em direito de acesso à informação	Governança (G): Proteção de dados	22.10
Nigéria	Governança (G): Política de dados abertos	Governança (PF): Dados sobre finanças públicas	35.25
Ruanda	Governança (G): Proteção de dados	Disponibilidade (PF): Dados disponíveis sobre orçamento e gastos	30.86
Senegal	Capacidade (C): Iniciativa de dados abertos	Governança (PI): Finanças políticas	26.82
Serra Leoa	Governança (PI): Finanças políticas	Governança (G): Proteção de dados	19.80
África do Sul	Governança (G): Gestão de dados	Governança (PI): Declarações de bens	47.79
Togo	Disponibilidade (CI): Registro de empresas	Governança (PF): Dados sobre finanças públicas	23.23
Tunísia	Governança (PI): Desempenho em direito de acesso à informação	Disponibilidade (PF): Dados disponíveis sobre orçamento e gastos	35.67
Uganda	Governança (PI): Finanças políticas	Governança (G): Gestão de dados	36.09



Local Development  
Research Institute

## Perspectivas do Hub

Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento Local (África)

/Keziah Kithei Munyao

A África abriga mais de 50 países com identidades étnicas, linguísticas, culturais e políticas diversas, mas unidos por aspirações comuns de governança democrática e desenvolvimento sustentável. Cada nação carrega seu próprio legado colonial e caminho de desenvolvimento, resultando em um amplo espectro de sistemas de governança e capacidades institucionais. Apesar dessas diferenças, a região compartilha várias tendências sociais e políticas transversais que influenciam significativamente seu cenário de dados e seus esforços de transformação digital.

A pesquisa do Barômetro Global de Dados abrangeu 22 países da África Oriental, Central e Ocidental, bem como partes da região do Oriente Médio e Norte da África (MENA). O cenário de dados na África está passando por uma mudança transformadora, moldada por mudanças sociopolíticas, inovação digital e crescente demanda cívica por transparência. Há um aumento notável na adoção de estruturas legais e institucionais para gerenciar dados públicos de forma responsável. Ao mesmo tempo, os países estão aproveitando a tecnologia para melhorar a coleta de dados, a acessibilidade e o envolvimento dos cidadãos.

### Principais tendências na África Subsaariana

As principais tendências de aumento foram observadas em Compras Públicas, Proteção de Dados, Transparência Orçamentária e de Gastos e Infraestrutura de Dados. Essas tendências destacam a crescente conscientização entre os governos africanos sobre o valor estratégico dos dados para impulsionar o desenvolvimento, promover a confiança e aumentar a responsabilidade. O progresso nessas áreas é frequentemente catalisado por reformas políticas internas e compromissos externos com iniciativas como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Open Government Partnership (OGP). No entanto, ainda há lacunas, especialmente em áreas como integridade política, gestão de terras, transparência de lobby e idioma. Esses déficits continuam a limitar o acesso equitativo às informações, a supervisão pública e a participação cívica efetiva.

### Principais destaques do Barômetro

Os contratos públicos surgiram como uma área de destaque em termos de progresso. Vários países fortaleceram as estruturas legais e os sistemas de aquisição descentralizados para aumentar a transparência e a responsabilidade. Embora a média

regional seja de 65,48, uma análise mais detalhada revela que países como Uganda (92,38), Quênia (88,34) e África do Sul (87,76) estão fazendo progressos para governar com eficácia os processos de compras públicas. Uganda introduziu sistemas de compras eletrônicas que melhoram a eficiência, reduzem a corrupção e promovem licitações competitivas, enquanto o portal de compras em conformidade com o Open Contracting Data Standard (OCDS) do Quênia fornece dados de compras em tempo real e acessíveis ao público.

Esses países oferecem um exemplo de como o rastreamento abrangente dos processos de aquisição pública pode facilitar uma melhor participação pública, permitir o exame minucioso dos contratos governamentais e aprimorar as avaliações de custo-benefício dos gastos públicos.

Além das salvaguardas dos contratos públicos, os países tomaram medidas substanciais para alinhar as leis nacionais de proteção de dados aos padrões internacionais. Pelo menos 9 dos 22 países analisados promulgaram leis de proteção de dados, incluindo Quênia, Ruanda, Malawi e África do Sul. No entanto, apenas alguns mostram uma aplicação consistente ou têm autoridades dedicadas à proteção de dados com independência operacional.

### Principais obstáculos e desafios

Embora a publicação de dados esteja aumentando, a falta generalizada de treinamento do serviço público

continua a prejudicar a capacidade de uso dos dados. Entre os 22 países pesquisados, as pontuações variaram significativamente - alguns atingiram cerca de 50,00, enquanto outros ficaram entre 0,00 e 40. Essa disparidade destaca um problema mais amplo: muitos governos de todo o continente não estão investindo adequadamente em programas de treinamento, esforços educacionais ou iniciativas específicas de capacitação necessárias para transformar dados em percepções acionáveis.

Embora tenha havido progresso no estabelecimento de estruturas legais de apoio à publicação de dados, ainda existem lacunas fundamentais significativas nos países pesquisados. Apenas nove adotaram estruturas legais abrangentes para o gerenciamento de dados. A solução dessas lacunas legislativas será fundamental para permitir uma participação pública significativa, aumentar a transparência governamental e promover maior confiança nas instituições públicas.

Embora todos os países pesquisados reconheçam constitucionalmente mais de um idioma oficial, a maioria publica conjuntos de dados públicos em apenas um idioma. A Tunísia é uma exceção notável, que está se esforçando para fornecer alguns conjuntos de dados em vários idiomas. Por exemplo, a Constituição de 2011 do Marrocos reconhece o árabe e o amazigh como idiomas oficiais, e a Lei Orgânica nº 26.16 de 2019 apoia sua integração na vida pública. No entanto, não há uma disposição clara que exija que os dados

governamentais sejam acessíveis em amálgama, o que limita a implementação prática e a inclusão linguística. Isso reduz significativamente o alcance e a usabilidade dos dados públicos, especialmente em sociedades multilíngues.

### Principais recomendações: Construindo um futuro de dados resiliente e inclusivo

Embora a disponibilidade de dados esteja melhorando constantemente em toda a região, a capacidade de interpretar e aplicar esses dados de forma eficaz continua limitada entre os principais grupos de partes interessadas. Para preencher a lacuna entre o acesso e o uso dos dados, são necessárias iniciativas de capacitação direcionadas, principalmente para organizações da sociedade civil, jornalistas e funcionários do governo local. O apoio a centros de tecnologia cívica, programas de dados voltados para a comunidade e bootcamps de dados voltados para os jovens pode ajudar a democratizar o uso de dados e estimular a inovação. Exemplos notáveis incluem as academias de jornalismo de dados do Code for Africa, que equipam os profissionais da mídia com habilidades de análise de dados, e as ferramentas de rastreamento de finanças públicas da BudgIT na Nigéria, que capacitam os cidadãos a responsabilizar os governos.

As reformas legais por si só não são suficientes, a aplicação efetiva é fundamental. Para preencher essa

lacuna, os governos devem alocar recursos adequados para apoiar órgãos de supervisão independentes, especialmente aqueles responsáveis pela implementação de leis de dados e pelo gerenciamento de plataformas de dados abertos. A incorporação de mecanismos robustos de responsabilidade nas instituições públicas será fundamental para traduzir as estruturas legais em resultados significativos e acionáveis.

Para garantir que os dados atendam a todos os cidadãos de forma equitativa, especialmente os grupos marginalizados e as pessoas com deficiência, eles devem ser inclusivos, acessíveis e refletir as diversas realidades. Um exemplo de infraestrutura digital inclusiva é o site do [Office of the Data Protection Commissioner do Quênia](#), que implementou recursos de acessibilidade para dar suporte a usuários com deficiências. Essa abordagem reflete um reconhecimento crescente de que a inclusão digital é um pilar fundamental da governança de dados eficaz e ética.

A transparência no financiamento político, no lobby e nos processos eleitorais é essencial para fortalecer a governança democrática. No entanto, muitos países da região continuam a restringir o acesso a conjuntos de dados politicamente sensíveis, geralmente alegando preocupações com a estabilidade nacional ou o controle político. A abertura desses dados é fundamental para reconstruir a confiança pública, aumentar o engajamento cívico e garantir a

responsabilidade das instituições governamentais.

Algumas das iniciativas de dados mais eficazes da região estão enraizadas nas realidades locais, em vez de serem impostas de cima para baixo. Projetos como mapeamento comunitário, orçamento participativo e dados gerados por cidadãos demonstram como as comunidades podem moldar ativamente a agenda de dados. Por exemplo, os colaboradores do OpenStreetMap que mapeiam assentamentos informais ou os residentes que usam ferramentas móveis para monitorar orçamentos locais refletem como os esforços de base podem preencher lacunas críticas de dados. A inclusão leva a melhores dados e melhores resultados. Ao ancorar as práticas de dados em experiências vividas, essas iniciativas destacam como a relevância contextual gera confiança, aumenta a utilidade e fortalece o impacto.



# Observações Finais

## Observações finais

A segunda edição do Barômetro Global de Dados revela um ambiente de dados em rápida evolução, marcado tanto pelo progresso real quanto pelas barreiras estruturais persistentes. Nos 43 países examinados pelo Barômetro, fica claro que o valor dos dados para o bem público é cada vez mais reconhecido, conforme evidenciado pela crescente adoção de estruturas legais para proteção e compartilhamento de dados e pelo progresso significativo em áreas como compras públicas e transparência fiscal. Entretanto, os resultados também destacam profundas lacunas de implementação, disparidades regionais e a necessidade urgente de passar da intenção política para o impacto prático.

A governança de dados continua sendo uma pedra angular. Quando estruturas sólidas de governança são acompanhadas de capacidade institucional, os dados são mais bem gerenciados, usados de forma mais eficaz e mais acessíveis ao público. Entretanto, o progresso nas estruturas legais e políticas é frequentemente prejudicado pela implementação deficiente, pelo subinvestimento e pela falta de inclusão significativa. Os riscos de políticas de dados fragmentadas, programas de dados abertos com poucos recursos e sistemas não interoperáveis são agravados pela crescente fragilidade democrática e pelo papel cada vez maior da IA no setor público. Ao mesmo tempo, a ausência de uma orientação robusta sobre governança algorítmica e as limitações no treinamento relacionado à IA refletem um desafio mais amplo. À medida que as tecnologias digitais evoluem, as políticas e práticas de governança de dados devem evoluir com elas. Sem estratégias deliberadas, inclusivas e bem coordenadas, o uso de dados, e da IA em particular, corre o risco de aprofundar a desigualdade, consolidar a opacidade e corroer a confiança do público.

Olhando para o futuro, os governos, a sociedade civil e os atores internacionais devem trabalhar juntos para repensar os dados não apenas como um ativo técnico ou econômico, mas como uma base para a renovação democrática, a igualdade social e a inovação ética. Isso exigirá:

- Elimine a lacuna de implementação investindo em habilidades críticas de dados.

- Priorizar a inclusão, aumentando a acessibilidade dos dados e a publicação multilíngue.
- Institucionalizar a interoperabilidade entre setores e conjuntos de dados.
- Integração da governança de IA em estratégias de dados mais amplas.

O Barômetro Global de Dados fornece uma base prática de evidências para orientar esses esforços. Mais do que isso, ele exige um compromisso coletivo renovado para criar ecossistemas de dados que sejam transparentes, respeitem os direitos e se baseiem no interesse público. Em uma era de incertezas e oportunidades, esses sistemas não são apenas desejáveis, mas essenciais.

Convidamos governos, organizações da sociedade civil, pesquisadores e parceiros internacionais a se envolverem com as descobertas da 2ª edição e usá-las como base para a ação. Seja investindo em alfabetização de dados, reformando estruturas regulatórias, apoiando ecossistemas de dados abertos ou promovendo a governança responsável de IA, agora é a hora de agir. O Barômetro Global de Dados não é apenas um diagnóstico. Ele é uma plataforma compartilhada para colaboração, responsabilidade e progresso. Ao trabalharmos juntos para fechar lacunas, ampliar o que funciona e trazer a equidade nos sistemas de dados para o primeiro plano, podemos construir a base para um futuro digital mais saudável.



# | Anexos

## Anexo 1-Metodologia de pontuação

Este apêndice contém informações detalhadas sobre os pesos aplicados para o cálculo das pontuações do Barômetro de Dados Globais. Para obter mais detalhes sobre a metodologia de pesquisa usada para a coleta de dados, consulte [o manual de pesquisa](#) ou o capítulo Metodologia deste relatório, que não é reproduzido aqui.

### Estrutura de pontuação

O Barômetro está estruturado em três pilares e consiste em 27 indicadores primários derivados de uma pesquisa com especialistas e 12 indicadores secundários.

Nesta 2ª edição, a metodologia de pontuação foi atualizada para simplificar e padronizar o processo. Diferentemente da 1ª edição, não calculamos mais a pontuação do país produzindo primeiro as pontuações dos pilares e depois agregando-as. Em vez disso, agora a calculamos diretamente a partir das pontuações dos indicadores.

Como já mencionado no capítulo Metodologia deste relatório, a 2ª edição organiza os indicadores em áreas e grupos de ação. O Barômetro agora produz as seguintes pontuações em diferentes níveis, mas todas diretamente das pontuações dos indicadores:

- **Pontuação nacional:** média ponderada de todas as pontuações dos indicadores.
  - ◊ **Pontuação do grupo:** média ponderada das pontuações de todos os indicadores associados.
    - » **Pontuação da área de ação:** média ponderada das pontuações de todos os indicadores associados.
      - ✓ **Pontuação do indicador:** indicador primário (multiplicador \* pontuação do elemento); indicador secundário (pontuação normalizada da fonte secundária).

Para cada um dos indicadores primários, a pontuação é calculada com base em dois componentes, conforme indicado:

- **Pontuação do item:** derivada das respostas às subperguntas do item na pesquisa com especialistas, combinada com pesos fixos atribuídos a cada subpergunta.
- **Multiplicador:** Combinando as respostas às subperguntas Existência e Alcance, calculamos um único multiplicador para ajustar a pontuação do elemento, resultando na pontuação final do indicador.

Para saber a ponderação atribuída aos indicadores para o cálculo das pontuações das áreas de ação, pontuações dos clusters e pontuações nacionais, consulte os Anexos: Indicadores para obter um detalhamento pormenorizado.

## Pontuação e pesos dos elementos

A seção do item de cada indicador é inicialmente pontuada em um intervalo de 0 a 100, como resultado da soma ponderada de todas as subquestões do item.

A seção de itens é dividida em subgrupos (e1, e2 e e3). Dentro dos subgrupos, as subperguntas geralmente são ponderadas igualmente, com pequenos ajustes por motivos teóricos. A ponderação de cada grupo é definida de acordo com a lógica da pergunta e busca equilibrar a importância relativa das subperguntas para uma avaliação geral do indicador com base em estruturas e precedentes estabelecidos, bem como para apoiar a comparabilidade entre os indicadores. Por exemplo, nos indicadores de disponibilidade, mais de 60% da pontuação do item é composta por uma lista de verificação comum das propriedades do conjunto de dados pesquisado (como legibilidade automática, licenciamento aberto e atualização), enquanto cerca de 40% da pontuação vem de itens específicos do conjunto de dados (como orçamento aprovado, orçamento alterado e despesas orçamentárias no indicador de finanças públicas). Para obter pesos detalhados, consulte a coluna de pesos no conjunto de dados do Barômetro.

Há dois subgrupos especiais em indicadores específicos. O primeiro subgrupo é chamado de "Pontuação negativa" (rotulado como "eb" no identificador do GDB) e geralmente remove pontos da pontuação total do item quando as respostas indicam "Sim" ou "Parcialmente".

Há duas perguntas de "pontuação negativa" na segunda edição: a pergunta

"MISSINGDATA" em todos os indicadores de disponibilidade e a pergunta "DPLEXCEPTIONS" no indicador "Governance (G): Data Protection". Cada uma dessas perguntas pode subtrair até 10 pontos da pontuação total de 100 itens.

O outro subgrupo especial é "Sem pontuação" (rotulado como "eu"), que não é pontuado. Esse subgrupo existe em todos os indicadores de disponibilidade, todos eles com a subquestão "DATA\_USE" e apenas três indicadores com a subquestão "GENDER".

Na segunda edição, todas as subperguntas da seção de itens são padronizadas para serem perguntas de três opções, que podem ser respondidas com "Sim" (1), "Parcialmente" (0,5) ou "Não" (0). O manual de pesquisa fornece orientações gerais sobre quando usar a resposta "parcialmente" e orientações específicas para determinadas subperguntas (detalhadas no manual).

## Ponderação das subperguntas

Todos os pesos de perguntas usados podem ser encontrados no conjunto de dados do Barômetro publicado (disponível em <https://www.globaldatabarometer.org>), que contém vários campos-chave que, quando combinados, mostram os pesos que foram aplicados.

Encontre o peso de cada subpergunta:

- Filtrar na coluna hlevel para hlevel=4 (nível hierárquico = 4 = subperguntas).
- Filtre a coluna data\_type para data\_type='response' (para ver as respostas em vez de resumos, dados de apoio ou outro conteúdo). As ponderações podem ser lidas nos seguintes campos:

campo	descrição
resposta	A resposta selecionada ou inserida pelo pesquisador. Para data_type='response'
valor_da_resposta	Normalmente, será uma opção fixa fornecida pela pesquisa. Valor numérico atribuído à pontuação. Para perguntas com respostas "Não" (0), "Parcialmente" (1), "Sim" (2), estará no intervalo de 0 a 2. Para algumas perguntas de Existência e Extensão, pode variar de 0 a 3. Para algumas perguntas de Existência e Extensão, pode variar de 0 a 3.
normalised_response_value (valor de resposta normalizado)	Cada pontuação é reajustada em uma escala de 0 a 1.
peso	Um multiplicador aplicado à pontuação calculada para obter a contribuição ponderada dessa pergunta para o indicador. Com pequenas exceções, os pesos das subperguntas são mantidos constantes dentro da mesma subseção do indicador.
pontuação	normalised_response_value* weight

### Exemplo prático

O exemplo a seguir mostra os elementos do indicador "Governança (G): Proteção de dados", que avalia "Até que ponto as leis, os regulamentos, as políticas e as diretrizes relevantes fornecem uma estrutura abrangente para a proteção de dados pessoais?"

Identificador GDB	Sub-pergunta	Peso	Notas
G.GOVERNANÇA.DPL.e	Elementos	100	A pontuação mais alta em todos os elementos somaria 100.
G.GOVERNANÇA.DPL.e.e1	Direitos e responsabilidades:	80	Para esse indicador, o grupo de elementos e1 vale 80 dos 100 pontos disponíveis. Há cinco elementos nesse grupo, portanto, cada um vale 16 pontos.
G.GOVERNANCE.DPL.e.e1.ACCESS_CORRECTION	Elementos Pergunta 1: A estrutura concede aos titulares de dados direitos de acesso e retificação dos dados que lhes dizem respeito.	16	
G.GOVERNANCE.DPL.e.e1.REDRESS	Elementos Pergunta 2: A estrutura prevê direitos de reparação.	16	
G.GOVERNANÇA.DPL.e.e1.CONSENTIMENTO	Elementos Pergunta 3: A estrutura fornece aos titulares de dados direitos de escolha ou consentimento.	16	
g.governance.dpl.e.e1.data_holder_responsibility	Elementos Pergunta 4: A estrutura estabelece responsabilidades claras para os titulares dos dados.	16	
G.GOVERNANCE.DPL.e.e1.NON-COMPLIANCE	Elementos Pergunta 5: A estrutura exige que os controladores de dados notifiquem as violações de dados a uma autoridade competente.	16	

G.GOVERNANÇA.DPL.e.e.e2	Considerações específicas:	20	Para esse indicador, o grupo de elementos e2 vale 20 dos 100 pontos disponíveis. Há três elementos nesse grupo, portanto, cada um vale 6,66(7) pontos.
G.GOVERNANCE.DPL.e.e.e2.GROUPPRIVACY	Elementos Pergunta 6: A estrutura aborda explicitamente a privacidade e a proteção de dados de grupos.	6.67	
G.GOVERNANCE.DPL.e.e.e2.LOCATION	Elementos Pergunta 7: A estrutura cobre explicitamente a proteção de dados de localização.	6.67	
G.GOVERNANÇA.DPL.e.e.e2.AI	Elementos Pergunta 8: A estrutura aborda a tomada de decisões algorítmicas.	6.66	
G.GOVERNANÇA.DPL.e.e.eb	Pontuação negativa:	-10	Para esse indicador, o grupo de elementos eb pode subtrair até 10 pontos da pontuação obtida.
G.GOVERNANÇA.DPL.e.e.eb.DPLEXCEPÇÕES	Elementos Pergunta 9: A estrutura exclui determinadas populações da proteção de dados.	-10	

Se imaginarmos um país no qual o pesquisador responde "Sim" a CONSENTIMENTO (1 (pontuação) x (peso) 16), ACCESS\_CORRECTION (1 x 16) e RESPONSIBILITY\_OF\_DATA\_HOLDER (1 x 16), "Parcialmente" a REDIRECTION (0.5 x 16), BREACH (0,5 x 16) e LOCATION (0,5 x 6,66) e DPLEXCEPTIONS (0,5 x -10), e 'Não' para AI (0 x 6,66) e GROUPPRIVACY (0 x 6,67), então calcularíamos a pontuação do elemento como 62,33.

## Multiplicador de existência

Um único multiplicador é derivado da seção de existência do indicador, que normalmente é composta de dois tipos distintos de perguntas: (1) perguntas EXIST, que normalmente são denotadas com variáveis prefixadas com "EXIST", e (2) perguntas EXTENT, que são movidas para a seção EXIST na segunda edição com variáveis normalmente prefixadas com "EXTENT". Observe que o número dessas perguntas varia entre os indicadores, com 1 ou 2 instâncias por indicador. Cada conjunto de perguntas EXIST e EXTENT gera independentemente um multiplicador, denotado como Multiplier\_Exist e Multiplier\_Extent, respectivamente (discutiremos como eles são calculados em detalhes mais adiante). O multiplicador único final é então calculado como o produto desses dois componentes.

Multiplicador = Normalização( Multiplicador\_existente \* Multiplicador\_extensão)

$$\text{Normalização (x)} = 0.6 + \frac{(x - \text{min})}{(\text{max} - \text{min})} * 0.4$$

Observe que a última etapa do cálculo aplica a normalização ao intervalo [0,6-1,0], que é acionado exclusivamente quando o multiplicador de qualquer país fica abaixo de 0,6. Esse protocolo atenua os efeitos de cascata em vários níveis dos cálculos em camadas, garantindo a integridade computacional e mantendo a relatividade da pontuação.

Quanto ao cálculo do Existence\_Multiplier (multiplicador de existência) e do Extent\_Multiplier (multiplicador de extensão), diferentes abordagens são adotadas nos diferentes pilares do Barômetro:

### Multiplicador\_Existir

São necessárias três etapas para calcular o Multiplier\_Exist:

#### **Etapa 1: normalizar o valor da resposta**

A primeira etapa é converter as opções de resposta da pesquisa em uma escala padronizada [0, 1]. Na 2ª edição, a maioria dos indicadores usa

perguntas de existência de três opções (por exemplo, Não, Parcialmente, Sim), às quais são atribuídos valores numéricos de 0, 1 e 2 durante a coleta de dados. Esses valores são normalizados para 0, 0,5 e 1, respectivamente.

Uma única exceção se aplica aos indicadores do pilar Capacidade, que incluem uma pergunta de existência de quatro opções. Essas respostas recebem valores numéricos de 0, 1, 2 e 3, e depois são normalizadas para 0, 0,333, 0,666 e 1 para manter uma escala proporcional [0, 1].

Observação para o indicador "Governança (G): Dados de cobertura e acessibilidade", um tratamento especial é aplicado. A pergunta original `EXIST_ACCESS` não é usada diretamente nos cálculos. Em vez disso, é usada a variável computada `EXIST_ACCESS_LEVEL`. Essa variável representa um novo ponto de dados criado pela equipe do GDB durante o processo de revisão, no qual os testes foram sistematicamente classificados com base em critérios de teste padronizados. `EXIST_ACCESS_LEVEL` está incluída no conjunto de dados publicados do GDB e substitui a pergunta original para fins de pontuação.

## **Etapa 2: Combine vários caldos, se necessário**

Na 2ª edição, apenas os indicadores de governança dentro do grupo temático (por exemplo, Governança (PI): indicador de estrutura de DAI) têm duas perguntas existentes.

As duas perguntas de existência são `EXIST_COLLECTION` e `EXIST_PUBLICATION`. Suas respostas devem ser combinadas para formar uma única resposta antes de prosseguir, seguindo as regras abaixo:

- Operacional: ambos estão operacionais
- Operacional fraco: um é "Sim" (operacional) e o outro não.
- Rascunho: ambos são rascunhos, ou um é um rascunho e o outro não está operacional.
- Não: ambos são Não

**Etapa 3: Pesquise na tabela o valor Multiplier\_Exist**

Encontre o valor do multiplicador na tabela apropriada de acordo com o tipo de indicador.

**Indicadores de disponibilidade:**

Valor normalizado	Valor do multiplicador
0 (dados off-line)	0
0,5 (dados on-line como ação não governamental)	0.5
1 (dados on-line como gov-action)	1

**Indicadores de governança (não temáticos, excluindo o indicador de acessibilidade)**

Valor normalizado	Valor do multiplicador
0 (sem moldura)	0
0,5 (não a força total da lei)	0.9
1 (força de lei)	1

**(Temático): Indicadores de governança.**

Existência combinada	Existence_Multiplier (multiplicador de existência)
0 (não existe)	0
0,5 (a estrutura é um projeto)	0.6
0,75 (a estrutura não é muito operacional)	0.8
1 (a estrutura está operacional)	1

### Indicadores de capacidade e indicador de acessibilidade (pilar de governança):

Valor normalizado	Valor do multiplicador
0	0
0.333	0.6
0.666	0.8
1	1

### Multiplier\_extension

Da mesma forma, também são necessárias três etapas para calcular o Multiplier\_Extent:

#### Etapa 1: Normalizar a resposta

Ele é normalizado usando o mesmo método do Multiplier\_Exist descrito acima.

#### Etapa 2: Combine várias extensões

As perguntas de extensão da 2ª edição são classificadas em dois tipos:

##### (1) Extensão do bужão de fluxo

Geralmente, avalia se os dados ou as estruturas têm cobertura nacional ou representativa.

Se a extensão de interrupção de fluxo receber uma resposta Não equivalente (por exemplo, "Sem cobertura"), o valor total da extensão combinada será definido como 0, pois isso interrompe o fluxo do questionário, tornando as perguntas dos itens subsequentes inaplicáveis.

Observe que o indicador "Availability (L): Land tenure" contém duas perguntas especiais de extensão cujas variáveis são "URBAN\_LAND" e "RURAL\_LAND". Essas duas perguntas avaliam se os dados abrangem terras urbanas e terras rurais. As duas serão combinadas e tratadas como uma única extensão, e somente quando ambas receberem uma resposta "Não" o fluxo da pesquisa será interrompido.

**(2) Extensão do plugue sem fluxo:**

Geralmente avalia a cobertura de órgãos governamentais ou domínios específicos do setor. Uma resposta não equivalente aqui não substitui o valor EXTENT combinado. Portanto, o fluxo da pesquisa não é interrompido.

Quando vários valores de extensão são combinados, seus valores normalizados são somados. No entanto, conforme observado acima, se uma extensão de plugue de fluxo receber uma resposta Não equivalente (por exemplo, "Não" ou um valor normalizado equivalente a 0), o resultado da extensão combinada será automaticamente definido como 0, substituindo quaisquer valores somados.

**Etapa 3: Valor do multiplicador**

Dependendo de quantas perguntas de extensões houver em um indicador, a regra para atribuir o valor da resposta ao valor do multiplicador é ligeiramente diferente.

1. Extensão única: esse é sempre o plugue de fluxo e observe que aqui a "Disponibilidade (L): posse da terra" combina as duas perguntas de extensão do indicador e é considerada como uma única extensão.

Valor de extensão padronizado	Valor do multiplicador
0	0
0.5	0.85
1	1

2. Múltipla escolha: O número máximo de questões de múltipla escolha é dois na segunda edição. Normalmente, uma é uma questão de múltipla escolha e a outra não, portanto, aplicam-se as seguintes regras:

Valor combinado	Valor do multiplicador
0	0
0.5	0.7
1	0.85
1.5	0.9
2	1

## Exemplo prático

O cálculo a seguir se baseia no indicador "Governança (PI): Desempenho do direito à informação", que avalia "Até que ponto as leis, os regulamentos, as políticas e as orientações relevantes fornecem uma base para a coleta e a publicação de dados sobre o desempenho dos processos de direito à informação (DAI)/liberdade de informação (FOI)?"

O indicador contém:

- Há duas perguntas sobre os requisitos para a coleta e publicação de informações sobre os resultados de DI.
- Duas perguntas de escopo:
  - ◊ A medida do plugue de fluxo pergunta quão abrangente, em termos de jurisdição, é a cobertura da estrutura avaliada para essa pergunta.
  - ◊ A medida de fluxo contínuo pergunta quão abrangente, em termos de partes do governo, é a estrutura avaliada para essa pergunta.

Imagine o país A com uma estrutura de coleta operacional (Sim=1), mas sem estrutura de publicação (Não=0). Portanto, sua existência combinada será não operacional (0,75) e o Multiplier\_Exist é 0,8. E sua estrutura abrange toda a nação (Sim=1), mas apenas partes limitadas dos governos (Não equivalente=0), então o Multiplier\_Extent é 0,85 (já que a extensão combinada é 1). Se não houver nenhum país com um multiplicador menor que 0,6, então o multiplicador para esse país é 0,68.

Entretanto, se houver um país B com apenas rascunhos de quadro (Multiplier\_Exist = 0,6) e as mesmas respostas de extensão (Multiplier\_Extent = 0,85), então seu multiplicador será menor que 0,6 (0,51). Isso acionará o processo de normalização. Suponha que o multiplicador mais baixo seja 0,51 e o multiplicador mais alto seja 1, então o multiplicador normalizado do país A será 0,74 e o multiplicador normalizado do país B será 0,6.

## Indicadores

### Fontes e pesos dos indicadores

A 2ª edição inclui 27 indicadores primários e 12 secundários. Nesta seção, os indicadores são organizados por grupos, com sua área de ação, pergunta/ fonte e informações de ponderação para referência.

## Grupo: Fundamentos de governança

Área de ação	Tipo de indicador	Nome do indicador	Pergunta / Fonte	WiB	WiAA	WiC
Proteção de dados	Indicador primário	Governança (G): Proteção de dados	Até que ponto as leis, regulamentações, políticas e orientações relevantes fornecem uma estrutura abrangente para a proteção de dados pessoais?	0.0334	1.0000	0.1843
	Indicador primário	Governança (G): gerenciamento de dados	Até que ponto as leis, os regulamentos, as políticas e as orientações relevantes fornecem uma estrutura abrangente para o gerenciamento e a publicação consistentes de dados?	0.0334	1.0000	0.1843
Intercâmbio de dados	Indicador primário	Governança (G): estruturas de intercâmbio de dados	Até que ponto as leis, os regulamentos, as políticas e as orientações relevantes fornecem uma estrutura abrangente para o intercâmbio de dados?	0.0334	1.0000	0.1843
Infraestrutura de dados	Indicador secundário	Capacidade (C): serviços on-line do governo	Pesquisa de governo eletrônico da ONU: Índice de serviços on-line do UN eGov (2020)	0.0170	0.2098	0.0938

Infraestrutura de dados	Indicador secundário	Capacidade (C): governo digital	Banco Mundial- Conjunto de dados DGSS: Existe uma estratégia DG/ GovTech; Existe uma instituição GovTech dedicada; Existe uma estratégia nacional sobre tecnologias disruptivas; Existe uma nuvem governamental (plataforma compartilhada); Existe um barramento de serviços governamentais/ plataforma de interoperabilidade; Existe um barramento de serviços governamentais/ plataforma de interoperabilidade?	0.0170	0.2098	0.0938
Infraestrutura de dados	Indicador secundário	Capacidade (C): acesso à Internet	União Internacional de Telecomunicações (UIT): Cesta de banda larga fixa como % do GNI p.c.; Indivíduos que usam a Internet, total (%)	0.0100	0.1235	0.0552
Infraestrutura de dados	Indicador secundário	Capacidade (C): instituições de dados	Banco Mundial- Conjunto de dados DGSS: Existe uma entidade governamental responsável pela governança ou gerenciamento de dados?	0.0100	0.1236	
Infraestrutura de dados	Indicador secundário	Capacidade (C): Liberdades políticas e liberdades civis	FreedomHouse: Direitos políticos e liberdades civis (pontuação)	0.0170	0.2068	0.0938
Infraestrutura de dados	Indicador secundário	Capacidades (C): Uso de padrões e métodos em escritórios de estatística	Indicadores de desempenho estatístico: Dimensão 5.2: Padrões e métodos	0.0100	0.1235	0.0552

**Grupo: Competências críticas**

Área de ação	Tipo de indicador	Nome do indicador	Pergunta / Fonte	WiB	WiAA	WiC
Conhecimento em informática	Indicador primário	Capacidade (C): Serviço Civil	Até que ponto o governo oferece treinamento para desenvolver o conhecimento de informática e as habilidades de dados dos funcionários públicos?	0.0334	0.5529	0.1752
Conhecimento em informática	Indicador secundário	Capacidade (C): capital humano	Pesquisa de governo eletrônico das Nações Unidas: Índice de capital humano do UN eGov	0.017	0.2815	0.0892
Conhecimento em informática	Indicador secundário	Capacidade (C): competências digitais	Pesquisa de opinião dos executivos do WE Forum: Níveis de habilidade da força de trabalho: habilidades tecnológicas	0.01	0.1656	0.0525
Reutilização de dados	Indicador primário	Capacidade (C): apoio governamental para reutilização	Até que ponto há evidências de apoio governamental à reutilização de dados?	0.0334	0.2565	0.1752
Reutilização de dados	Indicador primário	Governança (G): Política de dados abertos	Até que ponto as leis, regulamentações, políticas e orientações relevantes fornecem uma estrutura abrangente para a geração e publicação de dados abertos?	0.0334	0.2566	0.1752
Reutilização de dados	Indicador primário	Capacidade (C): Iniciativa de dados abertos	Até que ponto existe uma iniciativa de dados públicos abertos com bons recursos no país?	0.0334	0.2565	0.1752
Reutilização de dados	Indicador secundário	Capacidade (C):: Uso de dados por organizações internacionais	Indicadores de desempenho estatístico: Dimensão 1.5: Uso de dados por organizações internacionais	0.01	0.0768	0.0525

Área de ação	Tipo de indicador	Nome do indicador	Pergunta / Fonte	WiB	WiAA	WiC
Reutilização de dados	Indicador secundário	Capacidade (C): emprego com uso intensivo de conhecimento	Índice Global de Inovação / OIT: Emprego em ocupações com uso intensivo de conhecimento (% da força de trabalho)	0.01	0.0768	0.0525
Reutilização de dados	Indicador secundário	Capacidade (C): adoção da IA pelas empresas	Pesquisa de opinião executiva do WE Forum: combinar "Adoção de IA entre empresas locais: novos produtos e modelos de negócios".. e "Adoção de IA entre empresas locais: melhorando a produtividade".	0.01	0.0768	0.0525

### Grupo: Acesso equitativo

Observe que o indicador "Governança (G): Cobertura e dados linguísticos" não está incluído no cálculo de nenhuma pontuação de nível mais alto, porque as verificações pós-pesquisa sobre a qualidade dos dados sugeriram que as respostas não eram suficientemente robustas para serem consideradas. No entanto, continuamos a pontuá-lo no nível do indicador para fornecer dados quantitativos juntamente com dados qualitativos para análise posterior.

Área de ação	Tipo de indicador	Nome do indicador	Pergunta / Fonte	WiB	WiAA	WiC
Idioma	Indicador primário	Governança (G): cobertura de idiomas e dados	Até que ponto as leis, regulamentos, políticas e orientações relevantes garantem a inclusão linguística em relação aos dados?	0.0000	1.0000	0.0000
Acessibilidade	Indicador primário	Governança (G): dados de cobertura e acessibilidade	Até que ponto as leis, regulamentações, políticas e orientações relevantes garantem a inclusão de pessoas com deficiência em relação aos dados?	0.0334	1.0000	1.0000

### Cluster: Informações sobre a empresa

Área de ação	Tipo de indicador	Nome do indicador	Pergunta / Fonte	WiB	WiAA	WiC
Registro comercial	Indicador primário	Disponibilidade (CI): registro comercial	Até que ponto as informações detalhadas sobre a empresa são disponibilizadas ao público?	0.0321	1	0.3333
Propriedade beneficiária de empresas	Indicador primário	Governança (CI): Propriedade efetiva	Até que ponto as leis, regulamentos, políticas e diretrizes relevantes fornecem uma base para a coleta e publicação de dados sobre a propriedade beneficiária das empresas?	0.0321	0.5	0.3334
Propriedade beneficiária de empresas	Indicador primário	Disponibilidade (IC): propriedade beneficiária	Até que ponto as informações detalhadas sobre a propriedade beneficiária das empresas estão disponíveis para uso público?	0.0321	0.5	0.3333

### Setor: Planejamento Espacial

Área de ação	Tipo de indicador	Nome do indicador	Pergunta / Fonte	WiB	WiAA	WiC
Posse da terra	Indicador primário	Disponibilidade (L): posse da terra	Até que ponto as informações detalhadas sobre a posse da terra estão disponíveis como dados abertos?	0.0321	1	0.5
Uso da terra	Indicador primário	Disponibilidade (L): uso atual da terra	Até que ponto as informações existentes sobre o uso da terra estão disponíveis como dados abertos?	0.0321	1	0.5

## Grupo: Integridade política

Área de ação	Tipo de indicador	Nome do indicador	Pergunta / Fonte	WiB	WiAA	WiC
Financiamento político	Indicador primário	Governança (PI): Financiamento político	Até que ponto as leis, os regulamentos, as políticas e as orientações relevantes fornecem uma base para a coleta e a publicação de dados de financiamento de campanhas e partidos?	0.0321	0.5	0.1049
Financiamento político	Indicador primário	Disponibilidade (IP): dados financeiros políticos	Até que ponto as informações detalhadas sobre finanças políticas estão disponíveis para uso público?	0.0321	0.5	0.105
Declarações de interesses e ativos	Indicador primário	Governança (IP): Declarações de ativos	Até que ponto as leis, regulamentos, políticas e orientações relevantes fornecem uma base para a coleta e publicação de dados sobre os interesses e bens dos funcionários públicos?	0.0321	0.5	0.1049
Declarações de interesses e ativos	Indicador primário	Disponibilidade (IP): declarações de ativos	Até que ponto as informações detalhadas sobre a declaração de interesses e ativos estão disponíveis para uso público?	0.0321	0.5	0.105
Grupos de pressão	Indicador primário	Governança (IP): Registro de lobby	Até que ponto as leis, regulamentos, políticas e diretrizes relevantes fornecem uma base para a coleta e publicação de dados sobre atividades de lobby?	0.0321	0.5	0.1049

Área de ação	Tipo de indicador	Nome do indicador	Pergunta / Fonte	WiB	WiAA	WiC
Grupos de pressão	Indicador primário	Disponibilidade (IP): dados de lobby	Até que ponto as informações detalhadas sobre lobby estão disponíveis para uso público?	0.0321	0.5	0.1049
Desempenho do DAI	Indicador primário	Governança (PI): desempenho do DAI	Até que ponto as leis, regulamentações, políticas e orientações relevantes fornecem uma base para a coleta e publicação de dados sobre o funcionamento dos processos de direito à informação (DAI)/liberdade de informação (FOI)?	0.0321	0.3953	0.3953
Desempenho do DAI	Indicador primário	Disponibilidade (PI): dados de desempenho do DAI	Até que ponto as informações detalhadas sobre os resultados de DI estão disponíveis para uso público?	0.0321	0.3953	0.105
Desempenho do DAI	Indicador secundário	Governança (IP): Estrutura de DAI	Classificação do DAI: Classificação do DAI	0.0170	0.2094	0.0556
Interoperabilidade da integridade política	Indicador primário	Capacidade (IP):	Até que ponto os dados de integridade política são interoperáveis entre diferentes conjuntos de dados de integridade política, bem como outros conjuntos de dados associados a fluxos de informações relevantes?	0.0321	1	0.1049

**Grupo: Finanças públicas**

Área de ação	Tipo de indicador	Nome do indicador	Pergunta / Fonte	WiB	WiAA	WiC
Orçamento e despesas	Indicador primário	Governança (PF): dados de finanças públicas	Até que ponto as leis, regulamentações, políticas e orientações relevantes fornecem uma base para a coleta e publicação de dados de finanças públicas (por exemplo, orçamentos públicos, gastos públicos, dívida e endividamento)?	0.0321	0.5	0.5
Orçamento e despesas	Indicador primário	Disponibilidade (FP): dados de orçamento e despesas	Até que ponto as informações detalhadas sobre o orçamento e os gastos públicos (execução orçamentária) são disponibilizadas ao público?	0.0321	0.5	0.5

**Grupo: Compras públicas**

Área de ação	Tipo de indicador	Nome do indicador	Pergunta / Fonte	WiB	WiAA	WiC
Compras públicas	Indicador primário	Governança (PP) Dados de compras públicas	Até que ponto as leis, regulamentos, políticas e orientações relevantes fornecem uma base para a coleta e publicação de dados sobre compras públicas?	0.0321	0.5	0.5
Compras públicas	Indicador primário	Disponibilidade (PP): dados de compras públicas	Até que ponto as informações detalhadas sobre compras públicas estão disponíveis para uso público?	0.0321	0.5	0.5

## Alterações nos indicadores do GDB 2ª edição

Esta seção apresenta as alterações feitas nos indicadores da 2ª edição em comparação com a 1ª edição, incluindo indicadores adicionados/excluídos, perguntas adicionadas/excluídas/divididas em indicadores relacionados e alterações nas variáveis das perguntas dos indicadores relacionados.

### Indicadores adicionados ou excluídos

BGF 1ª Edição	Ajustes	BGF 2ª Edição
Capacidade (C): competências digitais	<p><b>Fonte modificada</b></p> <p>Esse subindicador foi originalmente derivado do indicador "Digital Skills among the Labour Force" (pontuação) <a href="#">da Pesquisa de Opinião Executiva do Fórum Econômico Mundial</a>. No entanto, o Fórum Econômico Mundial descontinuou essa medida histórica e passou a usar um novo indicador "Níveis de habilidade da força de trabalho: habilidades tecnológicas", que agora forma a base para o cálculo desse subindicador.</p>	Capacidade (C): competências digitais
Capacidade (C): uso comercial de ferramentas digitais	<p><b>Eliminado</b></p> <p>Esse subindicador foi originalmente derivado do indicador "Business use of digital tools" (pontuação) <a href="#">da Pesquisa de Opinião Executiva do Fórum Econômico Mundial</a>, que foi descontinuado e não há indicadores semelhantes do Fórum WE que forneçam uma medida semelhante.</p>	

	<p><b>Novo indicador</b></p> <p>Esse subindicador é derivado dos indicadores <a href="#">da Pesquisa de Opinião Executiva do Fórum Econômico Mundial</a>: "Adoção de IA entre empresas locais: novos produtos e modelos de negócios" e "Adoção de IA entre empresas locais: melhoria da produtividade". Esse novo indicador aborda a lacuna de medição criada pela remoção do indicador "Capacidade (C): uso de ferramentas digitais pelas empresas", permitindo um benchmarking contínuo da capacidade empresarial no uso de dados.</p>	Capacidade (C): adoção da IA pelas empresas
Uso (U): uso de dados por organizações internacionais	<p><b>Mudança de nome</b></p> <p>Como o pilar Uso não existe mais na 2ª edição, esse subindicador foi transferido para o pilar Capacidade.</p>	Capacidade (C): uso de dados por organizações internacionais
Governança (G): cobertura de idiomas e dados	<p><b>Metodologia modificada</b></p> <p>A pergunta principal do indicador primário foi reformulada de "Até que ponto as leis, os regulamentos, as políticas e as orientações relevantes exigem que os processos de coleta e publicação de dados estejam disponíveis nos idiomas oficiais ou nacionais do país? Se o país não tiver idiomas oficiais ou nacionais, esses processos estão disponíveis nos idiomas usados no país?" (1ª edição) para "Até que ponto as leis, os regulamentos, as políticas e as orientações relevantes garantem a inclusão linguística com relação aos dados?" (2ª edição).</p> <p>Para obter mais informações sobre as alterações nas perguntas, consulte o <a href="#">manual de pesquisa</a>.</p>	Governança (G): cobertura de idiomas e dados

Governança (G): dados de cobertura e acessibilidade	<p><b>Metodologia modificada</b></p> <p>A pergunta principal do indicador primário foi reformulada de "Até que ponto as leis, os regulamentos, as políticas e as diretrizes relevantes exigem que a coleta e a publicação de dados sejam acessíveis a pessoas com deficiência?" (1ª edição) para "Em que medida as leis, os regulamentos, as políticas e as diretrizes relevantes garantem que as pessoas com deficiência sejam incluídas nos dados?" (2ª edição).</p> <p>Para obter mais informações sobre as alterações nas perguntas, consulte o manual de pesquisa. <a href="#">manual de pesquisa</a>.</p>	Governança (G): dados de cobertura e acessibilidade
	<p><b>Novo indicador</b></p> <p>Esse novo indicador primário foi introduzido para ser combinado com o indicador existente "Disponibilidade (PP): Dados de aquisição", que permite investigar as lacunas de implementação em relação aos dados de aquisição.</p>	Governança (PP) Dados de compras públicas

## Mudanças nas subperguntas: Indicador cruzado

Na segunda edição, adicionamos ou substituímos perguntas recorrentes em vários indicadores. A tabela abaixo resume todas as alterações. Observação: "Variável de pergunta" refere-se à última parte do identificador GDB (chamado de "variable\_name" no conjunto de dados da 1ª edição). Por exemplo, a pergunta "SUM\_EXISTENCE" aparece tanto no indicador "Availability (AI): Business registration" como "A.COMPANY.REG.a.SUM\_EXISTENCE" quanto no indicador "Governance (G): Data protection" como "G.GOVERNANCE.DPL.a.SUM\_EXISTENCE".

Variável da pergunta (a última parte do identificador do GDB)	Taxa de câmbio	Ajuste	Indicadores em questão
SUM_EXISTENCE	Nova pergunta	A nova pergunta é adicionada como a última pergunta na seção Existence (Existência).  O texto da pergunta é "Resuma suas respostas às subperguntas sobre existência acima, incluindo a extensão da existência".	Todos os indicadores primários
SUM_ELEMENTS	Nova pergunta	A nova pergunta é adicionada como a última pergunta na seção Elemento.  O texto da pergunta é: "Resuma suas respostas às subperguntas dos itens acima".	Todos os indicadores primários

Variável da pergunta (a última parte do identificador do GDB)	Taxa de câmbio	Ajuste	Indicadores em questão
EXISTS_PUBLICATION	Dividir	<p>A variável da 1ª edição é "EXIST" e a pergunta original é "Há alguma lei, política ou regulamentação que exija a coleta ou a publicação dessas informações de alguma forma?"</p> <p>Agora a pergunta está dividida em duas, e essa pergunta de coleta questiona: "Há alguma lei, política ou regulamentação que exija a publicação dessas informações de alguma forma?"</p>	Todos os indicadores temáticos de governança
EXIST_COLLECTION	Dividir	<p>A variável da 1ª edição é "EXIST" e a pergunta original é "Há alguma lei, política ou regulamentação que exija a coleta ou a publicação dessas informações de alguma forma?"</p> <p>Agora, a pergunta está dividida em duas, e essa pergunta de coleta questiona: "Há alguma lei, política ou regulamentação que exija a coleta dessas informações de alguma forma?"</p>	Todos os indicadores temáticos de governança

DATARULES	Eliminado	<p>A pergunta original da 1ª edição é: "Existem leis, políticas, regulamentos ou orientações relevantes sobre a publicação de dados abertos?"</p> <p>Ela foi excluída na 2ª edição para evitar confundir os pesquisadores sobre como proceder com as perguntas do item. Entretanto, a subpergunta dos novos itens sobre acesso público inclui uma pergunta de apoio para verificação cruzada em todas as edições.</p>	Todos os indicadores temáticos de governança
ACESSO PÚBLICO	Nova pergunta	<p>A nova pergunta foi adicionada ao subgrupo do elemento "Acordos de coleta e acesso".</p> <p>O texto da pergunta é: "A estrutura discute o acesso público aos dados".</p>	<p>Governança (CI): Propriedade efetiva</p> <p>Governança (PI): Financiamento político</p> <p>Governança (IP): Registro de lobby</p> <p>Governança (PI): desempenho do DAI</p> <p>Governança (PF): dados de finanças públicas</p> <p>Governança (PP) Dados de compras públicas</p>

DIGITAL_COL	Substituído	<p>Essa nova pergunta substitui a pergunta STRUCTURED da 1ª edição, que diz: "Os padrões/diretrizes apoiam a coleta de dados estruturados".</p> <p>O texto da pergunta é: "A estrutura oferece suporte à coleta de dados digitais".</p> <p>Para manter um ponto de continuidade com os dados da 1ª edição, a pergunta tem uma questão de apoio que pergunta, no caso de uma resposta "Parcialmente" ou "Sim", "A estrutura oferece suporte à coleta de dados estruturados? Por favor, explique sua resposta".</p>	Todos os indicadores temáticos de governança
-------------	-------------	---	--

### Alterações nas subperguntas: Indicador específico

A tabela abaixo resume todas as alterações em perguntas de indicadores específicos. Observe que aqui usamos o identificador GDB para nos referirmos à pergunta específica do indicador, que pode ser usada para localizar a pergunta diretamente nos dados abertos da segunda edição.

Indicador	Identificador GDB	Taxa de câmbio	Configuração
Disponibilidade (CI): registro comercial	A.COMPANY.REG. e1.SHAREHOLDER.REG. e1.SHAREHOLDERS	Nova pergunta	<p>A nova pergunta é adicionada ao subgrupo de elementos "Campos de dados e dados específicos".</p> <p>O texto da pergunta é: "Os dados contêm detalhes de cada acionista, incluindo nomes, número de ações e categoria de ações".</p>

Governança (CI): Propriedade efetiva	G.COMPANY.BOT.e.e1. DEFN-BENEFIT	Nova pergunta	A nova pergunta foi adicionada ao subgrupo de elementos "Provisões para definições, classes e campos".  O texto da pergunta é: "As definições abrangem "beneficiar-se de".
Governança (PI): Financiamento político	G.PI.POLFIN.e.e1.PART_ DEFINIÇÕES	Pergunta dividida	A pergunta original "DEFINIÇÕES" da 1ª edição foi dividida em três subperguntas.  O texto da pergunta é: "A estrutura contém definições claras e inequívocas do que constitui atividades de campanha para partidos políticos".
Governança (PI): Financiamento político	G.PI.POLFIN.e.e1. DEFINIÇÕES_ CANDIDATOS	Pergunta dividida	A pergunta original "DEFINIÇÕES" da 1ª edição foi dividida em três subperguntas.  O texto da pergunta é: "A estrutura contém definições claras e inequívocas do que constitui atividades de campanha para os candidatos".
Governança (PI): Financiamento político	G.PI.POLFIN.e.e1. DEFINITIONS_ THIRDPARTY	Pergunta dividida	A pergunta original "DEFINIÇÕES" da 1ª edição foi dividida em três subperguntas.  O texto da pergunta é: "A estrutura contém definições claras e inequívocas do que constitui atividades de campanha para terceiros (ou seja, não concorrentes que buscam influenciar o resultado da eleição)...".
Governança (PI): Financiamento político	G.PI.POLFIN.e.e1. RECURSOS ESTADUAIS	Nova pergunta	A nova pergunta foi adicionada ao subgrupo de elementos "Provisões para definições, classes e campos".  O texto da pergunta é: "A estrutura exige a coleta de informações específicas sobre o uso de recursos estatais para campanhas".

Disponibilidade (IP): dados financeiros políticos	A.PI.POLFIN.e.e1. TERCEIROS	Nova pergunta	A nova pergunta é adicionada ao subitem "Campos de dados e detalhes (II)".  O texto da pergunta é: "Os dados contêm detalhes de doações a terceiros".
Disponibilidade (IP): dados financeiros políticos	A.PI.POLFIN.e.e2. TERCEIROS	Nova pergunta	A nova pergunta é adicionada ao subitem "Campos de dados e detalhes (II)".  O texto da pergunta é: "Os dados contêm detalhes de doações a terceiros".
Governança (IP): Declarações de ativos	G.PI.IAD.e.e1.NÃO- FINANCEIRO	Substituído	A pergunta original "INKIND" da 1ª edição foi substituída.  O texto da pergunta é: "A estrutura exige a coleta de informações específicas sobre juros, ativos e passivos".
Governança (IP): Declarações de ativos	G.PI.IAD.e.e.e3.ADHOC	Nova pergunta	A nova pergunta foi adicionada ao subitem "Acordos de coleta e acesso".  O texto da pergunta é: "A estrutura exige que os dados sejam atualizados em uma base ad hoc para revelar conflitos de interesse emergentes".
Disponibilidade (IP): declarações de ativos	A.PI.IAD.e.e.e1.NÃO- FINANCEIRO	Nova pergunta	A nova pergunta é adicionada ao subgrupo de elementos "Campos de dados e dados específicos".  O texto da pergunta é: "Os dados contêm informações sobre interesses não financeiros".
Capacidade (IP): interoperabilidade da integridade política	C.PI.INTEROP.e.e1. COMMONID	Eliminado	O texto original da pergunta é: "Os principais conjuntos de dados para esse tema compartilham identificadores comuns que facilitam o mapeamento de fluxos em todo o ecossistema de dados".  A pergunta foi excluída devido à sobreposição substancial com a subpergunta sobre o escopo.

Capacidade (IP): interoperabilidade da integridade política	C.PI.INTEROP.e.e1. REGULAMENTOS	Eliminado	O texto original da pergunta é: "Lobbying registers and public consultation data use common identifiers for regulations".  A pergunta foi excluída devido à descontinuidade dos indicadores de consulta pública.
Capacidade (IP): interoperabilidade da integridade política	C.PI.INTEROP.e.e2.EARTH	Eliminado	O texto original da pergunta é: "Os principais conjuntos de dados dos módulos de integridade política e fundiária compartilham identificadores comuns que facilitam os fluxos de mapeamento em todo o ecossistema de dados".  A pergunta foi temporariamente excluída na 2ª edição devido ao fato de que os dados sobre indicadores de terras são coletados separadamente pelo parceiro temático, o Portal de Terras.
Disponibilidade (L): posse da terra	A.LAND. TENURE.a.LAND.a.URBAN_ LAND	Pergunta dividida	A pergunta original "EXTENSÃO" da 1ª edição foi dividida em duas subperguntas.  O texto da pergunta é: "Os conjuntos de dados disponíveis abrangem a maior parte da posse de terras urbanas?"
Disponibilidade (L): posse da terra	A.TERRA. DE.TERRA.e.TERRA.RURAL.	Pergunta dividida	A pergunta original "EXTENSÃO" da 1ª edição foi dividida em duas subperguntas.  O texto da pergunta é: "Os conjuntos de dados disponíveis abrangem a maior parte da posse de terras rurais?"
Disponibilidade (L): posse da terra	A.TERRENO.e.e1. UTILIDADES	Nova pergunta	A nova pergunta é adicionada ao subgrupo de elementos "Tipos de dados".  O texto da pergunta é: "Os dados contêm informações sobre estradas, serviços públicos e direitos relacionados".

Disponibilidade (L): posse da terra	A.posse.de.terras.e.posse. de.minérios	Nova pergunta	A nova pergunta é adicionada ao subgrupo de elementos "Tipos de dados".  O texto da pergunta é: "Os dados contêm informações sobre recursos e direitos geológicos/minerais".
Disponibilidade (L): posse da terra	A.TERRA.DE.TOMADA. DE.TERRA.e1.e1.TERRA. NATURAL.	Nova pergunta	A nova pergunta é adicionada ao subgrupo de elementos "Tipos de dados".  O texto da pergunta é: "Os dados contêm informações sobre recursos naturais e mapeamento/direitos ambientais".
Disponibilidade (L): uso atual da terra	A.EARTH.ELU.e.e1.FOREST	Eliminado	O texto original da pergunta é: "As áreas arborizadas podem ser identificadas nos dados disponíveis ou em um conjunto de dados relacionado".
Disponibilidade (L): uso atual da terra	A.E.LAND.ELU.e.e1.ÁREAS PROTEGIDAS	Eliminado	O texto original da pergunta é: "As áreas protegidas podem ser identificadas nos dados disponíveis ou em um conjunto de dados relacionado".
Disponibilidade (L): uso atual da terra	A.LAND.ELU.e.e1. e1.PUBLIC	Nova pergunta	Na 2ª edição, foi introduzido um novo subgrupo de elementos, chamado "Tipos de dados", e a pergunta foi adicionada a esse grupo.  O texto da pergunta é: "Dados sobre o uso de terras públicas estão disponíveis".
Disponibilidade (L): uso atual da terra	A.LAND.ELU.e.e1. NONPUBLIC	Nova pergunta	Na 2ª edição, foi introduzido um novo subgrupo de elementos, chamado "Tipos de dados", e a pergunta foi adicionada a esse grupo.  O texto da pergunta é: "Dados sobre usos de terras não públicas estão disponíveis".

Disponibilidade (L): uso atual da terra	A.LAND.ELU.e.e1. APPLICATION	Nova pergunta	Na 2ª edição, foi introduzido um novo subgrupo de elementos, chamado "Tipos de dados", e a pergunta foi adicionada a esse grupo.  O texto da pergunta é: "Os dados sobre a implementação do zoneamento de uso da terra estão disponíveis".
Governança (G): Proteção de dados	G.GOVERNANCE. DPL.e.e.e2. GROUPPRIVACY	Nova pergunta	A nova pergunta é adicionada ao subgrupo de itens "Considerações específicas".  O texto da pergunta é: "A estrutura aborda explicitamente a privacidade e a proteção de dados de grupos".
Governança (G): Proteção de dados	G.GOVERNANÇA.DPL.e.eb. DPLEXCEPÇÕES	Nova pergunta	A nova pergunta é adicionada ao subgrupo de itens "Pontuação negativa".  O texto da pergunta é: "A estrutura exclui determinadas populações da proteção de dados".
Governança (G): Proteção de dados	G.GOVERNANÇA.DPL.e.eb. COVIDEXCEPÇÕES	Eliminado	O texto original da pergunta é: "Exceções à estrutura usual de proteção de dados foram feitas como parte da resposta do país à COVID-19".  Dado o estado adaptado do atendimento de saúde pública em todo o mundo, isso não é mais necessário.
Governança (G): estruturas de intercâmbio de dados	G.GOVERNANCE. DATASHARING.e.e2. ACCOUNTABILITY	Nova pergunta	A nova pergunta é adicionada ao subitem "Direitos e responsabilidades".  O texto da pergunta é: "A estrutura declara sem ambiguidade quem é responsável em cada etapa do intercâmbio de dados, incluindo o intercâmbio subsequente".

Governança (G): estruturas de intercâmbio de dados	G.GOVERNANÇA. DATASHARING.e.e.e2. OVERSIGHT	Nova pergunta	A nova pergunta é adicionada ao subitem "Direitos e responsabilidades".  O texto da pergunta é: "A estrutura estabelece mecanismos de monitoramento para cada etapa do compartilhamento de dados, incluindo o novo compartilhamento..."
Governança (G): estruturas de intercâmbio de dados	G.GOVERNANCE. DATASHARING.e.e.e2. IMPACTASSESS	Nova pergunta	A nova pergunta é adicionada ao subitem "Direitos e responsabilidades".  O texto da pergunta é: "A estrutura exige a realização de uma avaliação de impacto antes do compartilhamento de dados".
Governança (G): estruturas de intercâmbio de dados	G.GOVERNANCE. DATASHARING.e.e.e2. PORTABILITY	Nova pergunta	A nova pergunta é adicionada ao subitem "Direitos e responsabilidades".  O texto da pergunta é: "A estrutura estabelece direitos à portabilidade de dados".
Governança (G): estruturas de intercâmbio de dados	G.GOVERNANÇA. DATASHARING.e.e.e3. PUBLICINTEREST	Nova pergunta	A nova pergunta é adicionada ao subgrupo de itens "Considerações específicas".  O texto da pergunta é: "A estrutura exige que determinados dados do setor privado sejam compartilhados no interesse público".
Governança (G): estruturas de intercâmbio de dados	G.GOVERNANCE. DATASHARING.e.e.e3.SALE	Nova pergunta	A nova pergunta é adicionada ao subgrupo de itens "Considerações específicas".  O texto da pergunta é: "A estrutura restringe a capacidade dos intermediários de dados de vender ou trocar informações pessoais detalhadas".

Capacidade (C): Serviço Civil	C.CAPACIDADES. TREINAMENTO.e.e1. PROTEÇÃO	Pergunta dividida	A pergunta original "FORMAÇÃO DO GOVERNO" da 1ª edição foi dividida em duas subperguntas.  O texto da pergunta é: "O treinamento abrange a proteção de dados".
Capacidade (C): Serviço Civil	C.CAPACIDADES. TREINAMENTO.e.e1. GERENCIAMENTO	Pergunta dividida	A pergunta original "GOVERNMENT FORMATION" (Formação do governo) da 1ª edição foi dividida em duas subperguntas.  O texto da pergunta é: "O treinamento abrange o gerenciamento de dados".
Capacidade (C): Serviço Civil	C.CAPACIDADES. TREINAMENTO.e.e1. COLETA DE DADOS	Pergunta dividida	A pergunta original "FORMAÇÃO DO GOVERNO" da 1ª edição foi dividida em duas subperguntas.  O texto da pergunta é: "O treinamento abrange o intercâmbio de dados".
Capacidade (C): Serviço Civil	C.CAPACIDADES. TREINAMENTO.e.e1. PUBLICAÇÃO	Pergunta dividida	A pergunta original "FORMAÇÃO DO GOVERNO" da 1ª edição foi dividida em duas subperguntas.  O texto da pergunta é: "O treinamento abrange a publicação de dados".
Capacidade (C): Serviço Civil	C.CAPACIDADES. TREINAMENTO.e.e1. LIMITES DE ANÁLISE	Substituído	A pergunta "ANALYSIS" original da 1ª edição foi substituída.  O texto da pergunta é: "O treinamento abrange a análise de dados e as limitações dos dados".
Capacidade (C): Serviço Civil	C.CAPACIDADES. TREINAMENTO. e1.AITRAINAMENTO	Nova pergunta	A nova pergunta foi adicionada ao subitem "Tipos de recursos".  O texto da pergunta é: "O treinamento abrange conhecimentos e habilidades de inteligência artificial".

Capacidade (C): apoio governamental para reutilização	C.CAPACIDADES. GOVSUPPORT.e.e3. AIGUIDANCE	Nova pergunta	<p>A nova pergunta foi adicionada ao subgrupo de itens "Características específicas".</p> <p>O texto da pergunta é: "O apoio do governo à reutilização de dados implica uma orientação pública sobre a reutilização de dados para IA ou sistemas algorítmicos de tomada de decisão".</p>
Governança (G): dados de cobertura e acessibilidade	G.GOVERNANCE. ACCESSIBILITY.a.EXISTE_ ACCESO	Substituído	<p>As perguntas originais "EXISTS" (Existe) e "NATURE" (Natureza) da 1ª edição foram substituídas.</p> <p>O texto da pergunta é: "Há alguma lei, política ou regulamentação de qualquer tipo que exija a inclusão de pessoas com deficiência?"</p>
Governança (G): dados de cobertura e acessibilidade	G.GOVERNANCE. ACCESSIBILITY.e.e1. ACCESS_COMMS	Nova pergunta	<p>A nova pergunta é adicionada ao subitem "Direitos e responsabilidades".</p> <p>O texto da pergunta é: "A estrutura exige a inclusão de pessoas com deficiência nas comunicações sobre questões de dados".</p>

## Anexo 2-Grupos de capacidade

Na segunda edição do Barômetro Global de Dados, continuamos a agrupar os países de acordo com sua capacidade de coletar, gerenciar, compartilhar e usar dados para o bem público. Como na primeira edição, classificamos os países em três categorias: baixa capacidade, capacidade média e alta capacidade. Esses grupos são determinados por meio de uma média ponderada de 14 indicadores-quatro primários e dez secundários-que, juntos, formam o componente Capacidade. Na primeira edição, essa classificação foi baseada em limites de percentil (33º e 66º percentis), o que produziu grupos de tamanho igual em um amplo conjunto de países globalmente representativos.

Entretanto, esse método não pode ser aplicado diretamente à segunda edição, que se concentra especificamente em 43 países da África e da América Latina. Devido a esse escopo regional mais restrito, adotamos uma abordagem baseada em limites para manter a comparabilidade entre as edições. Para isso, recalculamos as pontuações de capacidade da primeira edição usando a estrutura revisada do indicador e os pesos introduzidos na segunda edição. Com base nesse recálculo, estabelecemos limites fixos: os países com pontuação acima de 48,69 são classificados como de alta capacidade, os países com pontuação abaixo de 31,55 são classificados como de baixa capacidade e os países intermediários são classificados como de média capacidade. Essa abordagem garante que os grupos de capacidade na segunda edição permaneçam consistentes com a estrutura global mais ampla estabelecida na primeira edição.

Temos então os seguintes grupos de recursos:

Países no grupo de maior capacidade	Países no grupo de capacidade média	Países no grupo de capacidade mais baixa
Argentina	Bahamas	Angola
Brasil	Barbados	Belize
Chile	Benin	Bolívia
Colômbia	Costa Rica	Botsuana
República Dominicana	Gana	Burkina Faso

Países no grupo de maior capacidade	Países no grupo de capacidade média	Países no grupo de capacidade mais baixa
Equador	Guatemala	Camarões
México	Honduras	Costa do Marfim
Panamá	Jamaica	El Salvador
Paraguai	Quênia	Gâmbia
Peru	Marrocos	Libéria
Uruguai	África do Sul	Malawi
	Trinidad e Tobago	Moçambique
	Tunísia	Namíbia
		Nigéria
		Ruanda
		Senegal
		Serra Leoa
		Togo
		Uganda



**Global Data Barometer**

